

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL**

**HELDER GOMES**

**APRENDIZADOS DA EXPERIÊNCIA CHINESA:  
SOBRE AS RELAÇÕES DE ESTADO NUMA TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO**

**VITÓRIA  
2016**

HELDER GOMES

**APRENDIZADOS DA EXPERIÊNCIA CHINESA:  
SOBRE AS RELAÇÕES DE ESTADO NUMA TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social, do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Política Social, na linha de pesquisa Reprodução e Estrutura do Capitalismo Contemporâneo.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Nakatani.

VITÓRIA  
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

G633a Gomes, Helder, 1962-  
Aprendizados da experiência chinesa : sobre as relações de Estado numa transição ao socialismo / Helder Gomes. – 2016.  
154 f.

Orientador: Paulo Nakatani.  
Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Estado. 2. Socialismo - China. 3. China - Política e governo. I. Nakatani, Paulo. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 32

---

**HELDER GOMES**

**APRENDIZADOS DA EXPERIÊNCIA CHINESA: SOBRE AS  
RELAÇÕES DE ESTADO NUMA TRANSIÇÃO AO  
SOCIALISMO**

*Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação  
em Política Social da Universidade Federal do  
Espírito Santo como requisito parcial para  
obtenção do Grau de Doutor em Política Social.*

**Aprovada em 12 de fevereiro de 2016.**

COMISSÃO EXAMINADORA



**Professor Doutor Paulo Nakatani**  
Orientador  
Universidade Federal do Espírito Santo



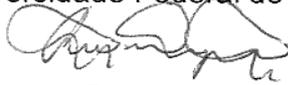
**Professor Doutor Izildo Corrêa Leite**  
Universidade Federal do Espírito Santo



**Professor Doutor Rogério Naques Faleiros**  
Universidade Federal do Espírito Santo



**Professor Doutor Carlos Teixeira de Campos Jr.**  
Universidade Federal do Espírito Santo



**Professora Doutora Rosa Maria Marques**  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de inter-relações envolvendo várias pessoas que merecem toda a minha gratidão. Uma referência especial cabe ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Ufes que, diante das dificuldades impostas pela política de austeridade seletiva do Governo Federal, ousou criar e manter em alto nível o Curso de Doutorado, em confronto com o projeto de desmonte da universidade pública neste país. Da mesma forma, cabe agradecer ao grupo de estudantes do PPGPS, com o qual tive a oportunidade de compartilhar os estudos nas aulas e nas demais atividades do Programa, quando pude colher reflexões e indicações de leitura.

Os membros do grupo de pesquisa *Estudos Críticos do Desenvolvimento* trouxeram a grande contribuição para esta tese. Destaco a qualificada orientação do Prof. Paulo Nakatani e sua dedicação em coordenar os debates internos e os seminários abertos, momentos imprescindíveis ao acúmulo de conhecimentos pela equipe. Também merecem destaque as contribuições dos docentes Neide Cesar Vargas, Renata Couto Moreira e Rogério Naques Faleiros, bem como a solidariedade discente de Rafael Veturini, Adriana Ilha, Aline Pandolfi, Aline Stocco e André Dardengo. A partir do projeto do grupo de pesquisa, pude conhecer um pouquinho da China, sob orientação e especial acolhimento da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. SIT Tsui, Margaret Jade (professora Associada do *Institute of Rural Reconstruction of China – Southwest University*, Chongqing). Cabe também agradecer ao Prof. Mauricio Sabadini (Ufes), pelas várias ocasiões em que indicou ou enviou material bibliográfico ao grupo.

Agradeço de forma especial à Banca de Qualificação que, ao perceber os rumos iniciais do projeto, de forma atenta, me orientou no sentido de uma tese mais focada, contribuindo muito na correção de alguns vícios de apresentação do tema. Além dos professores Paulo Nakatani e Rogério Faleiros, que me acompanharam desde o início, a banca contou com as preciosas contribuições das professoras Olga Pérez Soto (da Universidade de Havana) e Rosa Maria Marques (da PUC/SP), as quais chamaram a atenção para uma contextualização mais precisa do tema. A pronta aceitação do convite para participar da Banca de Defesa da tese pelos professores Carlos Teixeira de Campos Júnior e Izildo Corrêa Leite (ambos da Ufes) deve ser

referenciada com um agradecimento particular, na medida em que se dispuseram a contribuir sem qualquer restrição.

Agradeço, também, a Alina Bonella, pelo imprescindível trabalho de revisão de texto, e a João Paulo França Scardua, pela ajuda na tradução do Resumo ao inglês.

Os agradecimentos de ordem familiar possuem naturezas distintas e complementares. De um lado, devo muito ao esforço de meu pai, Arthurildo Gomes (*in memoriam*), e de minha mãe, Ilma Coutinho Gomes, em estimular o convívio fraternal e de solidariedade entre seus sete filhos e duas filhas, o que sempre me fortaleceu e motivou, inclusive, a retornar aos estudos acadêmicos, mesmo com as dificuldades que partilhamos desde a infância.

De outro lado, devo este momento à fundamental compreensão, à disposição e ao companheirismo de Elda Alvarenga, que não mediu esforços em me estimular a estudar a esta altura da vida. Além de ter acompanhado de perto a labuta para que este texto saísse, participou ativamente de sua formatação final, partilhando comigo alguns de seus conhecimentos técnicos, apesar de não ter nenhuma responsabilidade sobre as falhas que insisto em manter nos aspectos formais do trabalho.

Em nome de todos os amigos e amigas que me ajudaram nesta empreitada intelectual, gostaria de agradecer a Merci Fardim, com quem venho partilhando uma série de discussões sobre os dilemas para a transição ao socialismo neste século XXI.

Não poderia deixar de fazer uma homenagem póstuma ao Prof. Reinado Carcanholo, humanista revolucionário e internacionalista, a quem sempre agradei pelas oportunidades de aprendizado que me proporcionou. Em especial, na percepção de que, antes de tudo, “[...] o capitalismo consiste em violação da natureza humana, da própria essência do ser humano”. Por isso, ensina-nos Carcanholo, a retomada dessa essência da humanidade exige a emergência de uma nova sociabilidade em nível mundial. E é a todas as pessoas que acreditam nessa possibilidade que eu dedico este trabalho.

## RESUMO

Esta tese de Doutorado apresenta o debate sobre as relações de Estado numa transição ao socialismo em duas perspectivas complementares. A ideia é deixar nítida uma linha geral de concepção sobre o caráter da forma Estado, na projeção de um processo de transição pós-capitalista, tanto nos aspectos relacionados com a sua natureza como no que se refere às suas formas de intervenção. Ao mesmo tempo, o trabalho trata de identificar elementos que possam corroborar a compreensão das relações de Estado nos primeiros estágios de uma transição, a partir de uma experiência concreta de implantação de um projeto de construção do socialismo. O texto está centrado em indicar uma forma possível de interpretação que possa contribuir para o entendimento do caráter do Estado nas décadas iniciais de uma transição ao socialismo, tendo por base de apoio o acúmulo de conhecimentos dialéticos sobre o tema e algumas das referências que tratam do processo de construção da República Popular da China. Neste caso em particular, ficou evidente que, apesar da concepção de um projeto estratégico, de longo prazo, as circunstâncias internas e a pressão imperialista externa, a cada momento, exigiram reorientações táticas que, muitas vezes, foram alterando o ritmo de implantação dos planos iniciais, prolongando as perspectivas quanto à duração da transição chinesa ao socialismo. Daí a afirmação sobre a necessidade de se alcançar certo alastramento da possibilidade de se avançar em formas alternativas de coletivização da produção e de abolição da propriedade privada para se projetar a consolidação do socialismo. Isso significa que a revolução deve ser um processo *em permanência* em pelo menos dois sentidos: permitindo um contínuo processo de renovação das forças vivas do movimento revolucionário no tecido social, buscando uma unidade campo-cidade; mas, ao mesmo tempo, criando as condições para a solidariedade internacional no fomento às mobilizações populares de cunho transformador no maior número de países possível. Somente dessa forma seria possível um alastramento permanente da revolução mundial socialista.

Palavras-chave: Estado. Transição. Socialismo. Experiência chinesa.

## **ABSTRACT**

This Doctoral Thesis presents the debate on the state relations in a transition to socialism in two complementary perspectives. The idea is to leave a clear outline of conception of the character of the State form, in the projection of a post-capitalist transition in both aspects of their nature as regarding their forms of intervention. At the same time, the work comes to identifying elements that could corroborate for understanding the relations of the State in the early stages of a transition from a concrete experience of implementing a socialist construction project. Thus, the text is centered to indicate a possible way to interpretation, which may contribute to the understanding of the character of the State in the early decades of transition to socialism, with the fundamental base of support the accumulation of dialectical knowledge on the subject and some of the references dealing with the construction process of the People's Republic of China. In this particular case, it was evident that despite the development of a strategic project, long-term, the internal circumstances and the external imperialist pressure, in every moment, demanded tactical reorientation that often were changing the plans of deployment of pace initials, extending the outlook concerning the duration of Chinese transition to socialism. Hence the statement about the need to reach a certain spread of the possibility of progress in alternative forms of collectivization of production and the abolition of private property to project the consolidation of socialism. This means that the revolution should be a process permanently in at least two senses: allowing a continuous process of renewal of the living forces of the revolutionary movement in the social fabric, seeking a rural-urban unit; but at the same time creating the conditions for international solidarity in promoting the popular mobilizations of transforming nature in as many countries as possible. Only in this way a spread of the socialist world revolution could be permanent.

**Keywords:** State. Transition. Socialism. Chinese experience.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>BASE SOCIOECONÔMICA E ESTADO NUMA TRANSIÇÃO SOCIALISTA..</b>	<b>18</b>
2.1	A ETAPA APÓS A TOMADA DO PODER E A VIA SOCIALISTA.....	28
2.1.1	A Nova Política Econômica e o Debate Socialista no Início do Século XX.....	32
2.1.2	A Recuperação da Proposta de Revolução Permanente.....	35
2.1.3	O Imperialismo e os Desafios à Transição ao Socialismo.....	38
2.2	A INSTABILIDADE E O PROVISIONAL NUMA TRANSIÇÃO.....	40
<b>3</b>	<b>ANTECEDENTES À APREENSÃO DAS SINGULARIDADES CHINESAS.....</b>	<b>47</b>
3.1	A HETEROGENEIDADE SOCIOECONÔMICA SEGUNDO MAO.....	49
3.2	UMA PRIMEIRA APREENSÃO CRÍTICA DESSAS INTERPRETAÇÕES.....	57
3.3	ENTRE A TRADIÇÃO MILENAR E A MUDANÇA.....	64
<b>4</b>	<b>APRENDIZADOS NA CONSTRUÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR.....</b>	<b>74</b>
4.1	O CARÁTER DA REVOLUÇÃO.....	74
4.2	APRENDENDO COM O ADVERSO.....	78
4.3	UM PRIMEIRO BALANÇO.....	91
<b>5</b>	<b>DILEMAS INTERNACIONAIS E DESAFIOS À EXPERIÊNCIA CHINESA.....</b>	<b>106</b>
5.1	MUDANÇAS GEOPOLÍTICAS E PRESSÃO EXTERNA SOBRE A CHINA.....	106
5.2	AS MUDANÇAS DE RUMO SOB O COMANDO MAOÍSTA.....	113
5.3	UM LEGADO POLÍTICO E ORGANIZATIVO IMPORTANTE.....	123
5.4	A ABERTURA E A REFORMA NA ERA DENG.....	127
5.5	GEOPOLÍTICA E DESAFIOS PARA O ESTADO NO AUGE DAS REFORMAS	134
<b>6</b>	<b>NOTAS CONCLUSIVAS.....</b>	<b>139</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>151</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta tese procura apresentar os resultados da investigação realizada como trabalho de conclusão do Curso de Doutorado em Política Social da Ufes. Experiências de implantação de projetos de transição pós-capitalista têm sido um dos objetos de trabalho do grupo de pesquisa *Estudos Críticos do Desenvolvimento*, coordenado pelo Prof. Paulo Nakatani (do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Ufes), ao qual o autor passou a integrar como orientando. Na medida em que os estudos e os debates no interior do referido grupo de pesquisa foram avançando, foi possível delimitar o tema e definir o objeto de estudo para a construção do projeto, cuja lapidação no período mais recente proporcionou esta forma de apresentação.

Na perspectiva de delimitação, definiu-se por trabalhar o tema mais focado nos primeiros momentos de uma transição ao socialismo, procurando compreender o caráter que um Estado nacional assume após a tomada do poder por forças revolucionárias. A abordagem metodológica escolhida resultou no tratamento do tema em duas dimensões. De um lado, procurou-se recuperar algumas das elaborações clássicas sobre a projeção analítica das etapas de um processo de transição pós-capitalista (entendido aqui como o longo período de passagem do capitalismo para um modo de produção comunista). De outro lado, buscou-se pinçar registros mais empíricos, possíveis de serem colhidos, de uma experiência particular de implantação de um projeto alternativo de sociabilidade no bojo de um processo de revolução.

A opção escolhida para o tratamento desses elementos mais concretos (de acordo com sua importância para o tema escolhido) recaiu sobre a história de construção da República Popular da China. Primeiro, por ter a experiência chinesa reunido um conjunto de desafios de integração econômica e territorial, apresentando uma singular diversidade sociocultural interna, mas, também, por ter a China conquistado uma nova posição estratégica na geopolítica mundial contemporânea como resultado da Revolução de 1949.

Verificou-se, nesta primeira aproximação aos estudos sobre a China, que estes têm sido cercados por uma série de controvérsias mundo afora. Se isso impõe algumas dificuldades para iniciantes na identificação das particularidades chinesas, também

traz algum favorecimento pela multiplicidade de material bibliográfico disponível para o fomento a novas pesquisas.

A complexidade que deriva das próprias singularidades da história milenar chinesa se aprofundou ainda mais no processo de revolução. Fica estranho ao mundo ocidental, por exemplo, compreender plenamente como foi possível construir aquelas relações de Estado a partir de um complexo sistema de organização das decisões políticas, que combina representação com participação direta. Chega a ser intrigante a interação do comando central com os fóruns locais de decisão, envolvendo, de um lado, as instâncias internas do Partido Comunista Chinês (PCCh) desde a base até a cúpula e, de outro, o Exército e a burocracia estatal propriamente dita, ramificados em um complexo conjunto de decisões e de intervenções de nível local, regional e nacional.

O objeto da pesquisa foi organizado a partir das primeiras leituras acerca dessa singular complexidade. Assim surgiu a proposta de aprofundar o estudo das contribuições analíticas com base nas obras de Marx e Engels, acerca da passagem para uma sociabilidade superior pós-capitalista e das dificuldades de sua realização sob circunstâncias concretas, buscando uma maior precisão para o exame das relações de Estado nas etapas iniciais de transição ao socialismo, tendo como referência empírica elementos da história recente da República Popular da China.

Esse esforço de definição do objeto de pesquisa procurou escapar da armadilha (assim entendida aqui) de se ocupar em definir se, depois das reformas e da abertura ao exterior (ocorridas na virada para os anos 1980), a China estaria em franco processo de instauração do capitalismo, ou se, ao contrário, resistiria e controlaria atualmente uma transição ao socialismo a seu modo. O que se pretende como foco de análise é recuperar o conhecimento acumulado sobre a transição ao comunismo, projetada inicialmente em abstrato por Marx e Engels, agregando a ele as análises sobre as transformações experimentadas pela República Popular da China, com especial atenção ao caráter que assume o Estado chinês durante o período posterior à Revolução de 1949 até a virada para o século XXI.

Um dos ensinamentos desse processo de identificação do objeto de estudo se constituiu em perceber que, para desvendar aspectos das particularidades chinesas

vinculados ao tema da pesquisa, seria necessário considerar a combinação de pelo menos quatro elementos fundamentais: a) a herança de um extenso processo histórico, que marca a cultura milenar chinesa, com o Tao (o caminho) e o confucionismo, bem como suas formas particulares de poder imperial, com base numa descontínua sequência de dinastias resultantes de conflitos internos e externos, até o início do século XX; b) as tentativas, sem sucesso, de se implantar na China um modelo de desenvolvimento capitalista, de forma inorgânica e dependente, por meio de uma sequência de intervenções imperialistas de neocolonização até 1949; c) seu processo particular de revolução socialista, inicialmente tensionado pelas ligações com a III Internacional Socialista, então liderada pela União Soviética e, depois, orientada pelo *maoísmo*, o qual buscou desenvolver uma autonomia relativa para seus planos de reconstrução da China, baseando-se em uma leitura particular dos sinais advindos do Leste Europeu, em crise; e d) o contexto especial em foco, no qual ocorre o aprofundamento das reformas econômicas, marcado pelo perecimento da *Guerra Fria* (no processo de dissolução gradativa da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS) e pela consolidação de uma crise sistêmica no capitalismo mundial.

A pergunta que motivou a pesquisa se associa aos desafios teóricos à compreensão das dificuldades de se constituir novas relações de Estado que fossem capazes de orientar o avanço do processo de transição ao socialismo após a tomada do poder nacional por forças revolucionárias. Considerando-se o caso chinês, percebe-se que, após a guerra revolucionária, o poder nacional passou a ser controlado por um partido comunista, mas numa aliança com as forças mercantis organizadas numa facção de um partido nacionalista e sob pressão do imperialismo internacional. A partir desses elementos centrais, a pergunta ficaria assim formulada: que caráter assume o Estado nacional, constituído em um processo revolucionário, considerando, de um lado, a constante ameaça de generalização da acumulação privada de capital internamente, apoiada nas forças imperialistas organizadas em nível mundial, e, de outro, o grau de liderança política e militar exercida pelo partido revolucionário e a necessidade de reformas econômicas vinculada às exigências de evolução das forças produtivas?

A hipótese inicialmente formulada procurou responder a essa questão explicitando que a transição de um modo de produção a outro não é um processo linear. A

revolução permanente, na perspectiva de construção do socialismo, é uma exigência na mesma medida em que, em cada experiência revolucionária de nível nacional, se percebem as dificuldades para superar plenamente as relações do capital remanescentes, manifestas internamente pelos esforços de sabotagem à revolução e pela abrangência dos agrupamentos dissidentes. Além disso, essa exigência também se apresenta proporcional ao nível de isolamento da implantação de projetos revolucionários nacionais, pois estes estariam permanentemente ameaçados pela pressão imperialista organizada em nível mundial. Isso significa que os estágios iniciais da transição ao socialismo requerem algum grau de tolerância, por um longo tempo, às relações de capital internamente.

Dessa forma, o sucesso no avanço da transição depende, fundamentalmente, do alastramento de outras experiências nacionais de revoluções anticapitalistas, no sentido de ensejar a cooperação entre as nações que estariam enfrentando as pressões imperialistas. Sem isso, a resistência socialista em cada experiência isolada dependeria da capacidade do partido revolucionário em manter sob planejamento restrições e controle de elementos-chave: a) a propriedade social da terra e o acesso universalizado às condições básicas de reprodução da vida das famílias e, ao mesmo tempo, sobre as migrações internas, evitando a formação generalizada de um exército industrial de reserva; b) o monitoramento rígido sobre os fluxos de capital; c) o controle patrimonial e das decisões nos ramos produtivos estratégicos (produção de energia, telecomunicações, transportes, metalurgia, armamentos, alimentos, serviços de saúde, de educação, de segurança, entre outros), mesmo com alguma participação privada; e) o controle das decisões políticas exercido por instrumentos políticos (partidários) revolucionários.

Com essas premissas em mente, procurou-se produzir uma investigação com o objetivo de indicar um caminho para uma interpretação sobre o caráter do Estado nas primeiras etapas de uma transição ao socialismo, tanto no que tange à sua natureza quanto no que se refere às formas de intervenção, procurando contribuir com o debate sobre os fatores que impediram as experiências de décadas de controle das forças revolucionárias sobre o poder nacional de avançar ainda mais na transição a uma sociabilidade superior no século XX.

Nos estudos teóricos realizados, foi possível observar que Friedrich Engels e Karl

Marx não deixaram uma obra sistematizada sobre o processo de passagem para sociedades pós-capitalistas. Esses autores trabalharam na perspectiva de que a revolução anticapitalista e a construção do comunismo resultariam de um estágio extremamente avançado de evolução das forças produtivas, o qual entraria em contradição com as relações de produção que vigorariam em dado momento, inaugurando um longo processo de transição (MARX, 2008). Muitas controvérsias foram acumuladas sobre essas elaborações, algumas sugerindo, inclusive, que a revolução teria muito mais chances de acontecer nos países de industrialização avançada, e outras defendendo que a transição ao comunismo tenderia a ser relativamente rápida. No entanto, a análise das experiências concretas de implantação de projetos de transição ao socialismo, após os processos de guerras revolucionárias do século XX, demonstra que se torna imprescindível a superação dialética desse debate, na medida em que a história tem revelado potenciais e limites em se avançar na construção do socialismo, especialmente fora dos grandes centros imperialistas, apontando a exigência de um longo e penoso processo de transição.

Acolhe-se aqui a perspectiva da transição socialista como uma etapa necessária para a passagem do modo de produção capitalista ao comunismo. Entretanto, essa etapa precisa ser construída, exigindo uma fase prévia de explicitação das contradições que culminariam numa crise sistêmica de desagregação social e de instabilidade política no interior do próprio capitalismo, em nível mundial. Essas seriam as condições para a substituição das formas de poder corrente por formas transitórias e, portanto, instáveis de relações políticas, até que se constituíssem as condições objetivas de instauração de Estados socialistas, ou de *ditaduras do proletariado*, reunindo, assim, as condições para a efetiva realização de uma transição socialista ao comunismo.

Dito isso, cabe deixar nítido que o período relevante para a pesquisa realizada se refere aos primeiros estágios de um longo processo projetado, que implicaria o intervalo entre a guerra revolucionária e a consolidação do socialismo no futuro. Daí a referência constante neste relatório sobre a opção por estudar as primeiras fases da implantação de um *projeto de transição ao socialismo*.

O marco referencial, empírico, procurou entender a China como um celeiro de singularidades. Isso significa dizer que aquela formação socioeconômica, na forma concreta como se apresenta, resulta da herança de determinações muito particulares,

acumuladas historicamente durante milênios.

As particularidades da China se revelam a partir de elementos bastante distintivos em relação à história ocidental. Naquela região da Ásia, não se generalizou um modo de produção escravista na Antiguidade, mesmo que haja registros de trabalho escravo em sua história milenar. Suas marcas fundamentais, no período que sucedeu às comunidades primitivas, apontam para a prevalência de um modo de produção muito mais próximo daquele que Karl Marx denominou como *modo de produção asiático*.

Da mesma maneira, apesar das controvérsias, existem bastantes evidências de que naquela região também não se desenvolveram formas feudais de organização da produção, como aquelas verificadas na Europa e no Japão durante a Idade Média. Isso torna ainda mais importante uma apropriação mais precisa da categoria *modo de produção*, tal como foi desenvolvida por Marx e Engels ao longo de suas obras, para se compreender o intenso e descontínuo processo de perdas, conquistas e anexações territoriais nos vários momentos de unificação nacional na China até o período mais recente.

Referências como essas se tornam relevantes também para uma melhor qualificação da inserção da China no mundo capitalista a partir de meados do século XIX. Esses elementos de distinção, em relação ao Ocidente, permitem destacar que, dadas as marcas herdadas pelo povo chinês, a intervenção imperialista, durante o século que antecedeu à Revolução de 1949, também não reproduziu ali o mesmo modelo de neocolonização experimentado em várias regiões do mundo. A China não chegou a ser uma colônia propriamente dita, pois as ocupações territoriais, por quase todas as grandes potências, davam-se por meio de feitorias, as quais funcionaram muito mais como importantes entrepostos comerciais. Essas relações particulares, inclusive, reforçavam a existência de formas tradicionais de organização da produção e acabavam fortalecendo o poder local e regional dos senhores de terras, dentro do plano fundamental de extração de excedentes.

Da mesma forma, a partir da percepção das relações infraestruturais e superestruturais, pode-se afirmar que, mesmo que as forças imperialistas tenham se esforçado na formação de estratos funcionais do capital mercantil, instruindo chineses a organizar pequenas redes de comercialização e de usura, de forma a facilitar a

transferência de excedentes ao exterior, esse movimento não foi suficiente para reunir ali as condições prévias requeridas para um processo integrado de industrialização capitalista após a Revolução de 1911.

Essas, entre outras observações históricas em relação à China, motivaram a escolha de sua experiência de revolução socialista como parâmetro de pesquisa para o tema escolhido. A riqueza de diversidades socioeconômicas e territoriais parecia, desde o início, confirmar que o estudo do caso chinês traria muitos elementos para decifrar as relações do Estado nacional que emerge das novas contradições geradas no interior de um processo de tomada do poder por forças revolucionárias. A história recente da China contribui, assim, para se pensar o Estado, em abstrato, no sentido de suprir as necessidades mais amplas de reprodução social, até as suas formas de manifestação mais concretas, por meio de regimes políticos específicos, os quais são grafados pelas condições concretas, particulares, de cada formação social em cada momento.

Assim, a pesquisa bibliográfica realizada tornou possível estruturar esta tese em cinco momentos. O segundo capítulo apresenta uma síntese da evolução do pensamento de Karl Marx e Friedrich Engels, desde as referências à categoria *modo de produção* até as discussões sobre a natureza do Estado, suas formas de intervenção, dialética da revolução e da transição para o comunismo. Também explora as contribuições posteriores de alguns autores marxistas que se debruçaram sobre esses temas, a partir da participação ou da análise dos processos históricos de revoltas e revoluções ocorridos no século XX. A escolha desta apresentação inicial, além de explicitar a posição do autor sobre o tema escolhido, procura ser uma base mais abstrata de interpretações que são reproduzidas nas reflexões dos capítulos posteriores, nos quais estão tratados os elementos empíricos da experiência chinesa ante ao imperialismo.

O Capítulo 3 relata a busca promovida nas referências escolhidas por elementos que ajudam a retratar o caráter singular da história chinesa em constituir as condições prévias para a forma como se desenvolveram a Revolução de 1949 e seus desdobramentos. Além de tratar de aspectos do passado milenar, considerados relevantes para a pesquisa, o texto traz uma discussão sobre a heterogeneidade socioeconômica que marcava a China na primeira metade do século XX. Para esta discussão, o capítulo apresenta, primeiramente, a posição de Mao Zedong (e de

alguns de seus correligionários) sobre a situação resultante das intervenções imperialistas desde a Guerra do Ópio até a invasão japonesa, para depois sugerir uma crítica a essa interpretação. Procura-se, com isso, uma aproximação à forma como a cúpula do PCCh interpretava a situação que projetava modificar com o processo revolucionário proposto, ao mesmo tempo em que se busca indicar uma análise sobre as dificuldades de se formar um Estado-nação unificado, diante das circunstâncias de guerras frequentes e das disputas de interesses difusos de estratos sociais que se colocavam entre a tradição e a mudança naquele momento.

A abordagem escolhida para o quarto capítulo apresenta as divergências entre o projeto de revolução colocado em prática na China e os resultados experimentados nas duas primeiras décadas de sua execução. A análise busca demonstrar que os avanços e recuos no processo de transição projetado, ao mesmo tempo em que reafirmam empiricamente a natureza instável do Estado nacional e o caráter provisional e improvisado da maioria de suas iniciativas de intervenção, serviram como grande aprendizado na preparação de um Estado-nação soberano, pela primeira vez na história de mais de um século de ataques imperialistas sobre a China. O texto sobre essa etapa analisa os riscos assumidos pelo PCCh e mesmo os prejuízos sociais associados a muitas políticas de intervenção colocadas em prática naquele período. Entretanto, o texto alerta para a necessidade de se considerar, também, uma característica importante daquele processo inicial: várias iniciativas de coletivização da produção foram experimentadas por centenas de milhões de pessoas que, num feito inédito na história mundial, passaram a ter acesso à terra e, mais interessante ainda, a alguma iniciativa de formação educacional orientada politicamente por um partido comunista com grande experiência na luta revolucionária.

Fechando a série das etapas de construção da República Popular da China, o Capítulo 5 apresenta as alterações promovidas nos rumos do projeto de transição em um novo momento da geopolítica internacional. Nesta parte do trabalho, procura-se argumentar que, mesmo sofrendo os abalos resultantes da pressão imperialista externa e dos resultados pouco alvissareiros da *Revolução Cultural*, o PCCh também acabou aproveitando as circunstâncias, a seu jeito, logrando uma posição de destaque na arena de decisões em nível mundial. Outro argumento fundamental da análise sobre esse período se refere à compreensão de que, antes de representar uma ruptura

radical com as políticas de intervenção colocadas em marcha até a morte de Mao Zedong, as alterações de política sob o comando de Deng Xiaoping se realizaram como um aprofundamento das reformas e da abertura ao exterior concebidas desde o início dos anos 1960 pelo premier Zhou Enlai. Isso significa considerar que a implantação dessas mudanças de rumo foi iniciada num momento em que se considerou propício um novo passo no processo de flexibilização das comunas, inaugurado sob o comando do *Grande Timoneiro*, cuja intensificação passou a ser observada ainda na primeira metade dos anos 1970. Tais argumentações aparecem ao longo do texto, na medida em que procura apresentar alguns dos passos decisivos do prolongado processo de reformas: a flexibilização e posterior desmontagem das comunas, como concebidas originalmente; a constituição das empresas de vila (TVEs); a estratégia e o instrumental de controle sobre a entrada de capital privado na criação das zonas especiais (ZEEs); e o processo planejado de privatizações e de abertura mais ampliada ao capital das grandes potências imperialistas.

Por fim, o trabalho apresenta um capítulo conclusivo, no qual o autor organiza uma argumentação no sentido de ratificar as principais hipóteses levantadas preliminarmente, com uma abordagem mais apurada, a partir dos conhecimentos acumulados com a pesquisa. O texto procura deixar mais nítida a distinção entre as etapas da projeção de uma transição do capitalismo ao comunismo, mostrando o foco dos estudos sobre as etapas iniciais de um *longo e penoso* processo de construção do socialismo. Ao mesmo tempo, a abordagem pretende deixar nítida a conclusão de que a natureza dos processos de revolução acaba sujeitando as experiências de implantação de projetos nacionais de transição aos riscos de isolamento e à contínua pressão imperialista organizada em nível mundial.

Assim, este capítulo final deixa mais explícita a proposição da natureza instável do Estado-nacional nas primeiras etapas que sucedem à guerra revolucionária (nos casos em que ela se mostra necessária), a permanência de relações do capital internamente e, também, como tem sido possível a resistência revolucionária, tendo que enfrentar as sabotagens, as dissidências e a forte pressão do imperialismo organizado internacionalmente.

Todas as reflexões apresentadas ao longo da tese reafirmam a negação da perspectiva de construção do socialismo em um só país. O texto defende que uma

projeção da plena realização da transição ao socialismo requer que se pense a necessidade de uma cooperação mais abrangente de nações em processos revolucionários, a ponto de anular, na medida do possível, a pressão das forças reacionárias imperialistas e, assim, proporcionar o avanço de revoluções *em permanência* rumo a uma sociabilidade superior. Ratifica, ainda, que isso está muito além da vontade política de uma vanguarda revolucionária, em sentido estrito, por mais que esta também seja imprescindível.

## 2 BASE SOCIOECONÔMICA E ESTADO NUMA TRANSIÇÃO SOCIALISTA

Transição, na forma como se emprega o termo neste trabalho, não significa passagem de um lugar a outro e, sim, mudança de situação, ou de condição. Mais precisamente, trata-se de conceber um processo de transitar, a partir das condições em vigor num determinado momento, para uma situação posterior, projetada como completamente diferente e superior, o que requer, portanto, transformações radicais. Também não se refere aqui a alterações isoladas, em situações locais, mas das mais abrangentes modificações nas formas de produção e de reprodução da vida humana no planeta. Daí a necessidade de adjetivação, ou de qualificação, tratando o termo no sentido de uma transição socialista, das sociedades capitalistas para sociedades comunistas, cujo processo exigiria várias etapas intermediárias.

As principais referências científicas a esse respeito se acumulam, ainda hoje, a partir das elaborações pioneiras de Karl Marx e Friedrich Engels iniciadas em meados do século XIX. O esforço de construção teórica, colocado em marcha por Marx e Engels, inaugurou a possibilidade de se projetar cientificamente a perspectiva de transição para uma sociabilidade pós-capitalista, confrontando as abordagens que criticamente denominavam como o *socialismo utópico* (ENGELS, 1985). A crítica dialética às primeiras formulações socialistas se referiam à sua projeção idealizada e à difusão ideológica de modelos de cidades autogestionadas, nas quais não existiriam empregados nem patrões, sem, contudo, apresentar um plano para sua realização. Mas essa crítica não deixou de contextualizar a produção intelectual dessas primeiras proposições, formuladas no início do século XIX, portanto, na aurora da difusão pelo mundo das relações sociais capitalistas a partir da industrialização originária inglesa.

Ao estado imaturo da produção capitalista, à situação imatura das classes correspondiam teorias imaturas. A solução dos problemas sociais, que, nas condições econômicas por desenvolver, permanecia ainda oculta, devia ser tirada da cabeça. A sociedade só oferecia anomalias; eliminá-las era tarefa da razão pensante. Tratava-se de inventar um sistema novo, mais perfeito, de ordem social, e de o outorgar à sociedade de fora para dentro, por meio da propaganda e, sempre que possível, por meio do exemplo de experiências modelo. Estes novos sistemas sociais estavam de antemão condenados à utopia; quanto mais elaborados nos seus pormenores, mais tinham de se perder na pura fantasmagoria (ENGELS, 1985, p. 133).

Numa fase mais madura da expansão capitalista em nível mundial, com as contribuições de Marx e Engels, as formulações ganharam outro patamar: a organicidade submetida a um plano, pressupondo certo nível de consciência das classes oprimidas que, como sujeito revolucionário, estariam passíveis do autoconceito como produtoras na história e de agir na derrubada do poder constituído.

O proletariado conquista o poder público e transforma, por força deste poder, os meios de produção sociais que se escapam das mãos da burguesia em propriedade pública. Por este ato liberta os meios de produção da qualidade de capital até aqui possuída e dá ao seu caráter social plena liberdade para se afirmar. Torna-se agora possível uma produção social de acordo com um plano preestabelecido. O desenvolvimento da produção torna a existência ulterior de diversas classes sociais um anacronismo. Na medida em que a anarquia da produção social se desvanece, apaga-se também a autoridade política do Estado. Os homens, finalmente senhores do seu próprio modo de socialização, tornam-se assim, ao mesmo tempo, senhores da Natureza, senhores de si próprios – livres.

Levar a cabo esta ação libertadora do mundo é a vocação histórica do proletariado moderno. Aprofundar as suas condições históricas, e assim a sua própria natureza, e deste modo levar a classe chamada à ação, a classe hoje oprimida, à consciência das condições e da natureza da sua própria ação, é a tarefa da expressão teórica do movimento proletário, do socialismo científico (ENGELS, 1985, p. 167-168).

Trata-se, como se vê, de um plano elaborado num nível bastante elevado de abstração. No entanto, esse amadurecimento intelectual, já no final do século XIX, não se produziu de forma linear e sistematizada. Primeiro, porque resultou de vários exercícios de interpretação, de Marx e Engels, motivados pelas experiências concretas das revoltas populares, inclusive aquelas colocadas em marcha desde o período em que o *socialismo utópico* era um dos seus parâmetros inspiradores, disputando espaços dominados politicamente pelas perspectivas revolucionárias burguesas, em meados do século XIX. Segundo, porque foi consequência da participação direta ou indireta desses seus principais formuladores, nas tentativas de organização de pequenas frações das classes trabalhadoras naqueles episódios, em vários países,<sup>1</sup> portanto, num contexto de perseguições políticas, fugas e exílios por diversas partes da Europa.

---

<sup>1</sup> A partir de 1847, Marx e Engels passaram a integrar diretamente movimentos internacionais de organização político-partidária vinculados à defesa dos interesses dos trabalhadores.

Por isso mesmo, Marx e Engels não organizaram uma obra robusta, unificada numa sequência de capítulos e volumes, dedicada exclusivamente aos temas da revolução socialista e da passagem para uma forma superior de sociabilidade pós-capitalista. O que nos deixaram esses autores foi uma série de fragmentos, composta por manifestos, panfletos, prefácios, trechos de livros, textos publicados em jornais, cartas e mensagens aos membros das organizações políticas internacionais das quais faziam parte. Pequenos textos produzidos, na maioria das vezes, em resposta às questões colocadas pela situação política de cada momento de sua militância.

No entanto, para não repetir as limitações do *socialismo utópico*, as novas proposições não poderiam ser (da mesma forma que aquelas criticadas) simplesmente *tiradas da cabeça*. Assim, os vários fragmentos políticos herdados de Marx e Engels sobre o tema da revolução socialista superaram em muito a simples produção de material para a difusão de proposições e para a propaganda. Eles carregam uma carga de reflexão teórica, a qual transbordava de um esforço intelectual muito mais amplo, isto é, da sua dedicação à construção dialética de uma perspectiva de elucidação das leis que regem o funcionamento da sociedade capitalista, considerando seus pressupostos (as sociedades pré-capitalistas) e o acirramento de suas contradições internas, propondo-se a uma crítica às teorias burguesas.

É importante assinalar que esses textos políticos foram produzidos ao longo de várias décadas e tinham o objetivo de responder a demandas concretas do respectivo momento. É possível observar neles o processo cumulativo de construção do conhecimento, como reflexo do tratamento das categorias fundamentais da dialética que esses autores estavam produzindo, paralelamente, num nível muito elevado de abstração. Isso manifesta, também, um processo de amadurecimento (e não uma ruptura epistemológica) no próprio interior do pensamento de Marx e Engels que, para eles, teria uma natureza de *suprassunção* permanente (negação das imprecisões identificadas, conservação dos elementos fundamentais e elevação das formulações assim modificadas a um outro patamar).

Essas particularidades estão presentes, por exemplo, no conteúdo (surpreendente para aquela época) do *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848 (MARX; ENGELS, 2010), no qual esses autores sintetizaram, num formato político-partidário, o esforço de crítica filosófica formulado a quatro mãos nos manuscritos de 1845-46, publicados

somente muito depois da morte de ambos, em 1932, com o título *A Ideologia Alemã* (MARX; ENGELS, 2007).

As comparações do capitalismo com formas de organização social que o precederam aparecem resumidas no Manifesto de 1848 e têm no conjunto das obras de Marx e Engels um sentido de desvendamento. Para explicar as leis gerais da acumulação capitalista, os autores sentiram necessidade de recorrer ao estudo das sociedades precedentes, com o objetivo de entender o capitalismo como um modo de produção e, mais que isso, descobrir os movimentos que levam à transição de um modo de produção a outro. Nos referidos manuscritos, de 1845-46, ao procurarem se afastar do materialismo de Feuerbach, que passaram a conceber como apenas intuitivo, limitado à percepção de um objeto que lhe aparecia imutável, Marx e Engels (2007) acabaram dando um passo fundamental na construção de seu materialismo dialético e histórico.

Para isso, foi necessário também superar suas próprias convicções, construídas até então, de que a história seria condicionada por uma *essência genérica do ser humano*, ou pelo caráter determinante do *trabalho em geral* (concepções que pareciam agora apenas substituir o *espírito* presente na formulação de Hegel).<sup>2</sup> A partir dali, o trabalho passou a ser concebido pelos dois autores em suas distintas formas de existência, com base das relações diretas do ser humano com a natureza e consigo próprio, em sociedades determinadas no tempo e no espaço.

É certo que Feuerbach tem em relação aos materialistas ‘puros’ a grande vantagem de que ele compreende que o homem é também ‘objeto sensível’; mas, fora o fato de que ele apreende o homem apenas como ‘objeto sensível’ e não como ‘atividade sensível’ – pois se detém ainda no plano da teoria –, e não concebe os homens em sua conexão social dada, em suas condições de vida existentes, que fizeram deles o que eles são, ele não chega nunca até os homens ativos, realmente existentes, mas permanece na abstração ‘o homem’ e não vai além de reconhecer no plano sentimental o ‘homem real, individual, corporal’, isto é, não conhece quaisquer outras ‘relações humanas’ ‘do homem com o homem’ que não sejam as do amor e da amizade, e ainda assim idealizadas. Não nos dá nenhuma crítica das condições de vida atuais. Não consegue nunca, portanto, conceber o mundo sensível como a *atividade* sensível, viva e conjunta dos

---

<sup>2</sup> Uma boa síntese sobre como esses pensadores superaram as dificuldades interpostas pela ideia da essência genérica do ser humano, com o desenvolvimento da categoria *modo de produção*, pode ser vista em Gontijo (1982).

indivíduos que o constituem, e por isso é obrigado, quando vê, por exemplo, em vez de homens sadios um bando de coitados, escrofulosos, depauperados e típicos, a buscar refúgio numa 'concepção superior' e na ideal 'igualização no gênero'; é obrigado, por conseguinte, a recair no idealismo justamente lá onde o materialista comunista vê a necessidade e simultaneamente a condição de uma transformação, tanto da indústria como da estrutura social (MARX; ENGELS, 2007, p. 32).

Com a formulação do conceito de *modo de produção*, esses autores puderam estabelecer, por exemplo, novos parâmetros para a distinção entre os seres humanos e os demais animais. A consciência, a razão e a natureza sociável da humanidade deram lugar à capacidade humana de produzir sua própria existência material e intelectual como marcas distintivas essenciais, pois os seres humanos passam, a partir daí, a ser definidos como aqueles que *são o que produzem e como produzem*, em modos de produção determinados historicamente.

Assim, como produtores, os seres humanos fazem sua própria história, mas não a fazem em condições por eles escolhidas e sim sob aquelas herdadas do passado (MARX, 1978). No entanto, o modo de produção não seria apenas a forma de organização técnica das forças produtivas, mas o conjunto generalizado das relações econômicas, jurídicas, políticas e socioculturais, que se estabelecem por um determinado período em certas partes do mundo, incluindo a difusão de formas de pensar, de acreditar e de se comportar, requisitos para a sua reprodução de maneira generalizada ou predominante. A história da humanidade foi marcada pela experiência de vários modos de produção e, em algumas regiões do mundo, ficou bastante evidente a passagem de um modo de produção a outro, numa sucessão mediada por processos revolucionários durante longos períodos de transição.

No entanto, os estudos de Marx e Engels sobre esses processos de passagem entre diferentes modos de produção revelaram que eles apresentaram trajetórias bastante distintas quando comparados os mais variados territórios do planeta no tempo. Nos *Manuscritos* de 1857-58, publicados de forma mais completa apenas a partir de 1939, quando passaram a ser conhecidos sob o título *Grundrisse* (MARX, 2011b), existe uma parte dedicada às *Formas que Precederam a Produção Capitalista*. Naquele texto fica expressa uma interessante formulação sobre *vias alternativas* experimentadas pelos povos de várias regiões do mundo na transição das sociedades comunais primitivas, tidas como forma universal na fase pré-histórica da humanidade,

para outras formas de organização social: o *despotismo oriental* (asiático), o *escravismo ocidental* (antigo), o *modelo germânico* e o *eslavo*. Comentando essa passagem dos *Grundrisse*, Hobsbawn (1986) alerta sobre o erro de se pensar a formulação dos modos de produção como simples *etapas sucessivas*:

Em sentido literal isto é incorreto, pois não somente o modo asiático de produção coexistiu com todos os demais, como não há referência, na argumentação das FORMEN [*Formas que Precederam a Produção Capitalista*], ou em qualquer outra parte, de que o modo antigo tivesse evoluído dele. Devemos, portanto, entender que Marx não se refere à sucessão cronológica, ou mesmo à evolução de um sistema a partir de seu predecessor (embora, obviamente, seja este o caso do capitalismo com relação ao feudalismo), mas à evolução num sentido mais geral (HOBSBAWN, 1986, p. 37-38).

Nascem desses estudos a possibilidade de amadurecer ainda mais alguns dos elementos fundamentais da dialética de Marx e Engels sobre a reprodução social e isso irá aparecer de maneira cada vez mais nítida nas obras posteriores. Em especial, são destacados os distintos modos como, em cada região do mundo, foram se desenvolvendo o avanço do controle do ser humano sobre a natureza, a evolução do conhecimento e das técnicas de produção, ao mesmo tempo em que foram surgindo novas e diferenciadas formas de divisão social do trabalho, de propriedade e de organização política (Estado). Esses autores passaram a observar, portanto, um diversificado processo de separação do sujeito que trabalha das condições objetivas de produção de sua própria existência, o qual se completou com a formação e consolidação das sociedades capitalistas.

Foi a partir dos *Grundrisse* que nasceram duas publicações de grande importância: em 1859, a *Contribuição à Crítica da Economia Política* (MARX, 2008) e, em 1867, o primeiro livro da obra *O Capital: Crítica da Economia Política* (MARX, 2013). É preciso aqui destacar alguns trechos dessas publicações, os quais explicitam o grau de amadurecimento das formulações dos autores aqui referenciados, especialmente sobre o processo de transição para uma sociabilidade superior. Primeiramente, cabe destacar, a título de subsídio, um extrato muito difundido do famoso Prefácio<sup>3</sup> à obra

---

<sup>3</sup> Logo no início desse Prefácio, Marx faz referência aos *Grundrisse* como base para aquela publicação, mas chamando a atenção do leitor para o fato de que aqueles rascunhos foram produzidos para seu próprio uso e não para serem publicados, pois careciam de uma *elaboração subsequente*, segundo seu planejamento, a qual dependeria das condições futuras para tal. Na sequência, na mesma linha, ele avisa que suprimiu daquela mesma publicação uma *Introdução* (que ficaria famosa posteriormente),

de 1859, no qual, após afirmar que concluíra que “[...] a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política” (MARX, 2008, p. 45), o autor revela de forma resumida suas principais conclusões sobre as raízes das relações de Estado.

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social.

[...]

Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir (MARX, 2008, p. 45-46).

Também cabe recuperar o trecho da seção 4 do primeiro capítulo d’O *Capital*, sobre o *fetichismo da mercadoria*:

[...] imaginemos uma associação de homens livres, que trabalham com meios de produção coletivos e que conscientemente despendem suas forças de trabalho individuais como uma única força social de trabalho. [...] O produto total da associação é um produto social, e parte desse produto serve, por sua vez, como meio de produção. Ela permanece social, mas outra parte é consumida como meios de subsistência pelos membros da associação, o que faz com que tenha de ser distribuída entre eles. O modo dessa distribuição será diferente de acordo com o

---

por entender que ela seria inconveniente ao leitor naquele momento, por adiantar resultados que ainda seriam demonstrados (MARX, 2008).

tipo peculiar do próprio organismo social de produção e o correspondente grau histórico de desenvolvimento dos produtores (MARX, 2013, p. 153).

O processo de superação das amarras *fetichizadas* que contribuem para a reprodução das sociedades de classe requer um longo e penoso processo de revolução na base material.

O reflexo religioso [*fetichizado*] do mundo real só pode desaparecer quando as relações cotidianas da vida prática se apresentam diariamente para os próprios homens como relações transparentes e racionais que eles estabelecem entre si e com a natureza. A figura do processo social de vida, isto é, do processo material de produção, só se livra de seu místico véu de névoa quando, como produto de homens livremente socializados, encontra-se sob seu controle consciente e planejado. Para isso, requer-se uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência que, por sua vez, são elas próprias o produto natural-espontâneo de uma longa e excruciante história de desenvolvimento (MARX, 2013, p. 154).

Os apontamentos destacados acima, antes de repositórios da verdade, são considerados aqui como contribuições importantes para o que segue neste capítulo. Para os clássicos do socialismo científico, a nova forma de sociabilidade que se projeta nasceria do seio da sociedade corrente, portanto carregada de suas marcas fundamentais. Num primeiro estágio da nova sociedade, o produtor individual receberia uma parcela da riqueza social correspondente ao mesmo *quantum* de trabalho que deu à sociedade e essa distribuição deriva das formas de propriedade que se vão estabelecendo em cada época (MARX, 2012). Somente numa fase superior da sociedade comunista se consolidaria a possibilidade de reprodução social tendo a produção da existência pautada na perspectiva *de cada um segundo as suas capacidades e a cada um segundo as suas necessidades*.

No entanto, como os modos de produção não se constituem como estruturas estanques, a transição socialista não ocorreria de acordo com a mera vontade política de uma *vanguarda consciente*. Assim como nas transições que precederam o capitalismo, a destruição da superestrutura jurídica e política presentes nas relações do capital pressupõe um *longo e penoso* processo histórico, que envolve desde a saturação das forças produtivas correntes até a maturação em seu interior das condições objetivas de construção de uma nova estrutura econômica e social, a partir da qual seria possível erigir relações superestruturais superiores às existentes.

Como dito acima, a combinação de duas frentes de elaboração, os estudos num nível bastante elevado de abstração e a necessidade de dar respostas para situações concretas bastante específicas e localizadas (no tempo e no espaço), levou Marx e Engels a perceber a necessidade de uma *suprassunção* permanente dos conhecimentos acumulados. No Prefácio à edição alemã de 1872 do *Manifesto Comunista*, os autores fazem um alerta importante, muitas vezes esquecido:

Por mais que tenham mudado as condições nos últimos 25 anos, os princípios gerais expressados nesse *Manifesto* conservam, em seu conjunto, toda a sua exatidão. Em algumas partes certos detalhes devem ser melhorados. Segundo o próprio *Manifesto*, a aplicação prática dos princípios dependerá, em todos os lugares e em todas as épocas, das condições históricas vigentes e por isso não se deve atribuir importância demasiada a medidas revolucionárias propostas no final da seção II. Hoje em dia, esse trecho seria redigido de maneira diferente em muitos aspectos. Em certos pormenores, esse programa está antiquado, levando-se em conta o desenvolvimento colossal da indústria moderna desde 1848, os progressos correspondentes da organização da classe operária e a experiência prática adquirida, primeiramente na revolução de fevereiro e, mais ainda, na Comuna de Paris, onde coube ao proletariado, pela primeira vez, a posse do poder político, durante quase dois meses (MARX; ENGELS, 2010, p. 71-72).

De forma mais explícita, outro exemplo da necessidade de um amadurecimento permanente do conhecimento acumulado foi dado pelos autores no Prefácio à edição russa de 1882 do *Manifesto Comunista*. Ao considerar as grandes alterações nas estruturas produtivas e nas relações internacionais, a partir da industrialização de países que passaram a concorrer com a Inglaterra no mercado mundial, Marx e Engels colocaram um problema que pareceria fora de propósito em 1848:

E a Rússia? Durante a revolução de 1848-49, os príncipes e a burguesia europeus viam na intervenção russa a única maneira de escapar do proletariado que despertava. O czar foi proclamado chefe da reação europeia. Hoje ele é, em Gatchina, prisioneiro de guerra da revolução e a Rússia forma a vanguarda da ação revolucionária na Europa.

O *Manifesto Comunista* tinha como tarefa a proclamação do desaparecimento próximo e inevitável da moderna propriedade burguesa. Mas na Rússia vemos que, ao lado do florescimento acelerado da velhacaria capitalista e da propriedade burguesa, que começa a desenvolver-se, mais da metade das terras é possuída em comum pelos camponeses. O problema agora é: poderia a *obshchina* [comunidade rural] russa – forma já muito deteriorada da antiga posse em comum da terra – transformar-se diretamente na propriedade comunista? Ou, ao contrário, deveria primeiramente passar pelo mesmo processo de dissolução que constitui a evolução histórica do Ocidente?

Hoje em dia, a única resposta possível é a seguinte: se a revolução russa constituir-se no sinal para a revolução proletária no Ocidente, de modo que uma complemente a outra, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma revolução comunista (MARX; ENGELS, 2010, p. 73).

É interessante notar esse amadurecimento intelectual sobre a possibilidade da revolução socialista. É possível até admitir que, com base em certa leitura dos primeiros textos de Marx e Engels sobre o tema, surgissem interpretações de que eles defenderiam que a revolução anticapitalista e a construção do comunismo ocorreriam necessariamente num país determinado, pressupondo um estágio extremamente avançado de evolução das forças produtivas internamente. No entanto, em suas elaborações posteriores, os termos parecem se firmar em outra perspectiva, deixando muito mais precisas suas posições a respeito disso. Dito de outra forma, se, antes, os argumentos desses autores pudessem sugerir que a revolução teria muito mais chances de acontecer nos países de industrialização avançada, ficaria mais difícil afirmar que eles pensavam ser impossível revoluções socialistas a partir de países não completamente industrializados, considerando o que deixaram explícito em suas últimas contribuições sobre o assunto.

Outro exemplo dessa posição está numa carta de Marx à comunista russa Vera Ivanovna Zaslitch, escrita em 1881. Ali, o autor afirma que a comuna rural existente na Rússia poderia ser<sup>4</sup> a base de um processo revolucionário de *regeneração social*, desde que fossem criadas as condições para seu *desenvolvimento espontâneo* (MARX, 2013).

Com o Prefácio de 1882 (MARX; ENGELS, 2010), também parece ficar mais nítido que seus autores não tinham em mente a possibilidade do *socialismo em um só país*. A proposição envolve a consolidação de um novo modo de produção, o que requer certo alastramento de processos revolucionários em várias regiões do globo, pressuposto para garantir uma cooperação internacional contra a reação imperialista. A formação do mercado mundial, iniciada desde o período mercantilista de acumulação primitiva,

---

<sup>4</sup> É bom demarcar que não se tratava de nenhum prognóstico determinista, mas, sim, de uma projeção a partir de uma pergunta sobre a possibilidade ou não de se projetar uma perspectiva revolucionária contando com uma condição particular. Observou-se, com o desenrolar da história, que as formas comunais russas não sobreviveram aos processos de guerras e de reconstrução social que se sucederam após a Revolução de 1917.

mas intensificada a partir de meados do século XIX, com a interação mundializada do processo de acumulação imperialista, exigiria, para a superação definitiva do modo de produção capitalista (com sua substituição por sociedades comunistas), a combinação de ações revolucionárias em nível internacional. Isso estava de alguma forma grafado desde a primeira versão do *Manifesto* de 1848: “Proletários de todos os países, uni-vos!” (MARX; ENGELS, 2010, p. 69).

Para os limites objetivos deste trabalho, portanto, cabe destacar pelo menos dois pontos fundamentais neste capítulo: a) a ênfase de Marx e Engels à etapa intermediária que compreende a tomada do poder e a consolidação da ditadura do proletariado ante às pressões imperialistas; b) a dificuldade e a necessidade de se compreender a natureza do Estado nessa etapa que sucede à guerra revolucionária (nos casos em que ela surge como necessidade para a tomada do poder), a qual se estende na construção de um projeto de socialismo, tendo em vista as experiências concretas de revolução ocorridas somente após as mortes de Marx e Engels.

## 2.1 A ETAPA APÓS A TOMADA DO PODER E A VIA SOCIALISTA

A dialética de Marx e Engels não permitia aos autores uma projeção passo a passo do processo de transição socialista até a consolidação das sociedades comunistas. Seria mesmo um contrassenso se o fizessem a partir de uma perspectiva que se propunha crítica ao idealismo.

Muito curiosamente, nenhuma discussão de ‘planejamento’, que iria ser o critério central do socialismo, nem de rápida industrialização, com prioridade para as indústrias pesadas, se encontrava nos textos de Marx e Engels, embora o planejamento esteja implícito numa economia socializada (HOBBSAWM, 1995, p. 368).

Na maior parte do tratamento cumulativo de construção de um conhecimento que permitiria pioneiramente a projeção planejada de um processo revolucionário, Marx e Engels mostraram que o objeto de maior preocupação seria a fase inicial da transição: o período que imediatamente sucederia à tomada do poder, rumo à construção da ditadura do proletariado. O problema crucial dessa primeira etapa, que sucede à tomada do poder pelo movimento proletário, pode ser recuperado, por exemplo, em dois momentos da posição de Marx acerca da *Comuna de Paris*. Primeiro, no auge

das repercussões dos procedimentos após a tomada da cidade, Marx escreveu a Kugelmann em pleno 12 de abril de 1871:

Se você olhar o último capítulo de meu *Dezoito Brumário* [publicado no início de 1952] verá que digo que a próxima tentativa da revolução francesa não será mais, como antes, de transferir a máquina burocrática militar de uma mão para outra, e sim de esmagá-la, e isso é essencial para qualquer revolução popular no Continente. E isso é o que nossos heróicos camaradas do Partido estão tentando em Paris [...]. Eles deviam ter marchado imediatamente sobre Versalhes, depois que Vincy, primeiro, e em seguida a seção reacionária da Guarda Nacional de Paris se retiraram. O momento preciso foi perdido por causa de escrúpulos de consciência. Eles não queriam *começar a guerra civil*, como se esse nocivo *aborto* Thiers já não a houvesse iniciado com sua tentativa de desarmar Paris. Segundo erro: o Comitê Central entregou seu poder muito cedo, para dar caminho à Comuna. Outra vez por escrúpulos 'muito honrados'! Entretanto, pode ser que o atual levante de Paris – mesmo se ele for esmagado pelos lobos, porcos e cães sujos da velha sociedade – seja o feito mais glorioso de nosso Partido desde a insurreição de junho em Paris (MARX, 1978, p. 291-292, grifos no original).

Logo depois, em 30 de maio de 1871, após o massacre dos *comunares* pelas forças militares, Marx analisa o manifesto do levante de 18 de março daquele ano, no qual as lideranças partidárias justificavam a tomada da direção do Estado *em suas próprias mãos*, reafirmando:

Mas a classe operária não pode simplesmente se apossar da máquina do Estado tal como ela se apresenta e dela servir-se para seus próprios fins.

[...]

Paris pode resistir unicamente porque, em consequência do assédio, livrou-se do exército e o substituiu por uma Guarda Nacional, cujo principal contingente consistia em operários. Esse fato tinha, agora, de se transformar em uma instituição duradora. Por isso, o primeiro decreto da Comuna ordenava a supressão do exército permanente e sua substituição pelo povo armado.

[...]

A Comuna era formada por conselheiros municipais, escolhidos por sufrágio universal nos diversos distritos da cidade, responsáveis e com mandatos revogáveis a qualquer momento.

[...]

Em vez de continuar a ser o agente do governo central, a polícia foi imediatamente despojada de seus atributos políticos e convertida em agente da Comuna, responsável e substituível a qualquer momento. O mesmo se fez em relação aos funcionários de todos os outros ramos da administração.

[...]

Todas as instituições de ensino foram abertas ao povo gratuitamente e ao mesmo tempo purificadas de toda interferência da Igreja e do Estado. Assim, não somente a educação se tornava acessível a todos,

mas a própria ciência se libertava dos grilhões criados pelo preconceito de classe e pelo poder governamental.

[...]

No singelo esboço de organização nacional que a Comuna não teve tempo de desenvolver, consta claramente que a Comuna deveria ser a forma política até mesmo das menores aldeias do país e que nos distritos rurais o exército permanente deveria ser substituído por uma milícia popular, com um tempo de serviço extremamente curto. Às comunidades rurais de cada distrito caberia administrar seus assuntos coletivos por meio de uma assembleia de delegados com assento na cidade central do distrito, e essas assembleias, por sua vez, enviariam deputados à delegação nacional em Paris, sendo cada um desses delegados substituível a qualquer momento e vinculado por *mandat impératif* (instruções formais) de seus eleitores (MARX, 2011a, p. 54-58).

Destruir e substituir a máquina do Estado capitalista, entretanto, não significa concebê-lo como um mero instrumento. Parece sugestiva a posição de Bianchi (2007) sobre o uso da expressão *máquina do Estado* por Marx, não como instrumento, mas como uma metáfora, considerando sua definição de máquina industrial (conforme pode ser vista no Capítulo XIII, do livro I, d'O *Capital*). Aceita essa proposição, uma interpretação possível poderia ser formulada, afastando-se da crítica sobre uma suposta visão instrumental do Estado por Marx, nos seguintes termos: a dialética de destruição revolucionária da superestrutura que emergiu da formação e da consolidação das relações sociais de exploração burguesa envolve, fundamentalmente, a eliminação das forças motrizes estruturais que marcam a acumulação de riquezas nessa forma específica da luta de classes. Somente assim seria possível dar cabo dos elementos de ligação (ou de transmissão) dessas forças propulsoras à superestrutura política e jurídica, pondo no chão concomitantemente suas ferramentas assistenciais, ideológicas e coercitivas de intervenção concreta, cujo conjunto também cuida de legitimar todo o processo de acumulação privada de capital.

Feita essa observação, segue-se com a delimitação do principal objeto de preocupação de Engels e Marx nesses fragmentos políticos, conforme também pode ser lida nas indicações da *Crítica do Programa de Gotha* (MARX, 2012),<sup>5</sup> tida como

---

<sup>5</sup> O texto constitui-se, originalmente, em *anotações* ou *glosas marginais*, como Marx chamou, preparadas para se contrapor à proposta de um programa de coalizção do Partido Operário Alemão, voltado para promover uma aliança política com outras forças partidárias da Alemanha, em 1875.

um dos principais documentos de elaboração das proposições de Marx e Engels sobre o processo de revolução e da transição ao comunismo.

Nosso objeto aqui é uma sociedade comunista, não como ela se *desenvolveu* a partir de suas próprias bases, mas, ao contrário, como ela acaba de *sair* da sociedade capitalista, portanto trazendo de nascença as marcas econômicas, morais e espirituais herdadas da velha sociedade de cujo ventre ela saiu (MARX, 2012, p. 29).

O conteúdo do debate sobre essa primeira fase da transição socialista, nesse mesmo texto de 1875, acompanha aquela abordagem de trechos, já assinalados acima, que compõem a Seção 4, do primeiro capítulo d'O *Capital* (MARX, 2013), publicado oito anos antes.

Aqui impera, é evidente, o mesmo princípio que regula a troca de mercadorias, na medida em que esta é troca de equivalentes. Conteúdo e forma são alterados, porque, sob novas condições, ninguém pode dar nada além de seu trabalho e, por outro lado, nada pode ser apropriado pelos indivíduos fora dos meios individuais de consumo.

[...]

Por isso, aqui, o *igual direito* é ainda, de acordo com seu princípio, o *direito burguês*, embora princípio e prática deixem de se engalfinhar, enquanto na troca de mercadorias a troca de equivalentes existe apenas *em média*, não para o caso individual.

Apesar desse progresso, esse igual direito continua marcado por uma limitação burguesa. O direito dos produtores é *proporcional* a seus fornecimentos de trabalho; a igualdade consiste, aqui, em medir de acordo com um *padrão igual de medida: o trabalho*.

[As distorções derivadas de se ter o trabalho como padrão igual de medida] são inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista, tal como ela surge, depois de um longo trabalho de parto, da sociedade capitalista. O direito nunca pode ultrapassar a forma econômica e o desenvolvimento cultural, por ela condicionado, da sociedade.

[...]

Numa fase superior da sociedade comunista, (...) o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: 'De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades'.

[...]

A distribuição dos meios de consumo é, em cada época, apenas a consequência da distribuição das próprias condições de produção; contudo, esta última é uma característica do próprio modo de produção [...]. O socialismo vulgar [que sonha com uma distribuição mais justa da produção, sem relacioná-la adequadamente com as relações de produção a cada tempo] herdou da economia burguesa o procedimento de considerar e tratar a distribuição como algo independente do modo de produção e, por conseguinte, de expor o socialismo como uma doutrina que gira principalmente em torno da distribuição (MARX, 2012, p. 29-33, grifos no original).

Assim, não haveria modelos unilineares a seguir, tampouco processos contínuos de transição socialista. A cada uma das diferentes formas que podem assumir as estruturas socioeconômicas (especialmente as formas de propriedade, se puramente estatal, coletivizada, ou formas combinadas etc.), de cuja interação resultariam determinadas formas de distribuição, corresponderiam formas superestruturais específicas (mais centralizadas, ou mais descentralizadas), condicionadas pela dimensão estrutural de cada momento ou de cada espaço geográfico considerado durante um período de transição ao socialismo. Essas convicções, afirmadas e reafirmadas em vários momentos dos embates políticos de Engels e Marx com seus correligionários, deixaram um grande legado de conhecimentos, nem sempre compreendido em sua plenitude.

No entanto, há de se considerar que as contribuições dos clássicos do socialismo científico não tinham como ultrapassar os limites do século XIX. Afora as curtas experiências históricas de tentativas de tomada do poder, que resultaram nos governos de coalizão surgidos logo após as revoltas de 1848-49 e na Comuna de Paris (1871), sabe-se que Engels e Marx não tiveram como avançar muito mais no amadurecimento do conhecimento científico revolucionário a partir de análises de movimentos concretos de transição mais duradouros. As experiências revolucionárias do século XX, até por se projetarem em períodos muito mais longos do que aquelas vividas anteriormente, constituíram-se como novas oportunidades de debates e embates no desenvolvimento intelectual, diante dos desafios colocados pelo imperialismo à continuidade dos projetos de transição ao comunismo.

### 2.1.1 A Nova Política Econômica e o Debate Socialista no Início do Século XX

A revolução russa e a constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) na primeira metade do século XX podem também ser consideradas como grandes laboratórios para essa produção coletiva do conhecimento revolucionário. Ali ficaram ainda mais nítidos a descontinuidade da revolução, os avanços e os recuos colocados em prática, nas tentativas de adequar os projetos de transição ao socialismo à realidade concreta, com todos os interesses internos e externos colocados em jogo naquele momento. Uma das contribuições importantes, que o debate produzido pela intelectualidade orgânica ativa naquele processo agregou à maturação do pensamento socialista acumulado até então, foi apresentar elementos

que passaram a sugerir a necessidade de explicitar ainda mais a subdivisão presente na etapa da transição socialista (ou na fase inferior do comunismo, nos termos de Marx). Esse foi um marco relevante dentro dos objetivos deste trabalho.

Nos primeiros momentos após a guerra revolucionária, Lênin compreendia que, uma vez promovida a tomada do poder, seria necessário implantar na Rússia uma forma diferenciada de estrutura socioeconômica como base para a transição ao socialismo. A *Nova Política Econômica (NEP)* seria uma forma de intervenção concreta com o objetivo de implantar o *capitalismo de Estado*, como uma etapa necessária naquele momento para se avançar na construção do socialismo. Na sua defesa, de 1922, do *imposto em espécie*, Lênin (1987) cita alguns documentos escritos por ele anteriormente e procura explicar a situação concreta da URSS naquela etapa, apontando a necessidade de se compreender que a construção da *ditadura do proletariado* ainda estava num momento bastante incipiente e que, ele mesmo, quatro anos antes, acreditava na possibilidade muito mais rápida dessa edificação.

[Dizia, no folheto de 1918, que se], 'dentro de uns seis meses o capitalismo de Estado fosse implantado em nosso país, isto seria um imenso êxito e a mais sólida garantia de que, ao fim de um ano, o socialismo se afirmaria entre nós definitivamente e se tornaria invencível.

[...]

Segundo penso, não se conhece uma única pessoa que, ao ocupar-se da economia da Rússia, tenha negado o seu caráter de transição. Tampouco nenhum comunista negou, a meu ver, que a expressão 'República Socialista Soviética' significa a decisão do poder dos soviets em levar até o fim a transição para o socialismo, mas de modo nenhum significa o reconhecimento do novo regime econômico como socialista.

Contudo, o que significa a palavra transição? Aplicada à economia, não significará que no atual regime existem elementos, fragmentos, partículas, tanto de capitalismo como de socialismo? Todos o reconhecem. Mas nem todos, ao reconhecerem isso, param para pensar que elementos dos diversos tipos de economia social existem na Rússia. Aqui está o cerne da questão.

[...]

Por acaso não está claro que *quanto mais* alto nos elevarmos na escala política, *quanto mais plenamente* encarnamos nos soviets o Estado socialista e a ditadura do proletariado, *menos* nos é permitido temer o 'capitalismo de Estado'? Não está claro que, neste sentido, *material*, econômico, da produção, não nos encontramos ainda na 'ante-sala' do socialismo? E que não se pode entrar pela porta do socialismo a não ser atravessando esta 'ante-sala', ainda não alcançada por nós?

[...]

[Agora, é possível observar que os] raciocínios citados, que datam de 1918, contêm uma série de erros quanto aos prazos. Estes se revelaram mais longos do que se supunha então (LÊNIN, 1987, p. 144-154, grifos no original).

Nesse mesmo texto, Lênin (1987) apontava as marcas estruturais da sociedade russa naquele momento,<sup>6</sup> as quais justificariam a promoção da *NEP* nos termos por ele defendidos. De um lado, a urgência de integração econômica nacional encontrava barreiras no (re)fracionamento das classes sociais e na descontinuidade da divisão social do trabalho, em especial no que se refere às relações campo-cidade. Para o líder soviético, o nível de pobreza e de destruição era tão avassalador, que não haveria condições imediatas para colocar em marcha uma economia socialista.<sup>7</sup> Mesmo sob o risco de permitir algum fortalecimento das frações de classe consideradas como *pequena burguesia*, o poder soviético procurava, de imediato, promover uma política de abastecimento que substituísse o *sistema de confisco* em vigor no período da *guerra comunista* por um *imposto em espécie*, liberando parcialmente e sob vigilância a *pequena economia*, especialmente, a comercialização local de alimentos e combustível (lenha etc.).

O 'comunismo de guerra' nos foi imposto pela guerra e pela ruína. Não foi e nem podia ser uma política que respondesse às tarefas econômicas do proletariado. Foi uma medida provisória. Uma política acertada do proletariado, que exerce sua ditadura num país de pequenos camponeses, é a troca do trigo pelos produtos industriais necessários ao camponês. Somente essa política de abastecimento responde às tarefas do proletariado; só essa política é capaz de consolidar as bases do socialismo e levá-lo à vitória completa (LÊNIN, 1987, p. 156-157).

Por essas justificativas, parece que o problema estaria mesmo nas dificuldades em avançar de imediato na planificação socialista. Novamente se colocava a questão, já apresentada por Engels e Marx, da impossibilidade de se constituir imediatamente

---

<sup>6</sup> Cabe lembrar que, na sequência da derrubada do czarismo, em 1917, a Rússia experimentou uma sangrenta e destrutiva guerra civil, a qual arruinou a produção de alimentos, provocando a fome, a morte de milhões de pessoas e a migração das cidades para o campo, retardando a reestruturação de suas forças produtivas. Além da reação latifundiária nacional e dos conflitos gerados pela disputa interna em torno da direção do movimento revolucionário, a guerra civil foi marcada pela ocupação de várias regiões da Rússia por forças estrangeiras, as quais procuravam evitar o avanço da revolução socialista na Europa, continente que ressentia a destruição da Primeira Guerra Mundial.

<sup>7</sup> Lênin se referia a uma forma de organização da produção superior, de transição, que cuidasse de construir uma base estatal de produção industrial estratégica para o salto de qualidade requerido pela necessidade de evolução das forças produtivas e, ao mesmo tempo, promover formas de coletivização nas áreas econômicas voltadas para o abastecimento.

uma nova forma de Estado, projetada como superior, sob uma estrutura econômica e social ainda bastante marcada por vários dos elementos socioeconômicos e culturais da ordem societária que se procurava negar e superar, ainda mais em se tratando de uma situação concreta, sob as precárias condições resultantes de uma guerra revolucionária, de natureza destrutiva, numa Rússia que se encontrava num estágio ainda bastante atrasado do desenvolvimento capitalista. Em 1917, a Rússia dava os primeiros passos para a industrialização integrada, tanto em termos espaciais internos, ou inter-regionais, como em termos da interação entre a produção de meios de consumo e de meios de produção.

Após a morte de Lênin, em 1924, a *NEP* já apresentava resultados mais visíveis e o debate em torno dela se acirrava na mesma medida em que o poder soviético procurava se consolidar ante os desafios estruturais e as disputas internas. Trotsky, um dos mais destacados críticos dos novos arranjos políticos na Rússia, em 1929, dividia em dois momentos o período que se estendia desde a derrubada do czar.

A Revolução de Outubro divide-se, devido à doença e morte de Lênin, em dois períodos que se irão diferenciando um do outro quanto mais nos afastamos dela. O primeiro período foi a época da tomada do poder, da instituição e do fortalecimento da ditadura do proletariado, da sua defesa militar, das medidas essenciais a que se teve de recorrer para determinar a sua via econômica [...].

O segundo período se caracteriza pela existência no país de um número crescente de elementos de dualidade do poder (TROTSKY, 1981, p. 6).

Do debate que seguiu à morte de Lênin, podem-se destacar pelo menos quatro elementos para os propósitos deste trabalho: a) as dificuldades internas resultantes dos entraves ao progresso revolucionário nos outros países e, portanto, do isolamento internacional; b) as concessões às frações da burguesia e às pressões imperialistas (externas); c) as repercussões administrativas e políticas dessas concessões no interior das instituições públicas e das organizações políticas e socioeconômicas do proletariado engajadas na revolução; d) as interpretações sobre a reversão capitalista e as proposições de caminhos revolucionários a seguir.

### 2.1.2 A Recuperação da Proposta de Revolução Permanente

Diante dos desafios iniciais e dos entraves em avançar na reestruturação interna da sociedade russa, tanto o acordo que resultou na saída da Rússia da Primeira Grande

Guerra (Brest-Litovsk, em 1918) como a promoção da *NEP* se apresentaram como recuos estratégicos no processo revolucionário. Assim, essas posições não necessariamente representavam um retrocesso definitivo. Inclusive, seu principal crítico reconhecia que, da mesma forma que, no capitalismo, a própria burguesia domina apoiando-se em outras classes, utilizando-se de diversos artifícios, aquelas concessões soviéticas à burguesia não poderiam ser vistas como um mal em si.

Uma ditadura de pureza química só poderia existir em meio imaterial. O proletariado dirigente é obrigado a contar com as outras classes e, segundo a relação de forças no interior do país ou na arena internacional, a fazer concessões às outras classes para manter a sua dominação. Toda a questão está em saber quais os limites dados a essas concessões e qual o grau de consciência com que são feitas.

[...]

Ante à paralisação do desenvolvimento revolucionário nos outros países, a NEP, representando um recuo profundo e duradouro, era inevitável. Aplicamo-la, sob a direção de Lênin, com plena unanimidade. Este recuo foi reconhecido como tal, com pleno conhecimento de todos [...]. A pequena burguesia adquiriu, até certo ponto, a possibilidade de acumular. Mas, o poder e, por consequência, o direito de determinar os limites dessa acumulação continuaram, como antes, nas mãos do proletariado.

[...]

[Agora, diante da dualidade de poder, a] questão que se põe então é a de saber se a dita direção é capaz de compreender a necessidade de uma mudança de política e se, na prática, está em condições de a realizar. Voltamos assim ao problema de saber em que medida o poder de Estado se encontra ainda nas mãos do proletariado e do seu partido, isto é, em que medida continua a ser o poder da Revolução de Outubro (TROTSKY, 1981, p. 8-10).

As interpretações sobre aquele momento, no calor do debate após a morte de Lênin, colocavam a visão oficial na defesa de que sua política estava voltada para a *edificação do socialismo nacional*, enquanto a crítica anarquista se associava aos reformistas na perspectiva de que o poder soviético estaria promovendo a restauração do capitalismo na Rússia. Nesse sentido, buscava-se uma alternativa a esses dois extremos, propondo-se a interpretação sobre a *dualidade do poder*.

Ir mais longe do que o reconhecimento de elementos de dualidade de poder [afirmando, por exemplo, tratar-se já de um país burguês] seria teoricamente falso, politicamente perigoso; seria mesmo um ato suicida. O problema da dualidade do poder consiste, portanto, neste momento, em saber em que medida as classes burguesas se enraizaram no aparelho de Estado [...] e em que medida as ideias e as tendências burguesas se enraizaram no aparelho do partido do proletariado. Porque deste grau depende a liberdade de manobra do

partido e a possibilidade da classe operária tomar as medidas necessárias de defesa e de ataque.

[...]

[Na verdade,] o principal crime da política posterior a Lênin, e antileninista, foi o de apresentar graves concessões como êxitos do proletariado, os recuos como progressos, o de interpretar o aumento das dificuldades internas como um avanço vitorioso para uma sociedade socialista nacional (TROTSKY, 1981, p. 10-11).

O risco iminente do regime dual de concessões confundir a promoção revolucionária com a defesa de interesses burgueses, além das ameaças externas promovidas pela pressão imperialista remetem a recuperar a proposição de Marx e Engels da *revolução em permanência*, tal como destacada na Carta à Liga dos Comunistas, de 1850:

Ao passo que os pequeno-burgueses democratas querem pôr fim à revolução o mais depressa possível, realizando, quando muito, as exigências atrás referidas, o nosso interesse e a nossa tarefa são tornar permanente a revolução até que todas as classes mais ou menos possidentes estejam afastadas da dominação, até que o poder de Estado tenha sido conquistado pelo proletariado, que a associação dos proletários, não só num país, mas em todos os países dominantes do mundo inteiro, tenha avançado a tal ponto que tenha cessado a concorrência dos proletários nesses países e que, pelo menos, estejam concentradas nas mãos dos proletários as forças produtivas decisivas (MARX; ENGELS, 1982).

Tal mensagem foi captada por Trotsky (1985, p. 22) nos seguintes termos:

A revolução permanente, na concepção de Marx, significa uma revolução que não transige com nenhuma forma de dominação de classe, que não se detém no estágio democrático e, sim, passa para as medidas socialistas e a guerra contra a reação exterior, uma revolução na qual cada etapa está contida em germe na etapa precedente, e só termina com a liquidação total da sociedade de classes.

Marx e Engels (2007), que consideravam a existência do proletariado pressupondo a *história universal* como realidade prática e, da mesma forma, o comunismo existindo apenas no plano histórico mundial, parecem também inspirar a crítica daquele momento à proposição do *socialismo em um só país* (uma ideia que se constituiu como tese fundamental na orientação não somente das forças revolucionárias internas à Rússia, mas de todas as organizações filiadas à III Internacional Socialista na maioria dos países do mundo, após a morte de Lênin). O seu equívoco, segundo Trotsky, exigia uma projeção alternativa para as lutas revolucionárias.

O internacionalismo não é um princípio abstrato: ele não é senão o reflexo político e teórico do caráter mundial da economia, do

desenvolvimento mundial das forças produtivas e do ímpeto mundial da luta de classes. A revolução socialista começa no âmbito nacional mas nele não pode permanecer. A revolução proletária não pode ser mantida em limites nacionais senão sob a forma de um regime transitório, mesmo que este dure muito tempo, como o demonstra o exemplo da União Soviética. No caso de existir uma ditadura proletária isolada, as contradições internas e externas aumentam inevitavelmente e ao mesmo passo que os êxitos. Se o Estado proletário continuar isolado, ele, ao cabo, sucumbirá vítima dessas contradições. Sua salvação reside unicamente na vitória do proletariado dos países avançados. Deste ponto de vista, a revolução nacional não constitui um fim em si, apenas representa um elo da cadeia internacional. A revolução internacional, a despeito de seus recuos e refluxos provisórios, representa um processo permanente (TROTSKY, 1985, p. 24-25).

Como visto, os clássicos do socialismo científico já assinalavam uma preocupação com essas questões. Na medida em que o capitalismo se consolidou por vastas regiões do planeta, intensificando as interações próprias do mercado mundial,<sup>8</sup> as experiências isoladas que pretenderam avançar na construção revolucionária foram continuamente ameaçadas a um retrocesso. Tal situação se tornou ainda mais evidente com a consolidação do imperialismo como fase superior das relações capitalistas (LÊNIN, 1979).

### 2.1.3 O Imperialismo e os Desafios à Transição ao Socialismo

Cabe aqui destacar alguns fundamentos sobre a constituição do imperialismo no sentido de marcar em que medida essa *etapa superior* do capital aprofundou as dificuldades de se promover o início de uma transição ao socialismo. Trata-se, especialmente, do momento de redistribuição do monopólio da produção e da tecnologia entre a Inglaterra e as nações de industrialização atrasada,<sup>9</sup> quando as relações capital-trabalho e a disputa concorrencial, ao mesmo em tempo que promoveram uma nova separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, colocaram o segredo industrial no rol das inovações que passaram a municiar a centralização do capital. É também a etapa capitalista em que se aprofundou a fusão do capital bancário com o capital produtivo, movimento que promoveu a generalização das sociedades por ações nos vários ramos da atividade econômica, a instauração do

---

<sup>8</sup> É importante reafirmar aqui que o mercado mundial passou a ser formado no período mercantilista da acumulação primitiva de capital e, assim, constituiu-se num pressuposto fundamental na consolidação do capitalismo como modo de produção predominante.

<sup>9</sup> Em especial, Estados Unidos, Alemanha, França e, depois, o Japão.

crédito como *arma* fundamental na concorrência e na centralização do capital, bem como as novas oportunidades para a especulação e para a acumulação fictícia de capital em larga escala (LÊNIN, 1979).

A partir de então, o protecionismo e a exportação de capitais pelas grandes potências imperialistas se tornaram instrumentos essenciais na concorrência internacional. Eles foram surgindo na medida em que passaram a ser formados grandes conglomerados de empresas dirigidas por *holdings*, as quais partilharam o mercado mundial, num movimento de cartelização e de trustificação sem precedentes. Além disso, os Estados nacionais, em cada uma das grandes potências, além de cumprir a função protecionista e garantir a infraestrutura econômica, também passaram a oferecer o aporte militar para o controle das fontes de matérias-primas e da produção de alimentos e insumos industriais na periferia. Essa é a forma de evitar o encarecimento desses produtos e, por consequência, a redução das vantagens advindas dos ganhos de produtividade alcançados nas linhas produtivas de alto padrão tecnológico (LÊNIN, 1979).

Foi criada, assim, uma rede de abrangência global, controlada por grandes *holdings* sediadas nas grandes potências imperialistas. Elas reproduzem, com apoio de seus respectivos Estados nacionais, uma hierarquia de subordinações sobre as decisões de produção e de investimento em nível internacional, tendo o monopólio da produção, dos processos de inovação e das linhas de financiamento como o principal mecanismo de gestão centralizadora do processo de acumulação em escala mundial.

Dessa rede de cooperação econômica hierarquizada nasceu também todo o aparato geopolítico repressor, invasor e de difusão ideológica, que contribui para a reprodução do modo de produção capitalista em nível mundial. É nesse sentido que fica descartada a perspectiva de se projetar uma transição como um processo *unilinear* rumo ao comunismo. Os limites estruturais para o avanço das etapas iniciais de construção do socialismo impõem a necessidade de se lançar mão de medidas táticas de concessão, que acabam por retardar o amadurecimento do projeto de transição, colocando sempre uma ameaça de generalização da acumulação privada de capital.

Portanto, a resistente *anarquia da produção*, organizada em nível mundial, contraria o caminho da superação das relações do capital mais arraigadas, requerido para o

horizonte da planificação econômica mais generalizada. Em particular, o isolamento de projetos societários socialistas impede o acesso à produção mundial de conhecimentos científicos e tecnológicos, condição para a internalização de processos de inovação, de cuja difusão depende a evolução das forças produtivas endogenamente. O mesmo entendimento poderia ser feito em relação às restrições imperialistas à integração aos circuitos internacionais de comercialização de meios de produção (máquinas, equipamentos, matérias-primas, algumas fontes energéticas de alta tecnologia), assim como de alguns meios de consumo estratégicos, como alimentos, energia, medicamentos etc.

Nessa perspectiva, avançar na transição socialista e atingir o modo de produção comunista seria, portanto, resultado do alastramento (do avanço espacial) pelo mundo de experiências concretas e exitosas de tomada do poder pelas forças populares, num processo permanente de cooperação revolucionária em nível internacional.

## 2.2 A INSTABILIDADE E O PROVISIONAL NUMA TRANSIÇÃO

Como visto, da base socioeconômica resultante da *guerra revolucionária* não pode emergir imediatamente uma superestrutura jurídica e política nitidamente definida. O imprevisto, o provisional, a contínua mutação, a instabilidade ou a inconstância são marcas passíveis de serem observadas nas tentativas de se estabelecer alguma governabilidade nos períodos iniciais da transição de um modo de produção a outro e, no caso da construção do socialismo, não poderia ser diferente. Normalmente, emerge nessas circunstâncias um regime de força que procura garantir, mesmo de forma parcial, alguma capacidade de intervenção e controle governamental.

[...] o Estado pós-revolucionário combina, como norma, a função do controle do processo político geral com a do controle do processo de vida material da sociedade. É a interação íntima entre os dois processos que produz dificuldades aparentemente insuplantáveis para a dissidência e a oposição (MÉSZÁROS, 2002, p. 1028).

No entanto, o rigor exige certa distinção entre as dimensões analíticas em que a instabilidade e o provisional se estabelecem nessas situações. Assim, parece interessante pensar que, num nível mais elevado de abstração, o Estado possui uma natureza instável, especialmente perceptível nas primeiras fases dos processos de transição, que se manifesta mais concretamente em formas de intervenção

provisionais e muitas vezes improvisadas, tendo, portanto, uma materialização determinada pelas *condições objetivas* dos territórios e dos momentos em que elas se realizam.

Se é assim, a natureza instável do Estado, numa transição ao socialismo, derivaria dos traços herdados da fragmentação na estrutura de classes constituída no período anterior à crise estrutural e à *guerra revolucionária* (nos casos em que esta for exigida). A esse fracionamento originário se agregariam dois outros fatores fundantes: os estratos sociais emergentes, que normalmente se formam a partir da implantação dos projetos iniciais de novas formas de propriedade e de organização da produção; e a pressão externa imperialista, cujas modalidades (intervenções militares, bloqueio econômico, apoio à sabotagem e à promoção de dissidências internas etc.) corroborariam para a desintegração social. A combinação desses movimentos fragmentados, motivados por interesses difusos, internos e externos, dificultaria a formação de uma nova estratificação social. Resultariam daí as condições para certa autonomia do comando estatal, mas, ao mesmo tempo, o prolongamento do período requerido para a estabilização de uma nova superestrutura política e jurídica, ou seja, para a consolidação da *ditadura do proletariado*, condição para se avançar rumo ao comunismo.

Em outra dimensão, caberia lembrar que guerra, qualquer que seja, possui um caráter amplamente destrutivo. Dependendo das condições em que pode ocorrer, uma *guerra revolucionária* pode atingir estágios de grande devastação, até mesmo de ruína, o que colocaria a seleção de prioridades num patamar muito avesso ao que poderia se suceder numa situação de estabilidade social. A destruição dos equipamentos públicos, por exemplo, inviabilizaria o atendimento pelas autoridades das demandas multiplicadas em situações como essas, e a maioria delas exigiria atendimento improvisado, de iniciativa local, inclusive informal, sem qualquer controle das autoridades provisórias. Da mesma forma, a possibilidade de aniquilamento, parcial ou total, das antigas unidades produtivas também requereria procedimentos imediatos para a garantia do abastecimento essencial, em condições bastante adversas, provisórias e improvisadas.

Diante disso, a leitura das experiências revolucionárias concretas ajuda a apreensão tanto da natureza instável do Estado a elas vinculadas, quanto das marcas

provisionais e improvisadas da intervenção estatal de cada caso particular, considerando seus contextos históricos específicos. Conforme o que está exposto desde o início deste capítulo, em cada formação socioeconômica, esse processo inicial de tentativa de construção do socialismo ganha, portanto, uma forma específica de desenvolvimento, de acordo com seus elementos estruturais internos e com as características de sua inserção anterior no mercado mundial capitalista.

Parece ser nesse sentido que Lênin (1987) descreveu a situação russa nos momentos posteriores ao que qualificava como o período da *guerra comunista*. Após a expropriação da grande propriedade no campo e na cidade, resultaria na Rússia daquele instante uma estrutura socioeconômica que combinava as iniciativas socialistas de estatização da *grande economia*, a “economia camponesa patriarcal”, a “pequena produção mercantil”, o “capitalismo privado” e o “capitalismo de Estado”, com predomínio da produção mercantil camponesa controlada pela “pequena burguesia” (LÊNIN, 1987, p. 144-145).

A pequena burguesia resiste a *qualquer* intervenção do Estado, contabilidade e controle, seja capitalista de Estado ou socialista de Estado. Este é o fato da realidade, absolutamente indiscutível, em cuja incompreensão está a raiz de toda uma série de erros econômicos. O especulador, o saqueador do comércio, o sabotador do monopólio [estatal]: esse é o nosso principal inimigo “interno”, o inimigo das medidas econômicas do poder soviético.

[...]

O dinheiro [acumulado durante a guerra] é o certificado que permite receber riquezas sociais e os milhões de pequenos proprietários guardam bem este certificado, o escondem do ‘Estado’, não acreditando em nenhum socialismo ou comunismo, ‘esperando que passe’ a tempestade proletária (LÊNIN, 1987, p. 145-146).

Isso permite interpretar que condições estruturais semelhantes de fragmentação social e de informalidade na defesa de interesses tão fracionados só podem resultar numa superestrutura instável, com mandatos e formas de intervenção provisórias e improvisadas, até a solução definitiva dessas contradições surgidas no imediato *pós-guerra revolucionária*.

Trata-se, na verdade, de administrar contradições novas e ainda pouco definidas, que se expressam numa estrutura e numa superestrutura de interação pouco amistosa entre o coletivo, o público e o privado. O prolongamento desse processo inicial, por anos ou décadas, pode ensejar até grandes alterações na forma, proporcionando,

inclusive, algum controle maior, ou alguma melhoria na capacidade de intervenção dos governantes. Porém, as transformações de fundo pressupõem ou a submissão dos interesses burgueses internos e externos a um regime cada vez mais rigoroso de controle no caminho de sua eliminação e da consolidação da transição socialista ou, ao contrário, o recrudescimento do regime de concessões internas e externas até a perda total do controle da vanguarda no poder sobre a *anarquia da produção*.

Assim, do exposto, cabe sintetizar o que se entende até aqui sobre a transição do modo de produção capitalista ao comunismo. Dos fragmentos herdados de Marx e Engels e da literatura que resulta dos relatos e das análises das revoltas e revoluções que se sucederam desde meados do século XIX, pode-se, na atualidade, organizar o que seria, em tese, as várias fases de um processo transitório, nos termos que seguem.

A etapa necessária do socialismo não decorre imediatamente da guerra revolucionária pela tomada do poder. Essa etapa precisa ser construída, inclusive pela espontaneidade da luta de classes mais geral, exigindo uma fase prévia de explicitação das contradições que culminariam numa crise sistêmica de desagregação social e de instabilidade política no interior do próprio capitalismo. Essas seriam as condições para a substituição das formas de poder corrente por formas transitórias e, portanto, instáveis de relações políticas, até que se constituíssem as condições objetivas de instauração do Estado socialista, ou da *ditadura do proletariado*. Esta etapa imediata pode se desenvolver entre avanços e recuos num período muito longo e evoluir em meio às iniciativas estatais voltadas para promover a coletivização da propriedade e da produção. Em frente à desestruturação produtiva e às pressões imperialistas, a vanguarda no poder se vê obrigada, também, a abrir concessões à acumulação privada, procurando ganhar forças estruturais e construir formas alternativas de legitimação. Essa situação não deriva da vontade da vanguarda no poder pós-revolucionário, ela é fruto das condições objetivas em que se desenvolvem as relações do capital e de como elas se perpetuam por muito tempo, por estarem organizadas em nível mundial.

Na verdade, o conceito de capital é muito mais fundamental que o de capitalismo. O último está limitado a um período histórico relativamente curto, enquanto o primeiro abarca bastante mais que isto: ocupa-se, além do modo de funcionamento da sociedade

capitalista, das condições de origem e desenvolvimento da produção do capital, incluindo as fases em que a produção de mercadorias não é abrangente e dominante como no capitalismo. Ao lado da radical linha de demarcação traçada pela derrocada do capitalismo, o projeto de Marx ocupa-se igualmente das formas e modalidades nas quais a necessidade de produção de capital está fadada a sobreviver nas sociedades pós-capitalistas por um longo e doloroso período histórico – isto é, até que a própria divisão social hierárquica do trabalho seja satisfatoriamente superada e que a sociedade seja completamente reestruturada de acordo com a livre associação dos indivíduos sociais, que conscientemente regulam suas próprias atividades (MÉSZÁROS, 2002, p. 1029).

Dessa forma, a ditadura do proletariado só emerge com a consolidação das condições estruturais de amadurecimento das frações trabalhadoras como classe em permanente revolução. Além disso, o Estado socialista só pode ser concebido, como tal, quando reunidas as condições para um longo processo de sua autodestruição, ou de seu definhamento (LÊNIN, 2007). Isso significa que, uma vez instaurada a ditadura do proletariado, em sentido amplo, estaria a sociedade preparada para a desconstrução dos resquícios da sociabilidade estruturada a partir das leis do valor e da estratificação social capitalista, até que não fizesse mais sentido a sua própria existência como forma de Estado.

Vendo assim, ao conjunto de transformações que nascem, desde a exacerbação estrutural das contradições internas fundamentais do modo de produção a ser superado (que gerariam as crises e que desembocariam em algum momento de desagregação social, instabilidade política e substituição das formas de poder estabelecidas), até o longo processo de construção do Estado socialista e de um intenso processo de superação de qualquer forma de poder estatal, denomina-se aqui transição do capitalismo ao comunismo.

Trata-se, portanto, segundo essa ótica, de um longo processo de revolução permanente,<sup>10</sup> exigido pelos avanços e retrocessos de sua trajetória tortuosa, em que várias dificuldades marcariam um complexo de continuidades e discontinuidades simultâneas (seria possível avançar em determinadas áreas, mas poderia retroceder em outras, sucessivamente), num intenso processo de superação de dificuldades.

---

<sup>10</sup> A revolução permanente resulta da longevidade das etapas de transição ao socialismo e da transição socialista ao comunismo, a qual exige uma contínua transformação do Estado até o seu definhamento total.

Dessa definição mais geral, deve-se partir para conceber todas as dificuldades adicionais quando considerado o processo de revolução numa dimensão nacional de um país dependente, em relação às potências imperialistas, envolvendo todas as pressões externas e as barreiras ao acesso às inovações tecnológicas e às redes mundiais de comercialização de meios de produção e de consumo essencial, condições necessárias para sua integração econômica.

Essas parecem ser as questões mais extremas. Mas, além delas, existem uma série de outros elementos de definição dos rumos a tomar, que ajudam a compreender a complexidade de desafios colocados para a consolidação concreta de um processo de transição socialista. Entre estas se destacam a introdução ou não do *cálculo econômico*, a *centralização* e a *descentralização* (da planificação, das decisões, da propriedade e/ou da gestão das unidades produtivas), envolvendo as discussões sobre: o Estatismo, a gestão participativa, a autogestão, o controle social sobre as ações governamentais, a política distributiva, o controle das migrações e da urbanização, a educação laica e independente do poder anteriormente dominante, a escolha do padrão tecnológico (considerando que a produção de C&T não é neutra, a necessidade de reduzir a separação do trabalho intelectual do trabalho manual etc.) adequado a uma transição socialista efetiva, entre outros. Tudo isso coloca em debate os modelos, as regras gerais a serem seguidas e, especialmente, as dificuldades de realização do processo de transição depois da tomada do poder e de instauração de uma nova ordem pelas classes revolucionárias.

Assim, da perspectiva da totalidade, a consolidação da ditadura do proletariado só pode ser projetada em escala mundial. Entre todas as alterações exigidas na organização da produção dos meios de existência humana, uma parece se destacar como pressuposto para as demais. Trata-se da contínua transformação nas formas de produção e de difusão do conhecimento científico e tecnológico que, de maneira especial, começa com a alteração radical dos processos educativos na perspectiva de construção do *ser humano novo*, nos termos de Ernesto Che Guevara (LÖWY, 1999), envolvendo desde os aparatos formais da educação infantil até o ensino superior, mas, também, a diversidade de alternativas de garantir uma formação de qualidade de cunho universal. Nesse sentido, as experiências cubana e chinesa

trouxeram grandes aprendizados com seus processos de educação que, no caso chinês, envolveu centenas de milhões de famílias, após a Revolução de 1949.

### 3 ANTECEDENTES À APREENSÃO DAS SINGULARIDADES CHINESAS

Este capítulo possui um caráter distinto do anterior. O segundo capítulo procura apresentar, sinteticamente, a construção do socialismo científico em suas linhas mais gerais de concepção, de projeção, enfatizando a forma como ocorreu seu amadurecimento intelectual a partir da análise das experiências concretas de revoltas populares e revoluções sociais até o início do século XX.<sup>11</sup> A ênfase ali está na explicitação de uma forma de interpretar as relações do Estado<sup>12</sup> num processo de construção do socialismo, considerando as categorias *modo de produção* e de *transição*, em geral. Procurou-se, com isso, destacar pelo menos duas características fundamentais do Estado nos processos de ebulição social: sua natureza instável e suas formas provisionais de intervenção. Essa instabilidade, após a tomada do poder, resulta do fracionamento social em estratos difusos internamente e da pressão externa exercida pela interação imperialista organizada em escala mundial. Por sua vez, esse caráter provisório, e mesmo de improviso nas ações do Estado é próprio das dificuldades de se estabelecerem na instabilidade os instrumentos, as instituições e as normas formais de execução de projetos e atividades mais comuns aos modos de produção consolidados.

Aqui, neste terceiro capítulo, a proposta é aproveitar esse conhecimento acumulado, para tratar de aspectos interpretativos sobre uma *formação socioeconômica* particular: no caso, sobre as singularidades que deram origem ao projeto de Estado-nação que nasce com a Revolução de 1949 na China. A proposta é, assim, procurar elementos que permitam compreender melhor a influência das marcas herdadas, ao longo de sua experiência milenar, no desenvolvimento de formas particulares de intervenção do Estado chinês. Busca-se, com isso, subsidiar a análise das mudanças de rumo ocorridas especialmente a partir do final dos anos 1970, objeto de capítulos posteriores.

---

<sup>11</sup> Compreendendo como central a experiência da formação da URSS e seu papel geopolítico, particularmente no que tange à liderança exercida por seus governantes na inflexão do posicionamento da Internacional Socialista, na condução do pensamento político e da ação revolucionária em vários países no século XX.

<sup>12</sup> Relações do Estado no sentido da superestrutura jurídica, política e ideológica, que organicamente emerge da estrutura socioeconômica, formando a totalidade dos movimentos numa sociedade.

Em outros termos, este capítulo pretende encontrar, em meio ao manancial de interpretações diferenciadas e conflitantes sobre a experiência chinesa, no século XX, elementos teóricos e históricos que deem suporte à apreensão dos vários momentos de transformação na estrutura socioeconômica e nas tentativas de constituição de um projeto de Estado-nação, que acabaram resultando na construção e no desenvolvimento concreto da República Popular da China.

Parte-se da premissa de que conhecer a realidade chinesa atual requer pelo menos duas considerações. Primeiro, a China é uma daquelas singularidades que desafia o pensamento ocidental, eurocêntrico, na medida em que resulta de um processo milenar particularmente complexo, especialmente por estar em completa assincronia com o processo ocidental de transformações históricas, que tiveram como consequência a constituição do capitalismo. Segundo, diante do caos que resultou da combinação de guerras internas e externas, por mais de um século, a sociedade chinesa produziu a oportunidade de rumar para outro patamar de sociabilidade, notadamente a partir de 1949. Essa perspectiva significa considerar que a China ousou desafiar a violenta tentativa de sua anexação neocolonial, ao romper com as diretrizes imperialistas de desenvolver o capitalismo dependente em seu território e, assim, orientou-se para a realização de um projeto de construção do socialismo. Por isso mesmo, vem experimentando, nas últimas décadas, as glórias, os augúrios e os desafios de consolidação de seu projeto de Estado-nação.

Esses traços de singularidade permitem afirmar que os olhos do Ocidente não foram ainda capazes de compreender a complexidade chinesa em sua plenitude. Por isso, optou-se neste capítulo por recuperar referências intelectuais entre os próprios protagonistas do processo chinês recente, em especial em Mao Zedong, por ser ele referenciado até hoje por seus patrícios como a personalidade mais expressiva na construção do projeto revolucionário colocado em marcha desde a primeira metade do século XX.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Dialogar com o pensamento de Mao significa, aqui, considerar a relevância de suas principais contribuições para o entendimento da realidade em que vivia tão intensamente, mas, ao mesmo tempo, significa também levar em conta o quanto a sua formação intelectual foi influenciada pelo pensamento ocidental, especialmente pelas concepções predominantes na III Internacional Socialista após a morte de Lênin.

As lideranças revolucionárias chinesas tinham nítido que precisavam conhecer profundamente a realidade que pretendiam alterar em seu país. Daí entenderem como fundamental uma interpretação adequada sobre as classes sociais na China, para se projetar uma revolução nacional, mas essa não era uma tarefa fácil de realizar. As referências sobre a China do início do século XX, apontadas nas *Obras Escolhidas* de Mao (1971), mostram bem as dificuldades que o grande líder e seus correligionários<sup>14</sup> encontravam para interpretar a formação das novas classes sociais e os bruscos movimentos econômicos e políticos que agitavam a sociedade chinesa naquele momento. De seus registros, pode-se extrair que, na virada para os anos 1940, a China era um país muito heterogêneo, econômica e socialmente, fruto do longo período de intensas guerras civis e dos distintos movimentos de invasão imperialista, de origens e objetivos bastante diferenciados.

### 3.1 A HETEROGENEIDADE SOCIOECONÔMICA SEGUNDO MAO

Em suas obras, Mao Zedong procurou inicialmente retratar a realidade chinesa que resultou da intervenção imperialista e da queda definitiva do poder imperial. O marco de sua compreensão sobre o início do declínio da antiga sociedade (que ele qualificava como *feudal*) foram as investidas imperialistas que, após um longo período de relações comerciais pouco amistosas, resultaram na deflagração da *Guerra do Ópio*,<sup>15</sup> na virada para os anos 1840.

Nessa linha de argumentação, foi a partir dessas hostilidades externas e das derrotas militares que a China passou a fazer concessões aduaneiras e a perder o controle sobre parcelas estratégicas de seu território e sobre seus sistemas de comunicação e de transporte. Tal perspectiva resultava da concepção de que as inúmeras revoltas populares (um patrimônio histórico fundamental, segundo Mao) acabavam sempre

---

<sup>14</sup> Muitos deles colaboradores diretos na produção dessas *Obras*, nos esforços interpretativos da época (MAO, dez./1939, p. 315 – nota de rodapé). O foco nesses textos procura recuperar como esses protagonistas na vanguarda revolucionária interpretavam as transformações naquele momento.

<sup>15</sup> A *Guerra do Ópio* constituiu uma série de conflitos entre a China e a Inglaterra, na metade do século XIX. A tática de buscar o repatriamento da prata inglesa (usada na compra de produtos chineses, como seda, chá, porcelana etc.), a partir do transporte formal e informal de ópio da Índia para a China, desde o início do século XVIII, além da evasão de divisas, acabou resultando em problemas sociais crônicos vinculados ao consumo de derivados narcóticos em larga escala. Com a intensificação de medidas que visavam a proibir o uso da droga na China, a reação militar inglesa levou à primeira grande derrota da dinastia *Qing* diante das forças bélicas ocidentais, forçando a formalização do tratado de 1842, o qual inaugurou uma nova fase nas relações chinesas com o Ocidente (SPENCE, 1995).

sendo aproveitadas pelas classes dominantes na sucessão das dinastias imperiais. Mesmo que importantes manifestações da insatisfação ante a exploração absoluta, esses movimentos de insurgência marcaram os três mil anos de domínio imperial sobre os *han* (maioria étnica), mas sem mudar efetivamente as antigas relações de produção e o sistema político que as acompanhava. Dessa forma, conclui Mao, somente com as intervenções imperialistas teriam ocorrido alterações estruturais e superestruturais importantes.

Assim, ainda que com cada grande luta revolucionária campesina se lograva certo progresso social, as relações econômicas feudais e o sistema político feudal ficavam no fundamental inalterados. Só nos últimos cem anos se tem produzido uma mudança na situação (MAO, dez./1939, p. 319).<sup>16</sup>

No entanto, alertava Mao (dez/1939), até a invasão japonesa de 1931, as grandes potências imperialistas não pareciam interessadas em desenvolver relações plenamente capitalistas em território chinês. Os procedimentos adotados pelas forças externas, majoritariamente europeias, procuravam combinar a subordinação neocolonial com a manutenção de algum poder militar dos senhores de terras sobre as camadas populares. Somente mais tarde, o Japão passou a empreender uma tentativa de colonização com ocupação militar direta, a fim de conquistar, de forma exclusiva, o território chinês.

Segundo Mao (dez/1939), diversas guerras imperialistas de controle do território continental e de áreas externas sob proteção da China, desde 1840 até 1900, impuseram pesadas indenizações e forçaram o Império a se submeter às forças militares e à jurisdição consular estrangeiras. A imposição de *tratados desiguais* transferia o controle dos principais portos e da política aduaneira, criando uma série de concessões às forças externas, as quais passaram a inundar a China com seus produtos industriais e a submeter a produção agrícola interna aos interesses imperialistas. Além disso, o controle estrangeiro sobre a produção fabril interna visava

---

<sup>16</sup> Todas as citações de trechos das *Obras Escolhidas* de Mao (1971) neste capítulo foram traduzidas do espanhol pelo autor). Essa edição, a que o autor teve acesso, é uma reimpressão realizada pelo *Fondo de Cultura Popular*, do Peru, a partir da edição produzida pela *Editorial do Povo*, de Beijing, em 1971, sob a denominação *Edições em Línguas Estrangeiras*. Esta, por sua vez, foi traduzida para o espanhol com base nas primeiras edições, em mandarim, publicadas desde de julho de 1952. Os quatro tomos das *Obras Escogidas de Mao Tsetung* seguem uma ordem cronológica dos textos produzidos a partir de 1926.

à utilização de força de trabalho barata e, ao mesmo tempo, impedia a diversificação produtiva e a evolução das forças produtivas. A subordinação às linhas de financiamento externo proporcionou o controle estrangeiro sobre os bancos, propiciando ao capital externo a criação de uma rede subalterna de comercialização e financiamento, operada por uma elite compradora e usurária local, envolvendo desde as áreas portuárias até as mais longínquas aldeias rurais. Isso facilitava a extração de excedentes, boa parte apropriado pelo capital estrangeiro.

Com isso, a economia chinesa foi ganhando um aspecto bastante heterogêneo. Ao mesmo tempo em que as forças imperialistas promoviam a mercantilização da produção, arruinando a produção agrícola tradicional e o artesanato rural e urbano (chá, seda, porcelana etc.), procuravam também impor restrições à diversificação produtiva fabril. Na medida em que promoviam sob seu controle a difusão de novos mercadores e usurários, procuravam preservar parte das relações de poder vinculadas aos interesses dos senhores de terras, fornecendo-lhes armas e munições, alimentando as disputas internas entre os caudilhos locais e o aparato de repressão ao povo. Dessa forma, subjugavam a elite compradora e usurária, bem como os aparatos burocráticos e militares.

Em paralelo, também foram observados por Mao (dez./1939) movimentos imperialistas nas esferas políticas e ideológicas. Uma extrema *agressão cultural*, que envolvia a ação coordenada de missionários religiosos no controle de hospitais e do ensino em escolas, por um lado, ao mesmo tempo em que as forças estrangeiras passavam a controlar veículos de imprensa e a promover o recrutamento de jovens chineses para estudar na Europa e nos Estados Unidos, com o objetivo de “[...] formar intelectuais a seu serviço” (MAO, dez./1939, p. 323).

Resultaria dessas abordagens imperialistas na China a combinação de antigas relações de produção, controladas pelos senhores de terras, com relações produtivas mais modernas, em ramos fabris restritos, controladas pelo capital estrangeiro. Tudo isso combinado com as pretensões japonesas de um controle colonial exclusivo sugeria a Mao que em seu país conviviam, ao mesmo tempo, estruturas *semifeudais*, *semicoloniais* e *coloniais* (MAO, dez./1939).

Mas não é só isso. Além dessas contribuições interpretativas mais gerais, na busca por identificar explicitamente os *verdadeiros amigos* e os *verdadeiros inimigos* de seu projeto revolucionário, Mao acabou indicando informações interessantes sobre a conformação das classes sociais na China, especialmente após a queda do regime imperial. Na *Análise das Classes da Sociedade Chinesa* (MAO, mar./1926), por exemplo, é possível observar o papel desempenhado pelos estratos (ou substratos) sociais<sup>17</sup> em relação à subordinação ou à resistência às forças imperialistas, bem como no que tange à adesão ou à refração aos movimentos revolucionários daquele momento. Tal abordagem foi sendo recuperada, enriquecida e atualizada para cada novo momento de elaboração de seus textos posteriores.

As forças internas nitidamente contrarrevolucionárias eram identificadas entre os senhores de terras (*latifundiários*, para Mao) e a elite compradora (a quem Mao designava *burguesia compradora*). Ambos estavam vinculados de forma subordinada aos interesses imperialistas, mas com comportamentos distintos nessa relação com o capital estrangeiro. Os senhores de terras eram muito próximos e muitas vezes se confundiam com os caudilhos militares e acabavam tendo seus poderes hereditários, locais, parcialmente preservados (em troca de linhas de financiamento, de armas e da garantia de compra da produção agrícola exportável, por exemplo). Ao contrário, os chamados *compradores* eram agentes formados no próprio processo de agressão imperialista, servindo diretamente aos interesses externos de extração e de transferência de excedentes e como distribuidores dos produtos importados das grandes potências. Internamente, a elite compradora “[...] estava unida por mil vínculos às forças feudais do país” (MAO, mar./1926, p. 16).

Havia também um estrato social intermediário que Mao denominava *burguesia média* e identificava como *a burguesia nacional*, propriamente dita, diretamente envolvida nas operações mercantis capitalistas urbanas e rurais. Seu comportamento vacilante, em busca de alguma independência, em alguns momentos se mostrava em contraposição ao avanço das forças imperialistas internamente, como também aos procedimentos opressores dos senhores de terras, tomando atitudes nitidamente alinhadas aos revoltosos, no afã de construir um Estado nacional soberano sob seu

---

<sup>17</sup> A crítica à forma como Mao identificava os estratos sociais na China naquele momento é apresentada mais adiante neste mesmo capítulo.

controle. Mas, ao mesmo tempo, expressava seu pavor ante à possibilidade da perda de controle das forças modernizadoras numa insurreição efetivamente socialista, o que acabava alimentando o *status quo*. Por isso, seus anseios eram considerados por Mao nitidamente irrealizáveis, como pode ser visto no trecho: “[...] a ideia concebida pela burguesia média chinesa de uma revolução 'independente' na qual esta classe desempenharia o papel principal, não é mais que uma ilusão” (MAO, mar./1926, p. 11).

Posição distinta era observada na camada social considerada por Mao (mar./1926) como a *pequena burguesia*. Dentro desse estrato existiria uma parcela minoritária, cujos membros conseguiam acumular uma quantidade de riqueza em grãos ou mesmo na forma monetária, com aspirações a ascender à *burguesia média* e, muitas vezes, seguiam suas perspectivas políticas e ideológicas, apesar da contínua insatisfação com a situação a que estavam sujeitos. Composto ao seu lado, existiria um segundo substrato, majoritário, o qual conseguia a muito custo viver com os frutos de seu trabalho, não se apropriando de excedentes o suficiente para enriquecer-se. Mais vulnerável à exploração que o primeiro, este grupo social seria muito mais sensível aos apelos revolucionários e, pela experiência anterior, seria capaz de marchar ao lado de uma terceira parcela, um pouco menos numerosa, considerada a ala esquerda dessa pequena burguesia, cuja base seria formada por famílias em contínua ameaça de pauperização. Em seu conjunto, a assim chamada pequena burguesia seria composta pelas camadas sociais que controlavam a produção agropecuária em pequenas e médias glebas, proprietários de oficinas artesanais, estudantes e professores de escolas primárias e secundárias, funcionários de escalões inferiores, pequenos advogados, comerciantes varejistas etc.

A parcela esmagadoramente majoritária da sociedade chinesa daquele período seria formada por famílias *semiproprietárias* rurais e por aquelas cujos membros trabalhavam no campo, mas não possuíam qualquer meio de produção. Ao conjunto formado por essas famílias rurais subalternas, acrescido daquelas que trabalhavam com pequenos artesanatos, ou cujos membros eram empregados no pequeno comércio de rua, ou trabalhavam como vendedores ambulantes, Mao (mar./1926) denominava de *semiproletariado*. Era uma imensa maioria, que vivia numa situação bastante precária, cujo acesso à produção não satisfazia plenamente suas

necessidades básicas, e era marcada por intensa fragilidade diante da usura e, em muitos casos, da exploração compulsória pelos senhores de terras e pelos proprietários urbanos. Segundo Mao, a condição de proprietárias, ou de não proprietárias, de precários meios de produção (pequenas frações de terras, algumas ferramentas etc.) marcava o grau de subalternidade dessas famílias e, com isso, a diferenciação social existente no interior desse próprio estrato da sociedade. Muitas dessas famílias eram forçadas a arrendar terras alheias de forma subordinada e, em muitas ocasiões, seus membros eram levados a vender sua força de trabalho, ou mesmo obrigados a se sujeitar a formas de exploração ainda mais rudes. Essa situação resultava num acesso a frações reduzidas da produção, o que tornava muitas dessas famílias dependentes da ajuda de terceiros e de parentes.

Cabe destacar aqui a ênfase estratégica das interpretações de Mao em relação aos substratos das famílias rurais *semiproprietárias* e não proprietárias para os seus projetos de revolução social. Em vários trechos das *Obras Escolhidas*, Mao dedica uma atenção especial à crítica do chamado *problema camponês*, denominação usada pelas alas mais conservadoras no interior das agremiações políticas tidas como revolucionárias para designar o movimento das novas organizações das famílias que trabalhavam no campo, cujas ações se difundiam em revoltas populares contra os senhores de terra que fugiam ao controle das lideranças partidárias.

Dentro de pouco tempo, centenas de milhões de camponeses nas províncias do centro, do sul e do norte da China se levantarão como uma tempestade, um furacão, com uma força tão impetuosa e violenta que nada, por mais poderoso que seja, os poderá conter. Romperão todos os grilhões e se lançarão pelo caminho da libertação. Sepultarão a todos os imperialistas, caudilhos militares, funcionários corruptos, déspotas locais e *shenshi* malvados. Todos os partidos e camaradas revolucionários serão submetidos à prova ante os camponeses e terão que decidir de que lado colocar-se (MAO, mar./1927, p. 20).

Essa posição de Mao advinha de uma pesquisa (*in loco*) sobre a organização de famílias trabalhadoras no campo a partir de *poderosas* associações locais. Mesmo sendo experiências específicas de alguns distritos, o poder dessas organizações se revelaria na submissão de vários membros das elites a suas determinações, em meio

à instabilidade política e à fragmentação da estrutura social, geradas com o fim do regime imperial, em 1911.<sup>18</sup>

Nos tempos da dinastia Qing, as autoridades locais tinham dois registros para o censo: o regular e 'o outro'; o primeiro para as pessoas de bem e o segundo para os bandidos, ladrões e demais elementos nocivos. E agora, em alguns lugares, os camponeses se valem disto para intimidar aos que no início se colocavam contra as associações camponesas, dizendo: 'inscreva-os no outro registro!'

Temerosas de se verem inscritas no 'outro registro', essas pessoas fazem todos os esforços imagináveis para ingressar nas associações camponesas, e não se tranquilizam até que vêem seus nomes anotados no registro dos membros. Porém, como frequentemente são rejeitados de forma categórica pelas associações, vivem com a alma por um fio (MAO, mar./1927, p. 22).

A empolgação de Mao com a mobilização popular alcançada em algumas províncias se expressava em números que considerava impressionantes para o período. Ele estimava que, em meados de 1926, as associações populares da província de Hunan reuniram em torno de 400 mil membros efetivos e, no início de 1927, o volume de afiliados já ultrapassaria dois milhões, o que poderia projetar cerca de dez milhões de pessoas sob a influência direta das associações da província naquele período (MAO, mar./1927). Em sua avaliação, Mao procurava combinar os números apurados em seu levantamento de campo com o acúmulo histórico das experiências de sublevação popular no meio rural, contrapondo-se às posições que viam naqueles movimentos um *problema camponês*, apresentando-o, ao contrário, como potencial na construção de um processo revolucionário de maior fôlego.

Por outro lado, Mao observava também a incipiente ascensão de um novo estrato social a partir das intervenções imperialistas na China: o chamado *proletariado moderno*. Via ali o nascimento de uma nova força dirigente do movimento revolucionário, observando a sua capacidade de mobilização na promoção de greves simultâneas em várias partes da China. Sua estimativa era que esse novo estrato social se constituía naquele momento (1926-27) num pequeno contingente: cerca de dois milhões de pessoas que trabalhavam para empresas da produção têxtil, da construção civil, empresas ferroviárias, mineradoras, do transporte fluvial, da

---

<sup>18</sup> Em 1911 ocorreu a revolução republicana na China sob o comando do Partido Nacionalista, o Guomindang (SPENCE, 1995).

construção naval, a maioria delas controlada pelo capital estrangeiro de diversas origens.<sup>19</sup>

Para ele, a disposição para as revoltas proletárias resultava da situação degradante em que viviam essas famílias, sob condições habitacionais bastante precárias e, uma vez que se encontravam completamente expropriadas de meios de produção, eram forçadas a vender sua força de trabalho a qualquer preço, submetendo-se a longas jornadas em um ambiente laboral normalmente insalubre.

Ao lado do contingente empregado na atividade industrial, conviviam outros assalariados e trabalhadores informais, em uma rede de serviços urbanos (estivadores, condutores de *ricksha*, limpadores de latrinas, ambulantes etc.). Tal situação se desenvolvia em caráter ainda bastante incipiente de introdução da mecanização produtiva urbana na China, enquanto a sua difusão no meio rural ocorria a partir de experiências isoladas, sem grande expressão em relação à produção agrícola total (MAO, mar./1926).

No final da década de 1930, o volume de emprego de trabalhadores nas *fábricas modernas* era estimado por Mao em menos de 3 milhões, enquanto as atividades artesanais, as pequenas fábricas e o comércio dos centros urbanos assalariavam em torno de 12 milhões de pessoas (MAO, dez./1939). Para os padrões ocidentais, seria, sem dúvida, um contingente significativo, porém, em se tratando da China, cuja população já alcançava aproximadamente 450 milhões de pessoas, em 1939 (MAO, dez/1939), a parcela assalariada não representava nem 3% do total de habitantes.

Ademais, Mao observava a reprodução de um grande volume de pessoas arruinadas pela expropriação de suas terras, que não encontravam ocupação e viviam em condições ainda mais degradantes em relação aos estratos anteriormente descritos. Chamava a atenção para a possibilidade de incorporar esse estrato, ao qual denominava *lumpemproletariado*, às fileiras revolucionárias, por sua histórica adesão/participação nos levantes organizados por sociedades secretas que se

---

<sup>19</sup> Além do controle japonês sobre boa parte da produção têxtil e dos ingleses sobre as atividades vinculadas mais diretamente ao transporte de cargas a partir dos entrepostos comerciais (ferrovia, navegação etc.), várias outras nacionalidades, especialmente europeias, detinham o controle sobre unidades de capital na China naquele período (SPENCE, 1995).

difundiam entre as *camadas populares*. Porém, ressaltava que os membros dessas famílias, que viviam em franca miséria, poderiam ser “[...] capazes de lutar com grande coragem, mas seriam propensos a ações destrutivas” (MAO, mar./1926, p. 15).

### 3.2 UMA PRIMEIRA APREENSÃO CRÍTICA DESSAS INTERPRETAÇÕES

Parece que não havia, naquele momento de intensas guerras internas e externas e da conseqüente instabilidade política, uma preocupação de Mao Zedong em explicitar em texto todo o conhecimento acumulado sobre as origens das singularidades chinesas.<sup>20</sup> Ele parecia muito mais preocupado em organizar um partido revolucionário de dimensão nacional e em se contrapor às forças internas reacionárias, no intuito de consolidar um projeto de transformações, continuamente ameaçado pela intervenção imperialista, seja da Europa, seja dos Estados Unidos, seja do Japão. Parece que seria esse o objetivo de suas reflexões escritas e, nesse sentido, seus argumentos estariam estrategicamente organizados, muito mais voltados para o embate político e ideológico, para as disputas no interior do próprio PCCh e para as relações deste com as demais agremiações políticas que se formaram na China a partir de 1911.

No entanto, é preciso considerar, também, que aquele esforço de interpretação do momento chinês, em franco período de revoluções, expressava, de um lado, as dificuldades da tarefa investigativa em si e, de outro, o alinhamento de Mao às posições predominantes na III Internacional Socialista, orientadas pela URSS.

Parece derivar dessas condições objetivas e subjetivas o alheamento de Mao em relação às sugestões sobre a distinção da China quanto ao desenvolvimento e superação dos modos de produção ao longo da história. O mais interessante é que ele parecia sensível a essas dificuldades.

A história da China nos últimos cem anos, assim como sua história antiga, é algo que segue obscura para grande número de militantes do Partido. Muitos eruditos em marxismo-leninismo, sempre que falam, o fazem sobre a Grécia antiga, mas, quanto aos seus próprios

---

<sup>20</sup> Essa tem sido, desde muito tempo, uma preocupação bastante acentuada no pensamento ocidental, na busca de compreensão dessas distinções, ou mesmo com a necessidade de fazer comparações, especialmente quando se tratou de um nível de abstração superior, sobre a ontologia humana, por exemplo.

antepassados, infelizmente, já os esqueceram. Não há um ambiente de estudo sério, nem do presente, nem do passado.

[...]

Os que têm esta atitude [*subjetivista*] não realizam um estudo sistemático e minucioso das circunstâncias que os rodeiam, trabalham movidos somente pelo entusiasmo subjetivo e não têm mais que uma ideia confusa da atual fisionomia da China. Eles rompem o fio da história, conhecem apenas a Grécia antiga e ignoram seu próprio país, permanecendo na obscuridade com respeito à China de ontem e de antes de ontem. Estudam a teoria marxista-leninista de maneira abstrata, sem um objetivo determinado (MAO, maio/1941, p. 15-17).

Resulta daí a contínua reafirmação de uma sequência unilinear, de fases sucessivas (HOBBSAWM, 1986), que procura enquadrar a experiência milenar chinesa (da etnia *han*, mais especificamente) na linha interpretativa predominante entre os partidos comunistas de todo o mundo até meados do século XX.<sup>21</sup>

E Mao parece deixar isso bem nítido em diversas passagens de sua obra.

No curso de seu desenvolvimento, a nação chinesa (aqui nos referimos principalmente aos han), da mesma forma que outras muitas nações do mundo, viveu durante dezenas de milênios no regime da comunidade primitiva, sem classes. Desde a desintegração deste regime, e sua transformação em sociedade de classes, até o presente [1939], transcorreram aproximadamente quatro mil anos, durante os quais a nação chinesa tem atravessado as sociedades escravista e feudal.

[...]

Ainda que a China seja uma grande nação, com um vasto território, numerosa população, história milenar, ricas tradições revolucionárias e esplêndido patrimônio histórico, seu desenvolvimento econômico, político e cultural foi por longo tempo muito lento, depois de sua passagem da sociedade escravista para a feudal. Das dinastias Zhou e Qin em diante, a sociedade feudal se prolongou por uns três mil anos (MAO, dez./1939, p. 316-317).

A caracterização desses três mil anos de história, por Mao, pode ser sintetizada nos seguintes termos: a) o predomínio da economia natural, restringindo as trocas, cuja produção era arrancada dos *camponeses* pelos senhores de terras, pela *nobreza* e

---

<sup>21</sup> É preciso recordar que boa parte do debate marxista sobre os modos de produção anteriores ao capitalismo foi profundamente enriquecida somente a partir de meados do século XX, após a publicação em diversas línguas dos vários manuscritos inéditos de Marx e Engels. Ao tratar das tardias publicações dos *Grundrisse*, de Karl Marx (a primeira publicação integral, em russo, ocorreu somente em 1941 e a inglesa em 1964), na qual há uma contribuição sobre as formações econômicas pré-capitalistas, Hobsbawm (1986, p. 14) chama a atenção para o seguinte: “Pode-se afirmar, sem hesitação, que qualquer discussão histórica marxista realizada sem levar em consideração o presente trabalho [as *FORMEN*] – o que significa, virtualmente, a totalidade das discussões anteriores a 1941 e, desgraçadamente, muitas das posteriores – terá de ser reconsiderada à luz do mesmo”.

pela família imperial, que constituíam os estratos dominantes na sociedade; b) a formação de um Estado dos senhores de terra, que cobrava impostos para financiar um grupo numeroso de funcionários e um aparato militar voltado para a repressão interna e para a guerra; c) após a unificação Qin, o Estado feudal se tornou absolutista, mas manteve o fracionamento feudal, a partir da nomeação de funcionários, que se distribuíam por todo o país e tinham apoio dos “senhores de terra e dos *shenshi*, pilares de todo o sistema feudal”; d) diante da exploração absoluta, os *camponeses* se rebelavam, mas a baixa evolução das forças produtivas e a ausência de uma liderança organizada (partido) impedia alterações radicais na sociedade e essas rebeliões eram usadas para a sucessão das dinastias; e) a contradição principal era observada entre os camponeses e os proprietários de terras (MAO, dez./1939).

Como visto, para Mao, essa sociedade se reproduzia sem grandes rupturas até a intervenção imperialista iniciada no século XIX. No entanto, parece não ficar muito nítido nos textos como ele pode afirmar que tal *regime* foi marcado por reduzida evolução das forças produtivas, ao mesmo tempo em que também reafirmava as glórias científicas e tecnológicas ocorridas naquele longo período.

No curso da história de sua civilização, a nação chinesa criou uma agricultura e um artesanato famosos por seu alto grau de desenvolvimento; deu origem a muitos grandes pensadores, cientistas, inventores, estadistas, estrategistas, homens de letras e artistas, e tem acumulado um rico acervo cultural. A bússola foi descoberta na China em tempos muito remotos. A arte de fabricar papel foi inventada há 1.800 anos. A imprensa com blocos de madeira, faz 1.300 anos, e a imprensa de tipos móveis faz 800. O emprego da pólvora data na China anteriormente à Europa. Assim, pois, a civilização chinesa é uma das mais antigas do mundo e a China tem uma história escrita há quase 4.000 anos (MAO, dez/1939, p. 316).

A questão colocada ganha ainda maior importância na medida em que se reflete sobre o porquê da interrupção desse rico processo de evolução científica e tecnológica na China, exatamente quando a Europa apresentava os sinais vivos de grandes revoluções no campo das transformações radicais no conhecimento humano. Parece que as respostas a essas indagações não podem ser buscadas em modelos simplificadores, mas, sim, em formas de pensar que estejam à altura da desafiante complexidade que marca a história chinesa nesse longo período.

Os confrontos interpretativos ocidentais sobre a história da Ásia se evidenciam não apenas no período recente. Perry Anderson (1985) procurou recuperar a preocupação de vários autores (inclusive dos precursores do pensamento moderno) em apresentar ao Ocidente as formas de organização social presentes na Ásia em vários momentos de sua trajetória, ora para demonstrar os traços de sua distinção, especialmente em relação à Europa ocidental, ora para negar as marcas de sua peculiaridade, de acordo com os interesses em jogo.

Segundo o autor, originalmente, essas abordagens se referiam aos contrastes verificados nos domínios médio-orientais do Império Otomano. Mas, com o tempo, esses registros passaram a ser referenciados, positiva ou negativamente, envolvendo áreas muito mais abrangentes do centro-sul da Ásia, chegando a regiões importantes do extremo Oriente, como é o caso da China. Montesquieu, por exemplo, vincularia a “tirania oriental” à ausência de “[...] propriedade privada estável e de uma nobreza hereditária” (ANDERSON, 1985, p. 463). Contrariamente, Voltaire admiraria o Império Chinês “[...] pela benevolência que ele atribuía a seu governo e costumes: o 'despotismo esclarecido'” (p. 464). Muitos dos interesses, entretanto, não ficavam tão visíveis nesses conflitos de interpretação sobre as organizações sociais do Oriente e, com isso, algumas posições foram revestidas de uma áurea anticolonialista.

Anquetil-Duperron dedicou seu livro aos ‘infelizes povos da Índia’, defendendo seus ‘direitos espoliados’, e acusou as teorias de despotismo oriental elaboradas pelos europeus de servirem apenas para dar cobertura ideológica a um colonialismo agressivo e predatório no Oriente [...]. Por ter expresso tais sentimentos, Anquetil-Duperron foi posteriormente aclamado como um dos primeiros defensores da nobre causa do anticolonialismo. Althusser, com certa ingenuidade, afirmou que [o livro] *Législation Orientale* é um panorama ‘admirável’ do verdadeiro Oriente, em oposição a Montesquieu [...]. Na verdade, [com uma maior investigação em outras obras, perceber-se-ia que o autor referido] não era um inimigo do colonialismo por uma questão de princípios, e sim um patriota francês decepcionado e humilhado com o sucesso do colonialismo inglês na Índia, que expulsou os franceses (ANDERSON, 1985, p. 465).

Reportando-se a um período posterior, em que se observam possíveis vantagens políticas e diplomáticas de se eliminar as distinções entre os processos de desenvolvimento das sociedades, especialmente quando algumas se apresentam como exceções, Hobsbawn (1986) comenta como tal postura influenciou o debate comunista sobre o modo de produção asiático após a morte de Lênin.

O medo de se encorajar um 'excepcionalismo asiático' e desencorajar uma posição suficientemente firme de oposição à influência do imperialismo (ocidental) foi um forte, ou mesmo decisivo, elemento no abandono do 'modo asiático' de Marx pelo movimento comunista internacional, após 1930 (HOBSBAWN, 1986, p. 59).

O debate em torno do modo de produção asiático passou a ganhar fôlego novamente nos anos 1960-70. Esse período coincidia com a independência política formal de vários países africanos e asiáticos, o que colocava o debate sobre seus respectivos traços históricos na pauta da pesquisa acadêmica. Foi o momento em que a Revolução Chinesa passou a apresentar seus resultados mais objetivos, especialmente, quando os ventos oriundos da antiga URSS apresentavam sinais pouco alvissareiros, e a República Popular da China iniciou uma marcha rumo ao que mais tarde seria concebido oficialmente como o *socialismo de tipo chinês*.

Uma dessas visões no debate daquele momento pode ser lida na abordagem de Roger Garaudy (1968) sobre *O Problema Chinês*, em que o autor recupera as concepções de Marx nos *Grundrisse* (2011b), sobre o modo de produção asiático, em duas perspectivas: a) como “[...] uma forma de passagem do comunismo primitivo para sociedades de classe” (p. 15); b) como traços distintivos que sobrevivem “[...] dentro de outras formações econômicas e sociais” (p. 15) no Oriente.

Segundo Garaudy (1968), as marcas fundamentais do modo de produção asiático seriam: a inexistência de propriedade privada da terra; a organização da produção a partir das grandes obras públicas (grandes represas e canais); a sujeição generalizada ao Estado, marcada pelo *despotismo oriental*; e o isolamento das comunidades aldeãs, sem um mercado integrador.

A dinastia *Han* (206 a.C. a 220 d.C.) seria, para o autor, o momento de ruptura com o modo de produção asiático em sua forma típica na China e, a partir de então, a sequência de invasões, conquistas e revoltas populares, ao mesmo tempo em que alterava as relações de poder, também promovia grandes modificações nas formas de propriedade a cada momento. Entretanto, vários traços do modo de produção asiático teriam sobrevivido a esses movimentos históricos, o que tornaria o *feudalismo chinês* uma realidade singular: as famílias lavradoras detinham vários meios de produção e se defrontavam com os *senhores feudais*, mas, ao mesmo tempo, o

Estado mantinha o “[...] controle geral sobre a propriedade das terras” (GARAUDY, 1968, p. 27).

Outra perspectiva é indicada pela crítica contundente de Perry Anderson (1985) à própria concepção de um modo de produção asiático generalizado em várias partes da Ásia. Esse autor apresentou a tese de que o conceito de modo de produção asiático deveria receber o *enterro merecido*, pois, desde a sua concepção por Marx e Engels, estaria eivado de problemas crônicos e insustentáveis, em especial, no que se refere à não observância da propriedade privada na China, focado no período posterior à dinastia *Han*.

A intensificação desse debate<sup>22</sup> permitiu conceber a formação socioeconômica específica da China como resultante de uma herança de determinações muito particulares, acumuladas historicamente durante milênios. É possível afirmar que, naquela região da Ásia, não se desenvolveu um modo de produção escravista na Antiguidade. Pelo menos não se observam traços generalizados dos modelos de trabalho escravo experimentados em boa parte do Ocidente europeu e de sua vizinhança durante a era dos antigos impérios. No território que hoje se conhece como a China, parece ter prevalecido, nos momentos iniciais da formação de sua fase imperial, um modo de produção muito mais próximo do que Marx (2011b) denominou de forma asiática de propriedade, na qual a posse familiar ou hereditária da terra combinava com sua propriedade comunitária ou despótica.

Sendo a *unidade* o proprietário real e o pressuposto real da propriedade comunitária, essa própria unidade pode aparecer como um particular acima das numerosas comunidades particulares reais, em que o indivíduo singular é então de fato privado de propriedade, ou em que a propriedade [...] aparece-lhe mediada pela supressão da unidade-geral, que é realizada no déspota como pai das muitas comunidades, e no indivíduo singular, pela mediação da comunidade particular. Com isso, o produto excedente – que, aliás, é determinado legalmente em razão da apropriação real pelo trabalho – pertence por si só a essa unidade suprema (MARX, 2011b, p. 389).

Essa relação patriarcal parece ter marcado o *despotismo* naquela região do Oriente na ausência de formas jurídicas de propriedade particular, na prevalência da propriedade tribal, ou comum, e na autossuficiência da tribo. Considerar esses traços

---

<sup>22</sup> Não é objeto deste trabalho um aprofundamento maior sobre esse tema. Uma abordagem interessante sobre o debate e as várias posições de autores marxistas sobre o modo de produção asiático pode ser vista em Augusto (2014).

de distinção entre a forma asiática de propriedade e aquelas do escravismo clássico é fundamental para entender seus desdobramentos posteriores na combinação das formas de produção (tecnologia, organização do trabalho etc.) e de propriedade, das relações políticas e socioculturais, as quais marcaram a história da China ao longo de seus milênios de tradição.

Parece ficar cada vez mais nítido que essas dificuldades interpretativas advêm da própria descontinuidade da experiência dos impérios chineses a partir da dinastia *Han*, um processo descontínuo que foi impingindo registros singulares a cada momento do conturbado processo de invasões e conquistas experimentado pela China ao longo de milênios. Em determinados momentos, as conquistas significaram o domínio do povo *han* sobre vários outros povos tradicionais da Ásia, mas, em outros, os *han* ficaram submetidos ao poder estrangeiro: pelos *povos das estepes* (século XIII) e pelos *Manchu* (no período que se estende desde o século XVII até 1911), por exemplo.

Essas disputas bélicas envolviam grandes extensões territoriais da Ásia,<sup>23</sup> nas quais se desenvolveram várias tradições de povos distintos, e o próprio território chinês como definido na atualidade, foi palco de várias divisões políticas, mas, também, econômicas,<sup>24</sup> em vários instantes de sua história. Daí a perspectiva em se afirmar que “[...] o desenvolvimento da Ásia não pode de forma alguma ser reduzido a uma única categoria residual, que englobe tudo que sobra depois de estabelecidos os cânones da evolução européia” (ANDERSON, 1985, p. 547). Por isso mesmo, não parece acertada a proposta de, diante das dificuldades de se definir o modo de produção que se estabeleceu na China, durante o período que se convencionou chamar de medieval no ocidente, utilizar adjetivações sobre uma espécie diferenciada de feudalismo *de tipo chinês*.

O mais prudente, portanto, para além das classificações convencionais, é conhecer o que de fato impediu a China, após milênios de evolução tecnológica (que, em muitos aspectos, se mostrou muito mais avançada do que aquela experimentada no Ocidente

---

<sup>23</sup> Uma extensão territorial em contínuo regime de disputas militares, sobre o qual apenas muito recentemente se pode observar alguma estabilidade em sua divisão político-geográfica.

<sup>24</sup> O noroeste pioneiro teve um desenvolvimento totalmente diferenciado, com produção agropecuária mais diversificada, utilizando-se de tração animal etc., enquanto a região meridional, de evolução posterior e rica em áreas alagadas, se desenvolveu com base na produção do arroz e hortaliças, sem a presença de animais de grande porte (SPENCE, 1995).

européu até o início da Idade Moderna), de promover as condições para se desenvolver formas tipicamente capitalistas de produção, que é o que Marx e Engels pareciam procurar especialmente responder.

Dessa forma, uma vez afastados os modelos simplificadores, resta para a análise pretendida conceber a heterogeneidade territorial, cultural e socioeconômica como marca das singularidades identificadoras da China milenar. À luz do debate sucintamente apresentado acima, é possível compreender, por exemplo, que a vastidão diversificada do território disputado por diversas etnias, ao mesmo tempo em que introduziu formas diferenciadas de organização da produção e de administração política, também manteve traços da cultura tradicional. Assim, os povos que foram formando a rica história chinesa acumularam elementos advindos ora da conservação, ora da mudança, tornando ainda mais complexa a sua experiência de desenvolvimento.

### 3.3 ENTRE A TRADIÇÃO MILENAR E A MUDANÇA

Parece ficar cada vez mais nítido que, mesmo após o seu rico processo de evolução política, administrativa e técnico-científica, acompanhado pelo desenvolvimento de relações mercantis relativamente avançadas na Antiguidade,<sup>25</sup> não estavam presentes todas as condições para a modernização (industrialização) da China, *pari passu* com a experiência europeia.

O próprio Mao parece indicar que não ocorreu um processo generalizado de formação de produtores independentes no campo, condição para a expropriação burguesa, num processo de acumulação primitiva de capital. Sequer se pode identificar a presença de uma burguesia interna, forte o suficiente para garantir a apropriação de excedentes e comandar a concentração e a centralização de riquezas numa região do globo cujos traços da tradição manteve, mesmo que de forma descontínua, o poder dos

---

<sup>25</sup> A China era considerada uma potência econômica sem precedentes. “Por exemplo, o Norte da China tinha então extensos depósitos de carvão e de ferro, que podiam ser transportados a baixo custo por via aquática para a capital. A exaustão dos recursos florestais por volta de 1.000 d.C. obrigou as fundições de ferro a usarem carvão mineral em vez de carvão vegetal nos altos fornos de coque. Além disso, o ferro fundido assim produzido permitiu que os trabalhadores do ferro da dinastia Song desenvolvessem uma técnica de eliminação do carbono para a produção de aço. Por volta de 1078, o Norte da China estava produzindo anualmente mais de 114 mil toneladas de ferro-gusa (setecentos anos mais tarde, a Inglaterra produziria apenas a metade dessa quantidade)” (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008, p. 96).

mandarins<sup>26</sup> na manutenção do controle do uso das terras por uma elite tradicional. Regulação essa cujo domínio não se fundava no direito absoluto sobre a propriedade privada da terra, mas num direito relativo, num direito de uso da terra,<sup>27</sup> sobre determinadas condições, as quais eram ditadas centralmente, mas administradas pelas relações entre mandarins e senhores de terras nos níveis provincial e, especialmente, local.

A cada momento histórico, ora marcado pelas conquistas extraterritoriais dos *han*, ora pela dominação estrangeira, a situação exigia mudanças. Eram redefinidas as relações superestruturais, elevando ou retirando poder dos mandarins, de acordo com a adesão e/ou a resistência contestatória dos senhores de terras, dos caudilhos militares e das famílias que trabalhavam no campo.<sup>28</sup> A dificuldade de controle central absoluto sobre um território tão vasto e tão diverso impunha a cada dinastia alguma forma de autonomia relativa das alçadas locais, diferenciadas, dos mandarins. Com isso, mantinham-se relações de poder descentralizadas,<sup>29</sup> na tentativa de controle e/ou de intermediação de interesses locais (dos próprios mandarins, dos senhores de terras e do comando dos exércitos – *senhores da guerra* – posições que em muitos lugares e momentos se confundiam no interior de uma mesma família, quando não numa mesma pessoa), em relação às ordens gerais da Administração Central, dependendo das vantagens e desvantagens colocadas em jogo, ou em decisão, em cada instante específico.

---

<sup>26</sup> A partir da dinastia *Qin* (virada para o séc. II a.C.), a potência econômica e militar instaurou-se como um estado de guerra permanente entre os vários povos que disputavam a delimitação ou a amplitude de seu território, consolidando o culto ao poder imperial e à secular organização burocrática do Estado centralizado, a seu modo singular. Um dos orgulhos dos museus históricos da China tem sido o registro das escolas de preparação para os concursos de ingresso no serviço estatal, datados do início dessas dinastias imperiais. Uma vez investidos em seus cargos, aqueles que mais tarde ficariam conhecidos no Ocidente como os *mandarins* constituíam o corpo intelectual e gestor da burocracia estatal. Mantiveram-se assim por várias dinastias, mesmo que num processo descontínuo, difundindo na sociedade o confucionismo como norma de conduta ética e de respeito às autoridades. Boa parte dos candidatos (homens) a mandarim pertenciam às linhagens dos senhores de terras. No entanto, esses cargos não eram hereditários, ou seja, os filhos dos mandarins não herdavam automaticamente os cargos ou o poder dos pais (AGLIETTA, 2014).

<sup>27</sup> Daí a dificuldade em se transferir imediatamente para a China imperial categorias que marcam a história do Ocidente, como a formação de um campesinato, de famílias camponesas ou, por outro lado, de proprietários latifundiários, o que denota outra singularidade fundamental para aquela região do globo no período e de suas heranças para a atualidade.

<sup>28</sup> “As nacionalidades da China sempre combateram a opressão estrangeira e recorreram à rebelião para libertar-se dela” (MAO, dez./1939, p. 317).

<sup>29</sup> Outra marca significativa, que deixaria heranças fundamentais.

Foi sobre essa estrutura, construída em milênios de conquistas, invasões externas e divisões internas, que passou a operar a pressão imperialista no século XIX. Cabe observar que a assincronia entre o processo de transformações sociais na China e aqueles experimentados no *mundo ocidental* traçou de forma marcante a etapa final do *Império do Meio*<sup>30</sup> e a transição iniciada com sua decadência definitiva. A última dinastia imperial chinesa durou de meados do século XVII até 1911, período em que os *Qing*, de origem *manchu* (estrangeira), dominaram a maioria *han* e todo o território chinês, momento que coincidia com as várias etapas de formação e desenvolvimento do capitalismo no *mundo ocidental* e com as mais variadas formas de colonização.

Assim, a China se converteu num celeiro de conquistas e partilhas territoriais exercidas pelas nações colonialistas europeias e, também, pelo Japão e pelos Estados Unidos, desde a primeira invasão portuguesa em Macau. Contudo, parece ser correto afirmar que, mesmo no período da neocolonização imperialista (a partir do final do século XIX), a China não chegou a ser uma colônia propriamente dita, pois as ocupações territoriais se davam por meio de feitorias, as quais funcionaram muito mais como importantes entrepostos comerciais.<sup>31</sup>

A penetração das forças capitalistas na China foi marcada, no início, pela resistência imperial em ceder às tentativas de se completar internamente a partilha territorial entre as potências imperialistas e pela busca do *autofortalecimento* (GELBER, 2012, p. 240), mesmo que sob forte influência externa. Tal resistência resultava de uma conturbada relação entre as investidas estrangeiras e a pressão popular chinesa inconformada com aquela situação *semicolonial*.

Com muita frequência, os estrangeiros eram foco do ódio público e os responsáveis pela opressão, humilhação e pelas dificuldades [...]. Se a xenofobia popular não fosse abafada, ocasionaria uma intervenção estrangeira maior. Contudo, tomar o partido dos estrangeiros faria com que as autoridades se tornassem profundamente impopulares (GELBER, 2012, p. 243-244).

---

<sup>30</sup> Denominação que se referia à China como o centro do mundo, como uma potência rodeada por povos bárbaros.

<sup>31</sup> Na segunda metade do século XIX, todas as potências imperialistas (Inglaterra, EUA, Alemanha, França, Rússia e Japão, entre outros países europeus) estavam de alguma forma presentes nos territórios de conquista da China imperial, com controle absoluto sobre algumas cidades estratégicas (inclusive com povoamento estrangeiro, com empresas privadas e serviços públicos operados pelos colonizadores), ou mantendo algum tipo de monopólio local, após severas disputas e acordos com a administração Qing (GELBER, 2012).

O quadro político daquele momento chinês, portanto, fornecia elementos significativos para o entendimento dos interesses colocados em jogo: a) a resistência da cultura milenar diante das pressões internas (revoltas populares) e externas (especialmente por meio da cristandade missionária e pela penetração de relações mercantis mais avançadas) por sua desconstrução; b) as consequências econômicas, sociais e políticas do enfrentamento das forças populares e dos comerciantes nacionalistas a um conturbado e singular processo de ocupação imperialista, marcado, em especial, pelo intento hostil de partilha de seu território pelas grandes potências imperialistas; c) a precária reação imperial nos últimos arroubos da dinastia *Qing* que, enfim, se consumiria em 1911; d) o avanço e o retrocesso dessas lutas em relação aos *senhores da guerra*.

Nesse sentido são valiosas as contribuições de Spence (1995), Gelber (2012) e alguns outros autores, que procuram ilustrar, cada um à sua maneira, as relações superestruturais que participaram das disputas e das várias tentativas de consolidação do poder unificado na China, tanto no processo de dissolução do império *Qing*, quanto na emergência de novas lideranças e agrupamentos políticos na primeira metade do século XX.<sup>32</sup>

Para os propósitos deste trabalho de tese, cabe refletir aqui sobre as relações entre a estrutura socioeconômica e as dificuldades em se constituir um Estado nacional naquele momento chinês. Por mais que as forças imperialistas tenham colocado à disposição uma quantidade razoável de recursos monetários, visando a incorporar a China ao processo de exportação de capital, a partir das grandes potências, não se encontravam ali as condições requeridas para um amplo processo de industrialização capitalista. Pensando assim, é possível conceber que as dificuldades políticas de reunificação nacional naquele momento (TROTSKY, 1970) derivavam de uma multiplicidade de circunstâncias estruturais, que impediam a formação de um Estado

---

<sup>32</sup> Interessante notar que a ocidentalização cultural, como tática imperialista denunciada por Mao, a partir do envio de levas de estudantes para a Europa e os Estados Unidos, acabou gerando também a oportunidade para o surgimento de muitas lideranças revolucionárias, cujo ativismo político resultou na batalha contra o confucionismo, tido como o elo que garantia o poder dos mandarins ainda no início do século XX. Tal tradição se apresentava, portanto, como um dos alvos culturais a serem atingidos, para o fortalecimento das forças nacionalistas que derrubaram o poder imperial, em 1911.

capitalista na China, mesmo que de forma inorgânica.<sup>33</sup> Mas essas relações pareciam muito confusas para quem vivia intensamente aquele momento. Em seu texto *Sobre a Contradição*, Mao (ago./1937, p. 354) afirma:

Em um país semicolonial como a China, a relação entre a contradição principal e as contradições não principais oferece um quadro complexo.

Quando o imperialismo desencadeia uma guerra de agressão contra um país assim, as diferentes classes deste, exceto um pequeno número de traidores, podem unir-se temporariamente numa guerra nacional contra o imperialismo. Então, a contradição entre o imperialismo e o país em questão passa a ser a contradição principal, enquanto todas as contradições entre as diferentes classes dentro do país (incluindo a contradição, que era a principal, entre o sistema feudal e as grandes massas populares) ficam relegadas temporariamente a uma posição secundária e subordinada. Tal foi o caso na China durante a Guerra do Ópio de 1840, a Guerra Sino-Japonesa de 1894, a Guerra de Ihotuan de 1900, e tal é a atual Guerra Sino-Japonesa.

O quadro era efetivamente complexo. Mas, agora, depois de todo o debate acumulado sobre aquela experiência, parece ser possível conceber aquele estágio das lutas internas e externas na China como resultado de determinações muito mais complicadas. De um lado, havia a pressão das forças imperialistas que, plenamente organizadas em nível mundial, encontravam uma diversidade de grupos de interesse (e não apenas *um pequeno número de traidores*) no interior da China, disposta a organizar de qualquer modo as relações mercantis preconizadas. De outro lado, a China se encontrava numa situação de tal fragmentação social interna e de tal instabilidade política e econômica (próprias de um estágio de transição), que dificilmente se poderia definir a combinação exata entre a *contradição principal e as contradições secundárias*. O território (re)fragmentado favorecia o fortalecimento político em nível local/provincial dos senhores de terras e dos caudilhos militares. Mas, também, essa fragmentação territorial impedia um controle centralizado sobre as transações mercantis, as quais vinculavam distintos interesses de comerciantes locais àqueles do capital estrangeiro, cujas particularidades dependiam do perfil localizado

---

<sup>33</sup> De modo geral, pode-se esperar que as iniciativas que visavam naquele momento a constituir um Estado capitalista na China, de fora para dentro, tendo relativo apoio em interesses internos particulares, se enquadrem nos parâmetros definidos por Mathias e Salama (1983), a partir dos quais esses autores concebem a constituição do Estado capitalista nos chamados países *subdesenvolvidos* não como um processo orgânico, mas como uma derivação do capitalismo organizado em nível mundial. Contudo, deve-se ter em conta que, no caso chinês, esse processo não chegou a se completar, especialmente se comparado com as experiências exitosas de capitalismo dependente, como aquelas manifestas na América Latina, por exemplo.

de cada feitoria, de cada produto, gerando frações sociais que se estabeleciam e que se distinguiam das demais, mas que têm sido englobadas pela denominação *elites compradoras*.

Dessa forma, é preciso compreender melhor os elementos de singularização da China no período que se estende desde a derrubada do regime imperial até a Revolução de 1949. Em especial, parece nítida a necessidade de reconsiderar o uso de categorias tais como *sistema feudal* e *nobreza esclarecida*, como definidas por Mao em seu apelo político para o arco de alianças pretendido, num momento específico da luta contra a invasão japonesa. Só assim, é possível firmar a convicção para o que interessa à análise presente: as condições para o capitalismo, ou para a consolidação de um Estado capitalista na China, não estavam colocadas naquele momento.

A resistência cultural não se revelava apenas nas relações políticas das massas revoltosas (que, em sua esmagadora maioria, permaneciam vivendo e trabalhando no campo, em atividades agropecuárias e no artesanato rural), mas, especialmente, na reprodução das condições infraestruturais da produção tradicional. Não existia, portanto, naquele momento, um processo mais agressivo de diferenciação social entre as famílias produtoras. A produção familiar de subsistência, capaz de atender a um padrão de consumo ainda bastante rudimentar, impedia a proliferação da especialização produtiva, reproduzindo as antigas formas de divisão social do trabalho, com baixa evolução das forças produtivas. Essas eram, portanto, as condições que impediam a formação de um mercado interno integrado e, ao mesmo tempo, de classes sociais que determinassem a reunificação em torno de um Estado nacional.

Diante disso, não ocorreu qualquer movimento no sentido da formação de um grande proletariado, ou de um mercado de trabalho assalariado de forma generalizada no campo e na cidade. Aquele momento conturbado pelas disputas fragmentadas reproduzia uma massa imensa de miseráveis, analfabetos, que estavam por séculos a fio vinculados à terra que, de alguma forma, ainda se mantinha na *posse* precária de suas respectivas famílias, sob a subordinação e os desmandos dos senhores de terras. Assim, a resistência das formas milenares de direito de uso das terras engendrava dificuldades para a mercantilização generalizada, ou capitalista, da produção, a qual continuava centrada na agropecuária e no artesanato tradicional

(chá, porcelana, seda etc.), no campo e nas cidades em disputa, mesmo diante da penetração da produção fabril controlada por estrangeiros, como indicou Mao.

O mais ilustrativo retrato da fragmentação política e territorial do momento anterior à Revolução de 1949 era a dificuldade encontrada pelas forças nacionalistas em avançar no controle da totalidade das províncias.

A República se dissolveu primeiro num tabuleiro de feudos rivais controlados por senhores guerreiros; depois, no regime híbrido baseado em Nanjing, o GMD [Guomindang] dominando o centro do país a partir do delta do Yang-tsé e variados caudilhos militares regionais, o resto: Chiang Kai-shek nunca chegou a controlar mais da metade das 18 províncias chinesas tradicionais, não raro menos ainda (ANDERSON, 2010, p. 4).

Tamanha instabilidade tornava muito gradativa a construção das condições necessárias a um processo de urbanização industrial nos moldes capitalistas, mesmo que de forma inorgânica, como parecia ser o projeto. Isso mantinha forte a acumulação controlada pelo capital comercial e usurário, com base no predomínio da produção de subsistência (relativamente autossuficiente para o padrão de consumo mais generalizado), combinada com o extrativismo e o artesanato para exportação, situação que agregava, ainda, uma relativa dependência de produtos estrangeiros industrializados.

A esse quadro instável se somavam os conflitos internacionais, que resultaram na Segunda Guerra Mundial, com grandes repercussões na China. Internamente, diante da fragmentação política, apresentavam-se duas grandes forças em busca de alguma representatividade, que fosse capaz de projetar qualquer perspectiva de reunificação nacional. De um lado estava o Guomindang (o partido oficial no governo), naquele momento liderado por Chiang Kai-shek, o qual apresentava um projeto nacionalista de reconstrução da China, ora atacando militarmente os senhores de terras, herdeiros do antigo poder imperial, ora buscando a conciliação entre estes e a *elite compradora* local e estrangeira. De outro lado se colocavam os comunistas, liderados por Mao Zedong, astuto militante comunista, o qual muitas vezes deixava de lado os ditames de Moscou (que orientavam uma aliança total com o Guomindang) e, taticamente, se isolava, caminhando entre as massas populares do campo em busca de apoio e se fortalecendo, para, enfim, comandar um exército capaz de tornar o PCCh independente dos interesses de Chiang Kai-shek.

Nesse quadro, uma vez mais, as forças externas tiveram papel importante, criando as condições para um desfecho no embate entre o tão poderoso governo Guomindang e as forças do campo organizadas por Mao. Primeiro, porque o principal aliado externo do governo de Chiang lia de forma enviesada os acontecimentos entre as mobilizações das famílias lavradoras:

Washington via os comunistas chineses apenas como camponeses armados que não mereciam ser tratados com seriedade. Conflitos intermitentes entre canhoeriras, comunistas e americanos que protegiam missionários prosseguiram, porém Washington acreditava que os comunistas desapareceriam assim que o governo chinês fizesse uma reforma agrária, eliminando os problemas da zona rural que causavam a adesão de camponeses a Mao (GELBER, 2012, p. 298).

Porém, mais importante parece ter sido a intervenção militar do Japão, anos antes de estourar a Segunda Grande Guerra. Esta se constituiu numa força definidora dos rumos que iriam levar os conflitos entre as forças de Mao e de Chiang durante as tensões bélicas internacionais: “Apesar de todo o heroísmo da Longa Marcha, o GMD [Guomindang] teria certamente aniquilado o PCC no final da década de 1930, caso o Japão não tivesse lançado um ataque maciço contra o regime de Nanjing em 1937” (ANDERSON, 2010, p. 4). A partir do final da Guerra, a China ficou isolada para resolver seus problemas internos, num momento em que a atenção dos *aliados* estava voltada para consolidar a vitória sobre o *eixo* na Europa, bem como em resolver a convivência pouco amistosa entre a URSS e as demais nações vitoriosas dali em diante. Naquele momento, a leitura estadunidense sobre o poder das forças maoístas se revelaria ainda mais precária.

O governo de Chiang saíra da Guerra muito longe dos arroubos táticos dos EUA (contra os interesses soviéticos) que colocavam a China entre as quatro potências aliadas nos fóruns de decisão durante os conflitos bélicos. Economia esfacelada, problemas inflacionários, o sonho da industrialização<sup>34</sup> postergado, necessidade de elevar a tributação sobre as famílias que viviam do trabalho nas lavouras, a consequente popularidade em baixa eram, entre tantos outros, graves desafios a colocar em xeque a administração do Guomindang naquele momento. Afastado dos

---

<sup>34</sup> Industrialização entendida como a integração da produção industrial de meios de subsistência e de produtos duráveis para o consumo com a produção industrial de insumos, máquinas e equipamentos.

resultados negativos impostos ao governo, a quem cabia controlar política, administrativa e militarmente a participação da China nos conflitos internacionais, Mao acumulava uma popularidade cada vez maior no período posterior à Guerra. As batalhas contra o Japão e, especialmente, contra as elites internas resultaram em ocupações territoriais pelos exércitos de trabalhadores rurais em posições estratégicas.

Assim, motivados pela redistribuição das terras conquistadas e pela possibilidade de reorganização da vida no campo, os exércitos comandados por Mao e por seus correligionários colocavam em prática iniciativas de reforma agrária negada pelo governo de Chiang (ANDERSON, 2010). Além disso, a esses exércitos de revoltosos rurais foram acrescidas levadas e levadas de desertores nacionalistas (GELBER, 2012), antes comandados pelo Guomindang, o que resultaria numa vitória esmagadora das forças populares revolucionárias em 1949. Comparada com Revolução de 1917, a República Popular da China, “[...] encarnando ideais patrióticos e disciplina social, veio ao mundo desfrutando de um grau de consentimento popular que a União Soviética jamais conheceu” (ANDERSON, 2010, p. 5).

Fica, portanto, como substrato dos estudos desse período que antecedeu à Revolução de 1949, a percepção de que o vasto território chinês, na medida em que foi tão diversamente atacado pelas forças imperialistas de diferentes origens e objetivos, acabou sendo palco, ao mesmo tempo, de grandes transformações, mas, também, de reprodução de várias das relações pré-capitalistas que foram se desenvolvendo internamente ao longo de sua história milenar.

Com isso, antes de ter *um palácio a conquistar*, o PCCh via à sua frente um leque incomensurável de desafios a superar, em meio a uma sociedade extremamente fragmentada, após um período secular de guerras civis e de tentativas imperialistas de conquistar seu amplo e diversificado território. O Estado que emergia naquele caos se apresentava como um não Estado, muito distante do sonho milenar de construção da soberania nacional, da nação unificada sob a liderança dos *han*. Mais ainda, a China aparecia muito mais afastada, pelo menos para aquelas lideranças comunistas de então, de um Estado-nação moderno, pressuposto para o avanço revolucionário rumo ao socialismo, segundo suas concepções mais gerais. Portanto, erigir o que aparentemente faltava seria a tarefa fundamental naquele momento dos primeiros

passos para a revolução *de tipo chinesa*.

## 4 APRENDIZADOS NA CONSTRUÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR

O movimento de 1949 e a forma como se desdobrou a tomada do poder pelo PCCh deixaram traços significativos na realização do projeto de Estado nacional na China. As heranças do passado milenar, que deixaram seus registros na combinação de guerras civis com distintas experiências de ocupação imperialista no século que antecede à revolução, passaram a se apresentar em condições bastante diferenciadas no novo período. Este capítulo está organizado de forma a apresentar alguns dos elementos fundantes da República Popular da China, os quais deixaram suas marcas num intenso processo de reeducação social, a partir das ações planejadas pelos governantes e das iniciativas de caráter mais voluntário, realizadas em cada local de residência e de trabalho. Trata-se, portanto, de um exercício de percepção de resultados que se combinaram a partir da unidade existente entre o projeto mais geral, as iniciativas planificadas sob o comando do PCCh, as condições concretas (diversificadas) em que elas foram efetivamente realizadas e suas repercussões objetivas e subjetivas no plano da consciência de construção de um novo Estado-nação.

Parte-se da premissa de que essas marcas da Revolução Chinesa constituem o fundamento para explicar a conformação de forças que se desenvolveu no seio da sociedade e que se manteve viva no interior do PCCh. Por isso, é a partir desses registros históricos que se podem entender as motivações para a tomada de decisões, bem como os resultados que vão se acumulando na realização dos diversificados planos esboçados desde 1949.

### 4.1 O CARÁTER DA REVOLUÇÃO

Dez anos antes do vitorioso movimento de 1949, Mao Zedong sugeriu pensar a Revolução Chinesa em duas etapas sucessivas e não excludentes, mantendo-se coerente com as proposições predominantes na *III Internacional Socialista* de seu tempo.

A revolução da nova democracia é muito diferente das revoluções que tiveram lugar nos países da Europa e na América do Norte; não conduz à ditadura da burguesia, mas à ditadura da frente única das diversas classes revolucionárias sob a direção do proletariado. Na Guerra de Resistência contra o Japão, o Poder democrático

antijaponês estabelecido nas bases de apoio, dirigidas pelo Partido Comunista da China, é o Poder da frente única nacional antijaponesa; não é nem a ditadura da burguesia somente nem a do proletariado somente, mas uma ditadura conjunta das diversas classes revolucionárias sob a direção do proletariado. Todos os que estão a favor da resistência ao Japão e da democracia têm direito a participar neste Poder, sejam quais forem os partidos ou grupos a que pertençam.

A revolução da nova democracia também difere da revolução socialista; só procura derrotar a dominação dos imperialistas, os colaboracionistas e os reacionários na China, porém não elimina a nenhum setor do capitalismo que possa contribuir para a luta ant imperialista e antifeudal.

[...]

Todo comunista tem que saber que, tomado em seu conjunto, o movimento revolucionário chinês, dirigido pelo Partido Comunista da China, abarca duas etapas: a revolução democrática e a socialista. Trata-se de dois processos revolucionários qualitativamente distintos, e somente depois de consumido o primeiro se pode passar ao cumprimento do segundo. A revolução democrática é a preparação necessária para a revolução socialista e a revolução socialista é a direção inevitável para o desenvolvimento da revolução democrática. O objetivo final pelo qual lutam todos os comunistas é a instauração definitiva da sociedade socialista e da comunista (MAO, dez./1939, p. 339-343).

Para o líder chinês, os pressupostos para essas afirmações se assentariam em dois elementos da situação em que se encontrava a China de então: a necessidade de uma unidade capaz de expulsar o Japão do território chinês e, também, a constatação de que a China ainda estava muito longe de alcançar o pleno desenvolvimento industrial capitalista. A proposta seria, então, impor uma derrota aos japoneses, a partir de *guerrilhas* a serem organizadas pela Frente Única e, ao mesmo tempo, derrotar os senhores de terras e a grande elite compradora, as quais ainda se constituíam como forças dominantes e do atraso no interior da China.

Assim, sob a direção do PCCh, o movimento revolucionário poderia, além de derrotar os japoneses, cumprir a etapa de superação do poder dominante interno, que era garantido pela forma como ocorria a intervenção imperialista até aquele momento. Isso permitiria que a economia capitalista se desenvolvesse “[...] em certa medida na sociedade chinesa” (MAO, dez./1939, p. 341), condição para que as forças revolucionárias, num segundo momento, pudessem seguir na construção do socialismo, tendo como referência os ensinamentos herdados da experiência soviética. Essa seria em síntese a estratégia da *Nova Democracia*, concebida como primeira etapa da Revolução Chinesa, tal como pensava Mao, em 1939.

No mês posterior a essa primeira elaboração, Mao se preocupou em elaborar mais detidamente sua proposta de revolução em duas etapas, focando na explicação da forma particular como a China participaria da construção do socialismo mundial. A revolução mundial socialista proletária

[...] tem como força principal o proletariado dos países capitalistas e, como aliados, as nações oprimidas das colônias e semicolônias. Sejam quais forem as classes, partidos ou indivíduos de uma nação oprimida que se incorporem à revolução, tenham ou não consciência deste ponto, o entendam ou não no plano subjetivo, basta que lutem contra o imperialismo para que sua revolução seja parte da revolução mundial socialista proletária e, eles mesmos, aliados desta.

Hoje, a revolução chinesa tem uma significação ainda maior. Vivemos uma época em que a crise econômica e política do capitalismo funde cada dia mais o mundo na Segunda Guerra Mundial; em que a União Soviética chegou ao período da transição do socialismo ao comunismo e está capacitada para dirigir e ajudar o proletariado e as nações oprimidas de todo o mundo na luta contra a guerra imperialista e a reação capitalista; em que o proletariado dos países capitalistas está se preparando para derrotar o capitalismo e implantar o socialismo, e em que o proletariado, o campesinato e os intelectuais e demais setores da pequena burguesia da China chegaram a constituir, sob a direção do Partido Comunista da China, uma grande força política independente. Nesta época, devemos ou não atribuir à revolução chinesa uma significação mundial ainda maior? Creio que sim. A revolução chinesa é uma parte muito importante da revolução mundial (MAO, jan./1940, p. 361).

Porém, cabe destacar as diferenças entre a concepção do projeto revolucionário e a sua realização de fato como fenômeno próprio desses momentos históricos. A experiência permitiu observar que, apesar de Mao acompanhar a tese geral sobre a importância do proletariado moderno como força consciente na condução dos movimentos de emancipação do povo chinês, a história acabou revelando suas determinações concretas. Desde a realização da Grande Marcha (1934-5), foram as famílias de lavradores, que viviam e trabalhavam no campo, que se dispuseram a fornecer a maior parte do contingente disponível para a guerra. Isso mostrava as diferenças entre as proposições gerais da III Internacional Socialista e a forma como elas eram concebidas e introduzidas na prática do processo chinês.

O mais importante desvio da máxima leninista-stalinista originou-se do próprio Mao, e deu caráter especial à revolução chinesa. Embora Lenin tivesse identificado o campesinato em países asiáticos subdesenvolvidos como uma força primordial na revolução, ele também afirmou que o proletariado lideraria as massas rurais, ou sob a forma de um movimento comunista urbano nativo, se ele existisse, ou, se não existisse, sob a forma de emissários da Internacional. Mas,

no início de 1927, em sua notória investigação do movimento camponês no Hunan, Mao atribuiu aos camponeses a capacidade de liderar a revolução [...], mais tarde naquele ano, ele começou a criar uma organização de origem basicamente camponesa que, no entanto, denominava a si própria de partido do proletariado [...] (CARNOY, 1988, p. 230).

Os resultados objetivos e subjetivos de toda a experiência de guerra civil interna e, também, de resistência à ocupação estrangeira mostraram que a legitimação do PCCh no comando do processo revolucionário não resultou fundamentalmente da força política do proletariado em formação. As lideranças comunistas foram ganhando força política na medida em que as famílias lavradoras (que compunham a grande maioria da população, próximo de 80%) se sentiam protagonistas e principais beneficiárias dos resultados imediatos e das perspectivas de mudança que o Partido projetava. Os comunistas

[...] viam simplesmente que só mediante uma 'reforma agrária' preliminar obteriam a adesão dos camponeses, primeiro para uma aliança de combate e, mais tarde, para os apoiarem na realização do programa fundamental que se propunham. Embora, em teoria e doutrina, continuassem a formar o partido do proletariado, os intelectuais comunistas vieram a constituir, na prática, o partido dos dois terços dos camponeses mais pobres, que o Kuomintang, mancomunado como estava com os senhores das terras, seus defensores, não podia pretender, de modo algum, representar.

[...]

Aos lavradores pobres prometeram terras e libertação de impostos ruinosos, usura, morte pela fome e desmembramento da família. A todos prometiam iguais oportunidades, adentro de um Estado novo liberto da corrupção, devotado ao bem-estar do povo e fundamentado numa filosofia de comparticipação na riqueza e no trabalho. Kung-ch'na-tang, a expressão chinesa que significa Partido Comunista, pode ser traduzido à letra por o 'partido que partilha a propriedade' (SNOW, 1971, p. 125).

De outro lado, durante a guerra de expulsão das forças armadas japonesas, muitas dificuldades se colocaram no caminho da construção da Frente Única pretendida, unindo comunistas com a parcela das *elites nacionalistas*, o que acabaria levando a uma guerra civil de dimensão muito mais ampla do que aquela projetada inicialmente.

Além disso, a história também revelaria mais nitidamente os sinais advindos de Moscou, forçando, inclusive, a inversão das relações entre a China e a URSS mais adiante. Essas, entre outras evidências no âmbito interno e externo, parecem denotar

o caráter efetivo da revolução em curso naquele momento e, também, a apreensão *didática* daqueles movimentos para além da concepção original.

#### 4.2 APRENDENDO COM O ADVERSO

A diversidade socioeconômica e territorial se refletia na instabilidade política do processo de reunificação nacional após 1949. Não havia dúvidas de que o PCCh angariara a confiança popular e que seguia no comando do processo revolucionário. Porém, a aliança superestrutural, na Frente Única, significava que, antes de se ter um caminho livre adiante para a construção do socialismo, muitas das amarras estruturais constituídas no período anterior precisavam ser desatadas, para que se pudesse avançar na segunda etapa da revolução. Esse processo de superação da primeira etapa cada vez mais se mostrava muito mais longo do que se imaginava no período de preparação da ascensão ao poder.

O tempo que vai da fundação da República Popular da China ao cumprimento fundamental das transformações socialistas é um período de transição. A linha geral e a tarefa do Partido para este período de transição consistem em realizar no fundamental a industrialização do país e as transformações socialistas da agricultura, do artesanato e da indústria e comércio capitalistas num tempo que será bastante prolongado (MAO, ago./1953, p. 106).

Tem sido muito comum encontrar relatos ocidentais sobre a fuga de capitais para o exterior durante o processo revolucionário.<sup>35</sup> No entanto, é preciso ficar nítido para a compreensão do processo da Revolução Chinesa que, se, com a Frente Única, foi possível destruir o poder de parcela considerável dos senhores de terra, dos caudilhos militares e da elite compradora (favorecendo o aparecimento de novas frações sociais a partir da redistribuição fundiária), essa aliança também significava a manutenção de considerável volume da produção fabril e do comércio sob o comando privado. Esse tem sido um dos elementos importantes para se compreender os desafios colocados para a transição pretendida, naquele momento especial, logo após 1949. Isso porque revela a existência de interesses antagônicos entre o projeto de se avançar na transição rumo ao socialismo e a perpetuação da produção individual, ou da

---

<sup>35</sup> É bom que se diga que a fuga de famílias proprietárias para Hong Kong, Taiwan e outros destinos passou a constituir um fluxo constante pelo menos desde a instabilidade política e econômica criada pela ambígua condução do Partido Nacionalista após a ascensão de Chiang e, mais ainda, com a situação gerada pelas guerras.

acumulação privada de capital, e também por explicitar as diferenças que marcariam e orientariam o ritmo da revolução entre o campo e a cidade.

Ao mesmo tempo, a diversidade socioeconômica e sua distribuição espacial, da forma como foram constituídas e reconstituídas pela guerra revolucionária que culminou no movimento de 1949, marcavam uma evidente heterogeneidade na aplicação e nos resultados das políticas planejadas sob orientação central do PCCh naquele novo período de transição, traduzida em grandes disparidades inter-regionais.

Parece correto afirmar que, após a sequência de intervenções diretas estrangeiras, a Revolução de 1949 significava a primeira perspectiva concreta de reunificação nacional. A República Popular da China se estabelecia num amplo e diversificado território nacional e o PCCh tratou de construir sua soberania, aproveitando-se da fuga do capital estrangeiro e de parcela considerável da elite compradora chinesa do país. Além disso, todo aquele processo inicial de reestruturação interna ainda foi acompanhado por várias ameaças advindas das relações internacionais, em plena *Guerra Fria*, e a China pôde demonstrar sua força política e militar.

Para a República Popular da China, a Guerra da Coreia revelou que a nova China não era insignificante. A aliança com a URSS e o sucesso parcial e dispendioso dessa guerra tinha demonstrado que uma nova era da longa história da China começara. Após cem anos de turbulências, a China conquistou um governo novo, severo e implacável que, mais uma vez centralizado, decidiu restabelecer um Estado unificado forte depois de um século de 'vergonha e humilhação' (GELBER, 2012, p. 368).

Assim, também parece acertada a afirmação de que o reconhecimento popular interno do comando do PCCh derivava da perspectiva de resultados dos projetos alternativos colocados em marcha imediatamente, os quais abriam perspectivas de avanços sociais concretos. Entretanto, deve-se ter nítido que, muito longe de ter sido um processo linear, a execução dos planos quinquenais ocorria de modo diversificado, pois sua realização obedecia às diferenciadas formas de organização das vilas e distritos, em cada província, de acordo com as singularidades locais e regionais herdadas do longo período de desestruturação social (provocada pelos conflitos bélicos da intervenção estrangeira e pelas diversas fases da guerra civil). Devem-se considerar, ainda, as diferenças culturais existentes entre a parcela do território

ocupada pela etnia *han* e aquelas outras grandes extensões (com rico patrimônio natural), onde se estabeleciam as chamadas minorias étnicas nacionais, dada a nova abrangência territorial da República Popular da China.

Essa heterogeneidade parecia ser objeto dos mais intensos embates nas discussões plenárias do PCCh na medida em que se avançava na realização do projeto de revolução em duas etapas sucessivas: a consolidação da *Nova Democracia* e a sua posterior superação na construção do socialismo. A partir de 1953, a estratégia desenhada para isso passaria, inclusive, pelo aproveitamento da experiência soviética cunhada por Lênin como *capitalismo de Estado*, adaptando-a à realidade chinesa, a partir de uma gradual, porém, progressiva, transformação socialista da produção fabril e do comércio privados, processo que exigiria alguns anos para sua realização.

[...] Avançar a passos seguros e evitar a precipitação. Colocar no fundamental na órbita do capitalismo de Estado a indústria e o comércio privados de todo o país requer, pelo menos, de três a cinco anos e, em conseqüência, não deve haver motivo de alarme ou inquietude.

[...] As três formas do capitalismo de Estado que se aplicam à indústria privada são: empresas mistas estatal-privadas; encargos às empresas privadas feitos pelo Estado, que é o provedor único de matérias primas e comprador único de seus produtos; e compra pelo Estado da maior parte dos produtos das empresas.

[...] No que se refere ao comércio privado, também é factível o capitalismo de Estado, e não se pode despachar o assunto dizendo apenas 'desejamos pô-lo fora'. Todavia, nossa experiência a este respeito é escassa, e é necessário seguir estudando o problema (MAO, set./1953, p. 117-118).

A diversidade territorial também impunha grandes desafios à realização das políticas planejadas. Naqueles centros urbanos onde havia uma forte organização operária, ou das categorias empregadas no comércio,<sup>36</sup> suas lideranças pressionavam o PCCh para acelerar as restrições aos lucros capitalistas. Mas, onde o estágio da luta de classes não havia desenvolvido tal nível de consciência sobre a exploração, os proprietários das fábricas e das casas comerciais se mantinham irredutíveis na busca de maior acumulação, em muitos casos organizando formas criativas de burlar as normas de regulação de suas operações mercantis.

---

<sup>36</sup> Mao estimava em aproximadamente 3,8 milhões o contingente empregado nas fábricas e no comércio privados, em meados de 1953 (MAO, set./1953). A estimativa que faz da população geral da China seria de aproximadamente 600 milhões de habitantes em 1954 (MAO, jun./1954).

[...] Alguns capitalistas se mantêm muito distanciados do Estado e ainda não têm abandonado sua mentalidade de busca exclusiva de lucros. Por sua parte, alguns operários, avançando com demasiada rapidez, querem negar qualquer lucro aos capitalistas. Devemos realizar um trabalho de educação com uns e outros, para que se adaptem gradualmente (quanto mais rápido melhor) à política do Estado, política consistente em lograr que a indústria e o comércio privados da China sirvam no fundamental à economia nacional e à vida do povo e, parcialmente, à obtenção de lucros por parte dos capitalistas, o que significa entrar na órbita do capitalismo de Estado. A tabela que segue mostra a distribuição dos lucros das empresas adscritas ao capitalismo de Estado:

Imposto sobre a renda	34,5%
Fundos de bem-estar	15,0%
Fundos de acumulação	30,0%
Dividendos para os capitalistas	20,0%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>

[...] É necessário continuar educando os capitalistas no patriotismo e, tendo isso em vista, formar de maneira planificada certo número de capitalistas que tenham visão alongada e boa disposição de aproximar-se (MAO, jun./1954, p. 118).

O mesmo parecia acontecer na execução dos planos empreendidos para dar continuidade à transição ao socialismo a partir do associativismo rural. Nas regiões onde parcela das famílias trabalhadoras avançaram em experiências associativas mesmo antes da Revolução de 1949, os planos do PCCh de formalização e incorporação das cooperativas aos grandes circuitos nacionais de produção e de abastecimento ganhavam adesão espontânea. Porém, em diversas outras regiões do país, o apego à posse e às decisões individuais (familiares) sobre o uso da terra atrasava a implantação dos programas cooperativos, na mesma medida em que se reproduzia a diferenciação social entre as famílias que viviam no campo, mesmo após a reforma agrária realizada inicialmente, em 1950.<sup>37</sup> Quando consideradas, para efeito comparativo, as regiões ocupadas pelas minorias étnicas nacionais, essas diferenças ficavam ainda mais evidentes.

Diante de tal quadro, os debates e os resultados objetivos formalizados na Constituição de 1954 procuravam garantir certa flexibilidade na aplicação do ordenamento jurídico que disciplinava a implantação das políticas que seriam orientadas por planos quinquenais.

---

<sup>37</sup> Em junho de 1950, foi promulgada a Lei de Reforma Agrária na China.

Aqui, o termo 'flexibilidade' se refere ao capitalismo de Estado, que tem 'diversas' formas e não apenas uma, cuja realização ocorre de maneira 'gradual' e não de um dia para outro. É assim como se flexibilizam as coisas. Consagramos na Constituição o que agora é realizável e deixamos fora dela o que atualmente é irrealizável. Consideremos as garantias materiais dos direitos dos cidadãos. Indubitavelmente, estas serão mais amplas no futuro, quando estiver mais desenvolvida a produção, porém, o que agora deixamos escrito na Constituição é 'ampliar de maneira gradual', essas garantias materiais. Também aqui está presente a flexibilidade (MAO, jun./1954, p. 153).

Essa perspectiva mais geral da necessidade de uma estratégia gradual de passagem da primeira fase da revolução para a fase da transição ao socialismo também parecia estar presente nas preocupações com os arranjos políticos mais amplos.

Tomemos outro exemplo: a frente única. Esta aparece no Programa Comum e também agora no preâmbulo do presente projeto de Constituição. É preciso consagrar a existência de uma 'ampla frente única popular, integrada pelas classes democráticas, os partidos democráticos e as organizações populares', pois ela contribuirá para tranquilizar várias camadas sociais, a burguesia nacional e os partidos democráticos, assim como o campesinato e a pequena burguesia urbana (MAO, jun./1954, p. 153).

O mesmo tratamento se voltava para atender às especificidades políticas mais vinculadas à diversidade étnica e às diferentes formas de organização social, de relações de produção, de propriedade etc.

Outro exemplo é a questão das minorias nacionais, que, se bem se relaciona com o que é comum a toda nação, tem ao mesmo tempo suas particularidades. Para o comum se dão artigos gerais e para o particular artigos específicos. As minorias nacionais têm suas próprias particularidades políticas, econômicas e culturais. Quais são suas particularidades econômicas? Por exemplo, o Artigo 5 afirma que na República Popular da China existem atualmente quatro formas de propriedade sobre os meios de produção; porém, na realidade, existem outras formas de propriedades nas zonas das minorias nacionais. Subsiste ou não o regime de propriedade da comunidade primitiva em nosso país? Suponho que subsiste entre algumas minorias nacionais. Assim mesmo, em nosso país existem, todavia, a propriedade escravista e a propriedade feudal [...]. O Artigo 70 do projeto de Constituição estipula que, nas zonas de minorias nacionais, 'de conformidade com as particularidades políticas, econômicas e culturais da nacionalidade ou nacionalidades de uma localidade, se podem elaborar estatutos de autonomia e estatutos específicos'. Todos estes são exemplo de como se integra fidelidade aos princípios com a flexibilidade (MAO, jun./1954, p. 153-154).

Também pareciam estar presentes preocupações com as repercussões externas das pretensões do PCCh em avançar para a fase de transição ao socialismo. “Nossa Constituição reflete as peculiaridades da nossa nação e, ao mesmo tempo, reveste um caráter internacional; é um fenômeno nacional e também internacional” (MAO, jun./1954, p. 155). Aliada às dificuldades estruturais internas, a pressão imperialista seria um elemento a mais na necessidade de saber medir o grau certo na progressão revolucionária, no longo prazo requerido para tal.

Quanto tempo se necessita, no final das contas, para realizar a industrialização socialista, a transformação socialista e a mecanização agrícola, e quanto para construir um grande país socialista? Não vamos fixar agora um prazo rígido. Para lançar as bases, se requerem provavelmente três planos quinquenais, um lapso de quinze anos. Será a China um grande país socialista desde então? Não necessariamente. A meu juízo, para construir um grande país socialista, necessitaremos aproximadamente cinquenta anos, ou seja, dez planos quinquenais (MAO, jun./1954, p. 156).

Realizar essa estratégia socialista de longo prazo significaria reduzir a diferenciação social a partir de uma interação maior entre as classes trabalhadoras tanto no campo (onde vivia a larga maioria) como nas cidades.

A aliança que se formou para lutar contra os senhores de terras, derrubar os déspotas locais e repartir terras, foi uma aliança transitória que, [mesmo] sendo sólida a seu tempo, tem se tornando débil. Depois da reforma agrária, tem-se produzido uma polarização entre os camponeses. Se não temos nada de novo para lhes dar, nem podemos ajudá-los a desenvolver as forças produtivas e a aumentar sua renda para que todos eles levem uma vida folgada, os pobres deixarão de confiar em nós, pensando que para eles não tem nenhum sentido seguir ao Partido Comunista (MAO, out./1955, p. 226-227).

Assim, uma vez realizada a tomada do poder, a tarefa nacional seria a organização interna da produção, para avançar com a revolução. Com grande apoio popular, após a reforma agrária inicial, a continuidade da legitimação política em torno dos planos do PCCh para a transição passaria por empreender processos mais coletivizados, voltados para a superação tanto da produção familiar isolada como da acumulação privada de capital. Nessa perspectiva, levando em conta as dificuldades encontradas na época de Lênin, na regulação das relações mercantis espontâneas que procuravam burlar as normas da *Nova Política Econômica*, na URSS, o PCCh procurava, em 1955, instrumentos mais rigorosos de enquadrar e garantir as relações de reciprocidade no abastecimento, tanto para a produção como para o consumo.

Com a aliança que temos concertado com a burguesia, abstendo-nos, no momento, de confiscar as empresas capitalistas e aplicando-lhe a política de utilização, restrição e transformação, nos propomos obter mais produtos manufaturados para satisfazer as necessidades dos camponeses e, dessa maneira, fazer com que estes abandonem a resistência que têm de vender cereais e inclusive certas matérias primas industriais. Assim é como nos valem da aliança com a burguesia para mudar essa atitude dos camponeses. Ao mesmo tempo, nos sustentamos em aliança com os camponeses, para obter cereais e matérias primas industriais e, com isso, sujeitar a burguesia. Os capitalistas não dispõem de matérias primas; o Estado sim. Para obter as que necessitam, têm que vender a este seus produtos manufaturados e tomar o caminho do capitalismo de Estado. Se não concordarem, nos negaremos a lhes fornecer matérias primas, fechando-lhes, assim, qualquer saída. Desta maneira, bloquearemos o caminho capitalista que procura seguir a burguesia, fomentando o mercado livre, adquirindo livremente as matérias primas e vendendo do mesmo modo os produtos industriais; ademais, isolaremos a burguesia no político (MAO, out./1955, p. 227-228).

Entretanto, para avançar definitivamente para uma nova etapa da transição, era preciso criar as condições objetivas e subjetivas no seio da nova sociedade em construção. O sucesso dessa empreitada exigia, por exemplo, um processo audacioso de educação popular, cuja realização dependeria da capacidade do PCCh em desenvolver a formação de quadros, com funções diversificadas na difusão do conhecimento dialético e dos princípios socialistas.

Devemos efetuar uma séria luta contra o idealismo, dedicando-lhe todo o período de três quinquênios. Nela, há que formar um contingente de quadros versados em materialismo dialético, versados em marxismo, de maneira que a grande massa de quadros e o povo possam se municiar com conhecimentos teóricos do marxismo. No que diz respeito à repressão da contrarrevolução, nos propomos a realizar, no resto deste ano e no próximo, o trabalho de eliminação dos contrarrevolucionários numa esfera que compreenda fábricas e estabelecimentos comerciais do Estado, cooperativas e uma série de organizações distritais, territoriais e locais, incluídos os quadros do exército e os operários das empresas industriais, ou seja, em uma esfera de uns doze milhões de pessoas (MAO, out./1955, p. 230).

Considerando especificamente o grau de analfabetismo da população rural e a necessidade de avançar no processo de cooperativismo na produção agropecuária, os planos deveriam contemplar a educação básica, a difusão cultural e os processos de formação política de maneira integrada.

Que outros planos são necessários elaborar? O plano cultural e educacional, que compreende: alfabetização, estabelecimento de escolas primárias, criação de escolas secundárias adequadas às

necessidades do campo, adição ao currículo do ensino secundário de algumas disciplinas relacionadas à agricultura, publicação de livros e folhetos de leitura popular ajustados às necessidades dos camponeses, extensão da rede de transmissões de circuito fechado no campo, criação de equipamentos móveis de cinema, organização de atividades culturais e recreativas etc. Ademais, há que se fazer planos para a construção e consolidação do Partido e da Liga da Juventude, para o trabalho feminino e também para a repressão aos contrarrevolucionários (MAO, out./1955, p. 234).

Por outro lado, o envolvimento da grande maioria da sociedade num projeto tão audacioso de transformações exigia repensar os modelos de planificação centralizada. Os embates no interior do PCCh (envolvendo, inclusive, o assessoramento de estrategistas soviéticos) culminaram com a concepção de que, considerada a diversidade territorial do processo revolucionário, a organização dos planos de cooperação produtiva e das demais atividades associadas deveria obedecer a pelo menos duas dimensões da planificação geral. Primeiro, que os planos tivessem um caráter descentralizado de elaboração.

Deve haver planos nos seguintes níveis: 1) Plano de cooperativa rural. Toda cooperativa, por pequena que seja, deve fazer seu plano; é necessário que as cooperativas aprendam a fazê-lo. 2) Plano de todo um cantão. Nosso país conta com mais de 220.000 cantões e, em consequência, deve haver outros tantos planos. 3) Plano de todo um distrito. Esperamos que cada distrito elabore o seu. Alguns distritos já têm elaborado planos que são muito bons e que se encontra muito sabor em lê-los. Os camaradas destes distritos têm se liberado de travas mentais, não temem nem ao céu nem à terra, não estão atados por grilhões nem algemas, e é por isso que têm elaborado planos fervilhantes de vida. 4) Plano de toda uma província (plano de uma região autônoma ou dos subúrbios de um município). Aqui tem que se colocar a ênfase nos planos de dois níveis: cantonal e distrital. É necessário agarrar esses dois elos e elaborar de imediato uma série de planos nesses dois níveis; por exemplo, em uma província, elaborar três ou quatro planos distritais e logo dá-los a conhecer, para que sirvam de modelos ao restante dos distritos (MAO, out./1955, p. 234).

Segundo, que os planos de promoção de cooperativas rurais considerassem as particularidades e os diferentes ritmos de desenvolvimento de cada zona distrital ou local.

Que significa cumprir no fundamental a cooperativização semi-socialista? Isto significa incorporar às cooperativas semi-socialistas de 70 a 80 por cento da população rural [...]. Não é bom ir a um ritmo demasiadamente lento ou demasiadamente precipitado, pois tanto um como o outro implicam oportunismo (MAO, out./1955, p. 235).

Alguns cuidados também precisariam ser tomados para que as novas cooperativas apresentassem resultados satisfatórios, sem grandes riscos em seu processo inicial de organização, considerando que o imprescindível aumento da produção dependia do aproveitamento de insumos e instrumentos de trabalho, que não podiam ser confundidos como meios de consumo, como era o caso do gado de tração.

Tem que fomentar o estímulo pela qualidade e pelo cumprimento das normas estabelecidas [...]. Quais são os critérios de qualidade? Ver se é possível aumentar a produção e evitar a morte do gado de fazenda. Como conseguir um e outro? Acatando os princípios da voluntariedade e do benefício mútuo, fazendo uma planificação global e dando uma orientação flexível [...]. Cuidem para que, de novembro deste ano a março do ano seguinte, não surjam problemas graves, não ocorra a morte maciça de bois. Como os tratores que temos são poucos, os bois são um tesouro, constituem o principal instrumento na produção agrícola (MAO, out./1955, p. 236).

Como toda planificação deve ser acompanhada de métodos avaliativos permanentes, os planos descentralizados de constituição de cooperativas exigiam o acompanhamento mais global em cada instância de direção.

Considerem se é factível que cada província ou região autônoma compile um livro a cada ano, ou a cada seis meses, para o qual contribua cada distrito com um artigo, para facilitar, assim, o intercâmbio de experiências entre os distritos. Este seria de grande benefício para promover um desenvolvimento rápido do cooperativismo. Outro método de direção é o despacho de boletins. O comitê distrital do Partido deve enviar boletins ao comitê municipal e este, por sua vez, ao comitê provincial ou de região autônoma e, estes dois últimos, ao Comitê Central, para informar sobre o ritmo do processo de implantação das cooperativas e sobre os problemas surgidos. Dispondo destes boletins, os organismos dirigentes nos distintos níveis estarão em dia e saberão como solucionar os problemas (MAO, out./1955, p. 237-238).

Essa avaliação coletiva deveria estar no centro do processo de planificação, inclusive para se evitar a autonomia voluntariosa de alguns setores, de algumas famílias, ou mesmo de algumas pessoas, por mais *bem intencionadas* que fossem.

Hoje, muitas pessoas recusam sempre consultar as coisas com outras. Numerosos camaradas estão de dentes para fora, pela direção coletiva, porém, na prática, são muito dados a exercer a ditadura pessoal, como se, ao não exercê-la, perdessem sua imagem de dirigentes. Para ser dirigente não é forçoso atuar de maneira ditatorial. Isto os senhores sabem bem! A burguesia, com sua democracia burguesa, atribui importância à ditadura de classe. O proletariado e o Partido Comunista também devem exercer a ditadura de classe, mas não é bom exercer a ditadura pessoal. Para tratar um assunto, sempre

é aconselhável consultar os outros, conseguir a aprovação da coletividade e convocar a sabedoria do maior número de pessoas. Assim é melhor (MAO, out./1955, p. 241).

Dessa forma, a elevação da produtividade do trabalho ganhava um *status* revolucionário de grande destaque.

Tem que praticar economia rigorosamente e combater o desperdício. Nas cidades, atualmente se dedicam grandes energias à luta contra o desperdício, e ele também é combatido no campo. Devemos estimular o espírito de laboriosidade e economia no manejo do lar, na administração da cooperativa e na construção do país [...]. Administrar a cooperativa com laboriosidade e economia supõe elevar a produtividade do trabalho, economizar rigorosamente os recursos, diminuir os custos, implantar o sistema de cálculo econômico e combater o luxo e o desperdício [...]. Não se pode gerenciar uma cooperativa que cresce sem o cálculo econômico; tem que aprender a dominá-lo passo a passo (MAO, out./1955, p. 245).

Com respeito às garantias de preservação sociocultural das minorias nacionais no processo de implantação dos planos de cooperação produtiva, a proposta seria convencer a maioria *han* de que o projeto revolucionário de nação unificada não poderia prescindir do respeito mútuo entre as várias etnias presentes na China, da mesma forma que não poderia desconsiderar a necessidade de interação harmônica entre a evolução das forças produtivas e o acesso às fontes de insumos básicos vinculados ao patrimônio natural de cada zona territorial.

Tem que continuar combatendo o *chauvinismo do grande han*. Este constitui uma manifestação da ideologia burguesa. Os *han* são tão numerosos que tendem a subestimar as minorias nacionais e a não os ajudar de todo o coração; daí a necessidade de combater implacavelmente o chauvinismo do grande *han*. Desde logo, também pode surgir da parte das minorias nacionais o nacionalismo estreito, que igualmente devemos combater [...]. Nosso país conta com dezenas de nacionalidades. As zonas onde habitam as minorias são mais extensas que as da nacionalidade *han*, e ali existem abundantes recursos naturais. A economia nacional não pode se sustentar prescindindo da economia das minorias (MAO, out./1955, p. 245-246).

O ritmo dessa interação rumo a um estágio mais avançado de cooperação e de enquadramento pelo Estado da produção e do comércio, ainda sob controle privado, dependia, portanto, da capacidade de colocar em prática essas propostas de se criar na China um processo de industrialização integrado.

Qual será a tendência futura? A tendência será: no prazo de uns três planos quinquenais, cumprimos no fundamental a industrialização

socialista e as transformações socialistas da agricultura, do artesanato e da indústria e do comércio capitalistas. [...] existe a possibilidade de que convertamos a China num poderoso país socialista no término de cinquenta e cinco anos, ou seja, de dez a quinze planos quinquenais (MAO, out./1955, p. 248-249).

Muitas dificuldades estiveram no caminho do avanço do cooperativismo no campo. Muitos desses desafios estavam vinculados à pressão exercida por algumas famílias, especialmente dos estratos sociais mais favorecidos, que conseguiam inclusive convencer autoridades locais, a despeito das orientações do Partido, a forçar a dissolução de algumas cooperativas. “Frente a tais desordens, têm camaradas que, em vez de reforçar a direção e aperfeiçoar a planificação, adotam uma atitude negativa, tratando de deter o avanço do movimento ou precipitando-se em ‘abater’ cooperativas” (MAO, set./dez./1955, p. 252). Porém, apesar dessas atitudes, na medida em que o PCCh procurava administrar os problemas daí derivados, os resultados de conjunto apresentados em poucos meses pareciam apontar para um processo bastante avançado de cooperação no campo.

Se trata de que na China operou-se uma alteração radical no segundo semestre de 1955. Até esta data, fim de dezembro de 1955, mais de 70 milhões das 110 milhões de famílias camponesas, ou seja, mais de 60%, têm se reunido em cooperativas de produção agrícola de tipo semi-socialista, respondendo ao chamamento do Comitê Central do Partido Comunista da China (MAO, set./dez./1955, p. 256).

Parece óbvio que, num ritmo alucinante como aquele, os problemas se avolumassem diante da diversidade de interesses colocados em jogo e, também, de concepção, especialmente sobre o ritmo e a abrangência do processo de colocar em prática cada etapa do plano. No esforço de industrializar a China, parecia predominar o enfoque na construção de grandes plantas, tecnologicamente adequadas a produzir em grande escala, dada a necessidade de se elevar a produtividade, a eficiência e de se reduzir o desperdício. O objetivo era superar os entraves ao suprimento de meios de consumo e de meios de produção, no campo e na cidade, de forma integrada. Entretanto, o foco na grande produção industrial muitas vezes acentuava os graves problemas de descontinuidade, em relação à pequena produção, e essa parecia ser uma preocupação que chamava a atenção de algumas lideranças do PCCh.

Posto que a indústria artesanal representa um quarto do valor total da produção industrial do país, por que no plano estatal não estão incluídos seu abastecimento, sua produção e a venda de seus

produtos? A indústria artesanal, que é tão grande, deve ser incorporada ao plano do Estado (MAO, mar./1956, p. 306).

Dada a diversidade produtiva e inter-regional, a integração econômica entre a produção de meios de produção e a produção de meios de consumo não poderia ser solucionada apenas a partir de grandes plantas industriais. As experiências soviéticas e as dos demais países da Europa Oriental apontavam as grandes perturbações que causavam as discrepâncias tecnológicas e de abastecimento, por não estarem devidamente ajustadas as relações entre as várias esferas produtivas. Exigia-se, assim, a produção de máquinas e equipamentos, adequada em termos qualitativos e em quantidade satisfatória, mas, também, seria preciso que essa produção estivesse relacionada, integrada, com a produção de alimentos (cereais, entre outros) e, ao mesmo tempo, que houvesse condições propícias de acesso às fontes de matérias-primas para todos os setores da produção nacional. Tudo isso em condições distributivas apropriadas, com o objetivo de reduzir as desigualdades, tanto do ponto de vista social quanto do inter-regional (especialmente no que se refere aos investimentos no litoral do país e no interior).

A questão que nos é apresentada atualmente é a de introduzir ajustes apropriados na proporção correlativa dos investimentos na indústria pesada, de um lado, e na agricultura e na indústria leve, de outro, imprimindo um maior desenvolvimento a estas últimas. Isto significa que a indústria pesada deixará de ser a principal? Não. Continuará sendo, permanecerá como o setor prioritário para os investimentos. Entretanto, deve aumentar em certa medida a cota de investimento para a agricultura e a indústria leve (MAO, abr./1956, p. 310).

A necessidade de calibrar o desenvolvimento econômico e social, rumo ao socialismo pretendido, exigia maior rigor na seleção de prioridades, articulando as medidas de atendimento das demandas imediatas com um plano estratégico integrado de longo prazo. Numa economia alternativa em formação, em que conviviam empresas privadas com relações de trabalho baseadas no assalariamento, com um significativo volume de cooperativas agropecuárias e com um crescente aparato estatal de produção pesada, os instrumentos de planificação precisavam se aprimorar rapidamente. Esse aprimoramento deveria partir da avaliação criteriosa dos resultados da experiência interna pós-1949 e, também, considerando os estudos sobre as experiências europeias de economias planificadas.

Esse esforço de realização do plano exigia cuidados simultâneos. Era preciso aferir a necessidade imediata concreta do volume de investimentos na defesa nacional (num momento em que os conflitos internacionais se desenvolviam no ritmo da *Guerra Fria*, mas sem grandes ameaças objetivas de uma nova invasão estrangeira ao território chinês), com a finalidade de reorientar parcela dos investimentos na indústria bélica para o desenvolvimento de outros segmentos econômicos mais prioritários. Ao mesmo tempo, a diversidade socioeconômica, manifesta territorialmente nas variadas formas de relação de produção, exigia uma melhor preparação para intermediar os interesses colocados em jogo naquele momento, tendo em vista a construção do socialismo, considerando cada uma dessas relações.

Em resumo, deve-se considerar os interesses tanto do Estado como das fábricas, tanto do Estado como dos operários, tanto das fábricas como dos operários, tanto do Estado como das cooperativas, tanto do Estado como dos camponeses e tanto das cooperativas quanto dos camponeses, e não tem que limitar-se em considerar somente um dos termos. Considerar qualquer desses termos isoladamente é desfavorável para o socialismo e para a ditadura do proletariado. Este é um problema de importância vital para os seiscentos milhões de habitantes do país e é necessário educar uma e outra vez neste sentido a toda a militância e a todo o povo (MAO, abr./1956, p. 317).

Isso significa que a planificação deveria se voltar tanto para o desenvolvimento das forças produtivas no campo e na cidade, na produção pesada, de matérias-primas, de máquinas e equipamentos, quanto na produção de meios de consumo durável e de subsistência. Nessa perspectiva, caberia cuidar de forma especial das cadeias de abastecimento, dos níveis salariais adequados e do controle dos preços em cada esfera da comercialização, considerando a diversidade inter-regional, tanto nas zonas onde vivia e trabalhava a maioria *han* como naquelas onde viviam e trabalhavam as minorias nacionais.

Diante de todas as experiências consideradas, a proposta que passava a predominar parecia ser aquela em que a planificação exigida não poderia repetir o modelo soviético de então. “Não devemos, como se faz na União Soviética, concentrar tudo nas mãos das autoridades centrais e algemar rigidamente as autoridades locais, privando-as de todo o direito de ação independente” (MAO, abr./1956, p. 317). Parecia muito mais prudente criar condições para um intercâmbio permanente de ideias e informações, com o objetivo de elaborar um sistema de planificação e de

regulamentação de procedimentos articulados, ante a necessidade de unificação nacional, de disciplina, mas, também, do respeito às particularidades e ao direito à iniciativa local: “[...] permitir que cada localidade tenha algo que lhe seja particular e que concorde com suas próprias condições” (MAO, abr./1956, p. 319). Essa parece ser uma marca fundamental e singular do projeto colocado em curso naquele momento, de um *Grande Salto Adiante* rumo à industrialização socialista.

#### 4.3 UM PRIMEIRO BALANÇO

Cabe aqui uma reflexão sobre os primeiros momentos do processo da Revolução Chinesa. Certa readequação às singularidades milenares da China, nas primeiras tentativas de realização do projeto de uma nova sociabilidade, parecia estar presente entre as principais preocupações do PCCh logo após os levantes de 1949. De alguma forma, isso se evidenciava na condução do processo de industrialização, tido como essencial para o abastecimento integrado de meios de consumo e meios de produção, na medida em que a planificação procurava garantir o controle da migração campocidade, projetando fomentar a qualificação do trabalho e das condições de vida das famílias no meio rural.

Evitar a formação de um amplo exército industrial de reserva urbano parecia ser essencial naquele momento de disputas do PCCh com as forças pró-mercado que compunham o arco de alianças da revolução. Assim, a soberania popular, na condução da nascente transição ao socialismo, revelava-se também no fomento às comunas populares no campo e na requalificação do antigo controle de residência, o *hukou*.<sup>38</sup> Essa combinação parecia ser essencial para os objetivos de coletivização da propriedade e para a garantia da produção de alimentos e demais produtos essenciais, cujo excedente da produção era apurado coletivamente e entregue ao Estado a partir de um sistema de cotas comunais.

---

<sup>38</sup> O *hukou* é um registro de residência, aproveitado dos instrumentos da cultura milenar chinesa e convertido num importante sistema de controle de localização residencial das famílias e de seus membros. Após a Revolução de 1949, revelou-se um mecanismo importante no controle dos fluxos migratórios (inclusive pelas autoridades regionais e locais) e de promoção das políticas distributivas, de proteção social e de emprego planejadas pelo Estado, mas que também contava com a ação vigilante, autônoma, de cada residente no monitoramento de sua execução cotidiana (NABUCO, 2011).

Essa combinação de esforços era essencial à execução dos projetos de desenvolvimento das forças produtivas, capazes de garantir as condições mínimas de um padrão de consumo equitativo, considerando a exigência de satisfazer as necessidades essenciais de uma população que cresceu de pouco mais de 500 milhões, em 1950, para mais de 800 milhões de habitantes no final dos anos 1960 (com taxa média anual de aproximadamente 2,5% no crescimento populacional).

Entretanto, colocar em prática um projeto de transição ao socialismo em meio às contradições herdadas naquelas circunstâncias não era uma tarefa tranquila. Foi entre acertos e erros que o processo chinês de revolução avançou com o propósito de ganhar maior maturidade. Naquele momento, o *Grande Salto Adiante* parecia ser, assim, uma abordagem necessária, para superar as dificuldades objetivas de se avançar na industrialização alternativa e atacar, econômica e politicamente, as iniciativas capitalistas, que procuravam, no âmbito interno e do exterior, sabotar a planificação revolucionária. Porém, as adversidades se revelavam muito além da capacidade de controle do PCCh.

[...] em 1958, decidido a acelerar o ritmo das mudanças, o partido lançou o Grande Salto Adiante, criando comunas populares que deveriam implementar indústrias de fundo de quintal e, ao mesmo tempo, produzir cotas muito mais elevadas de grãos. Com o desvio da mão de obra para fornos siderúrgicos caseiros e o baixo rendimento das colheitas provocado pelo mau tempo, o resultado foi a pior fome do século, que causou a morte de pelo menos 15 e talvez 30 milhões de pessoas (ANDERSON, 2010, p. 6).

Há aqui uma observação importante a fazer. As taxas elevadas de crescimento da produção industrial urbana significavam, além do aumento da demanda por outros insumos industriais, a elevação da procura por alimentos para abastecer o volume crescente de pessoas que trabalhavam exclusivamente nas atividades econômicas típicas das grandes cidades. Assim, na medida em que o enfoque na elevação da escala de produção industrial se estendia às áreas rurais, crescia a necessidade de empregar o trabalho, que antes esteve ocupado na agropecuária, em atividades industriais (siderurgia, oficinas mecânicas, construção de grandes obras de transporte, represas, canais e geração de energia, por exemplo) também exclusivas, inclusive com uso massivo do trabalho feminino (uma grande novidade cultural naquele momento). Eram, então, limitadas as oportunidades de tempo livre para a produção doméstica de hortaliças e para a criação de algum animal: forma milenar de

garantia das condições mínimas de existência para as famílias no campo (NABUCO, 2015). Esse pode ter sido um fator importante no crescimento da vulnerabilidade dessas famílias num momento em que as condições climáticas dificultavam a realização das metas de produção de grãos e outros insumos alimentícios, projetadas pela planificação.

O simples fato de que 84% das famílias camponesas chinesas se deixaram tranquilamente ser coletivizadas num único ano (1956), ao que parece sem nenhuma das consequências da coletivização soviética, já fala por si. A industrialização, no modelo soviético voltado para a indústria pesada, era a prioridade incondicional. Os absurdos mortais do 'grande salto' se deveram basicamente à convicção, que o regime chinês partilhava com o soviético, de que a agricultura devia ao mesmo tempo alimentar a industrialização e manter-se sem o desvio de recursos de investimento industrial para ela. Em essência, isso queria dizer substituir incentivos 'materiais' por 'morais', o que significava, na prática, pôr o volume quase ilimitado de braços humanos disponíveis na China no lugar da tecnologia que não havia (HOBSBAWM, 1995, p. 455).

A fome, a desnutrição e a morte se alastraram, e a singular magnitude demográfica da China contribuiu para que esses fenômenos fossem expressos em números espetaculares. Com isso, ao mesmo tempo em que conseguia multiplicar e requalificar a produção industrial, contando, inclusive, com o apoio da produção de aço em pequenas fornalhas coletivizadas, localizadas no campo, aquele esforço de industrialização alternativa resultou num momento desastroso para uma parcela considerável das famílias chinesas, com repercussões em toda a China.

Diante de todas essas dificuldades, as escolhas se pautavam entre ceder às pressões externas e internas pela integração aos mercados capitalistas internacionais, ou seguir com o projeto revolucionário, mesmo flexibilizando a planificação. Ao PCCh coube escolher o grau dessa flexibilização, a partir dos resultados dos primeiros planos quinquenais e das perspectivas de avançar na estratégia geral de construção do socialismo.

Nessa perspectiva de análise, procura-se aqui balizar quais resultados objetivos foram herdados pela sociedade chinesa dessa experiência inicial de realização dos projetos revolucionários. Com todos os problemas, a coletivização da propriedade e da produção se colocou como resposta às dificuldades concretas em construir a transição ao socialismo naquele momento. Um grande desafio era deslocar a China das

orientações soviéticas e avançar num projeto mais autônomo de elevação das forças produtivas, mesmo diante de grandes obstáculos na produção e na difusão de conhecimentos tecnológicos: a maioria absoluta da população era constituída por pessoas analfabetas e sem experiência para além da produção agropecuária.

Surge dessa adversidade um dos resultados mais importantes para o futuro da sociedade chinesa, pois os números também se revelavam espetaculares quando consideradas as consequências da política de educação popular, colocada em marcha sob o comando do PCCh naquele período.

[...] escreve Peterson (...), 'o maior esforço educacional na história humana'. Conforme o autor, trinta anos depois da revolução a taxa de analfabetismo entre adultos – quase absoluta antes de 1949 – caíra para quase 35% e mais de 90% das crianças estavam matriculadas no ensino básico (VENTURINI, 2013, p. 36).

A incorporação da maioria absoluta das massas populares ao processo de coletivização da produção e, também, ao processo político de construção do projeto de um novo Estado nacional unificado, soberano e refratário às pressões imperialistas, exigiu que, ao lado dos estímulos materiais, se constituísse uma superestrutura educacional diferenciada. Os exemplos eram contados com orgulho à época e entusiasmavam alguns dos correspondentes estrangeiros, com acesso às experiências educacionais, inclusive nas regiões da fronteira norte da China.

Aqui, como em qualquer outro ponto da Mongólia Interior, afirmava-se que cerca de 90 por cento das crianças mongóis de idade inferior a 10 anos frequentavam a escola primária. Novas Riquezas enviara 230 diplomados para a Huhehot e Paotou, para ampliarem e aprofundarem os seus estudos de criação de animais e de motores de combustão. Noutros tempos o alfabetismo, na Mongólia, estava confinado quase exclusivamente aos lamas e aos membros da nobreza, perfazendo esses indivíduos um total inferior a 10 por cento da população. Segundo determinado escritor, a Mongólia Interior possuía agora vinte 'instituições de estudos superiores' – que incluíam estabelecimentos de ensino de medicina, veterinária, engenharia e professorado (SNOW, 1971, p. 112).

Assim, os espaços de formação procuravam cuidar da educação nos vários níveis de ensino. Ao mesmo tempo, estavam voltados para a qualificação para o trabalho e para a valoração dos novos fundamentos culturais, com foco na realização da nova sociabilidade projetada e que ainda estava por ser construída. Para isso, tais espaços educativos precisavam extrapolar os instrumentos da escolarização formal. Então,

eles foram se desenvolvendo como atividades formativas no próprio processo de coletivização, que passou a incorporar não apenas a cooperação na produção econômica em alta escala, mas, também, no preparo da alimentação e do vestuário pessoal (com cozinhas e refeitórios coletivos, com oficinas de roupas e lavanderias coletivas), no cuidado de pessoas adoecidas, idosas e crianças etc.

Munidos da perspectiva de coletivização e diante das adversidades, iam surgindo processos criativos e improvisados para garantir o abastecimento das necessidades materiais e intelectuais. Dessa forma, é possível notar soluções encontradas naquele período para tornar mais equitativa a distribuição da riqueza, a partir de uma padronização do consumo com base na própria tradição popular, como foram, por exemplo, os casos das habitações e de seu mobiliário, normalmente humildes, bem como os tecidos e os modelos das vestes, os quais foram padronizados, inclusive em termos de cor, para garantir um vestuário digno para sua imensa população.

No campo da saúde, foram estimulados processos informais de multiplicação da Medicina milenar chinesa, a partir da formação e da difusão do conhecimento dos chamados *médicos de pés descalços*. Ao lado da modernização da Medicina, os médicos comunitários faziam o atendimento à saúde familiar com o patrimônio natural e cultural que dispunham em cada comunidade. Com esses instrumentos improvisados, foi possível erradicar várias das doenças endêmicas que se multiplicaram na China durante o período de guerras sucessivas.

No ano passado, tivemos na nossa comuna 252 nados-vivos – afirmou Jenkejin enquanto me mostrava a aldeia. Um ano antes da revolução, só uma das crianças nascidas em toda esta zona sobrevivia até ao ano seguinte. [...] Dispondo de medicina moderna e hospitalização, as nossas crianças são saudáveis, o carbúnculo já está debelado e a peste bubônica e a sífilis foram extintas (SNOW, 1971, p. 112-113).

Essa forma de superação das adversidades que surgiam a cada momento parece colocar em xeque algumas interpretações sobre aquele processo. Por mais que alguns *olhos ocidentais* procurem sempre denunciar aqueles resultados adversos como frutos de escolhas equivocadas da chamada *ditadura maoísta*, a qual seria exemplo de uma rígida *autocracia absoluta*, não há como negar que foi a implantação do projeto de transição ao socialismo, liderada por Mao, que, ao contrário de seus

predecessores no poder, logrou construir a unificação nacional, a legitimação do PCCh e a soberania do povo chinês sobre seu destino.

Outra característica daquele momento inicial na China, após 1949, parece ter sido o aproveitamento de uma estrutura política milenar para construir novas formas de decisão.

Quando tomaram a China, em 1949, tendo varrido quase com desprezo as forças do Kuomintang numa breve guerra civil, os comunistas eram para todos, com exceção dos restos de poder do Kuomintang em fuga, o governo legítimo da China, verdadeiros sucessores das dinastias imperiais após um interregno de quarenta anos. E foram tanto mais aceitos como tais porque, com sua experiência de partido marxista-leninista, puderam forjar uma organização disciplinada nacional capaz de levar a política do governo do centro até as mais remotas aldeias do gigantesco país – como devia fazer, na mente da maioria dos chineses, um império de verdade. *Organização*, mais que doutrina, foi a principal contribuição do bolchevismo de Lênin para mudar o mundo (HOBSBAWM, 1995, p. 451).

Ao contrário do que parece sugerir Gelber (2012), quanto à *autocracia maoísta*, o modelo de decisões construído sob a liderança do PCCh parecia pretender ser relativamente flexível na aplicação das políticas públicas e descentralizador de muitas decisões sobre a organização subnacional.

Bem cedo, Mao compreendeu a impossibilidade de impor as ubíquas diretrizes do Gosplan [da então URSS] a uma economia muito menos articulada como a chinesa, com tradições regionais muito mais arraigadas e infraestrutura mais pobre. Desde o início, as autoridades provinciais e distritais haviam desfrutado de maior autonomia do que no sistema soviético, em qualquer momento de sua história. Deliberadamente, a Revolução Cultural enfraquecera ainda mais os poderes do centro, deixando aos governos locais uma margem maior de iniciativa. Assim, as metas de produção industrial eram um tanto modestas e a pressão para seu cumprimento não era irresistível. O resultado foi um sistema muito mais descentralizado, no qual o número de produtos básicos com preços tabelados por Beijing nunca ultrapassou 600, no máximo, um centésimo da pletora soviética. Menos rígido, esse marco institucional permitia maior flexibilidade e mudanças menos desestabilizadoras (ANDERSON, 2010, p. 11).

Essas distintas instâncias decisórias foram organizadas de acordo com a distribuição de poder federativo, a qual se estrutura desde as vilas e comarcas até as províncias, conforme critérios definidos constitucionalmente.<sup>39</sup>

Segundo a Constituição chinesa, administrativamente, o país se divide nos seguintes níveis:

1º: província, região autônoma e município central;

2º: zhou autônomo, distrito, distrito autônomo e município de nível sub-regional;

3º: comarca, comarca étnica e vila.

Região, zhou e distrito autônomos são administradas pelas minorias étnicas. Se for necessário, o governo central estabelece região administrativa especial. [...] entre as divisões administrativas chinesas, 34 são do primeiro escalão, abrangendo 23 províncias, 5 regiões autônomas, 4 municípios centrais e duas regiões administrativas especiais (EMBAIXADA DA CHINA, 2012).

Cabem, ainda, algumas outras observações. Parece nítido que aquelas projeções sobre a realização de uma economia plenamente planejada, com cada vez maiores restrições ao controle privado sobre a produção e a distribuição, avançou bastante, porém, não alcançou todas as dimensões da vida na China, no período sob a liderança de Mao. Ao lado de toda a experiência de coletivização da produção nas áreas rurais, permaneceram relações de produção constituídas anteriormente, especialmente em atividades econômicas urbanas, ao mesmo tempo em que se desenvolvia a produção pesada estatal.

Os mineiros especializados, na China, ganhavam tanto como muitos professores universitários, que se cotavam entre os funcionários do Estado mais bem pagos. O trabalho em Pai Yun era, na sua maior parte, realizado à superfície, e os operários, em dois turnos de oito horas cada, recebiam um salário mínimo de 36 *yuan* por mês e um máximo de 120. Como todas as empresas do Estado, Pai Yuan proporcionava assistência médica gratuita e, bem assim, escolaridade de tempo livre; seguros contra desemprego, um plano de pensão e outros benefícios assistenciais eram garantidos por fundos para os quais os trabalhadores contribuía. As rendas eram mínimas, e a alimentação acima da média. A indumentária de trabalho era fornecida gratuitamente. Uma vez que as temperaturas de inverno podem atingir aqui 40° C negativos, forneciam-se também gratuitamente chapéus de pele, casacos de pele de ovelha, fatos almofadados e botas pesadas (SNOW, 1971, p. 107).

---

<sup>39</sup> O sistema político básico da China foi sendo moldado desde a Sessão Plenária da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, realizada em setembro de 1949. O programa que resultou dessa sessão plenária serviu de carta magna provisória até a promulgação da Constituição da República Popular da China em 1954 (EMBAIXADA DA CHINA, 2012).

Entretanto, é preciso que se faça uma distinção importante. A escolha, naquele momento, por formas distributivas que poderiam se assemelhar com o assalariamento capitalista, inclusive nas empresas estatais, deve ser explicada pelas próprias características de um processo de transição. Muitas marcas das relações de produção que se pretendia negar permaneciam a ameaçar o projeto de revolução, mas, mesmo assim, não podem ser confundidas com relações típicas do mercado de trabalho capitalista, especialmente quando se quer explicar aquela etapa particular da situação chinesa sob o comando maoísta que, como visto, se desenvolvia sob o signo da diversidade em todos os aspectos da vida. Essas marcas do diverso só podem ser entendidas como resultado da singularidade das tradições milenares do povo chinês que, após todos os processos de guerras e da revolução, resistia naquele momento à mercantilização generalizada e sonhava com a possibilidade de construção de um outro Estado-nação.

Este traço [as tradições de solidariedade] está em parte relacionado com o fato de, no campo chinês, sobreviverem diversas formas de produção pré-capitalista [...].

Bem entendido, nas condições econômicas, sociais e políticas que reinavam antes da Libertação, esta solidariedade só existia ao nível de um grupo restrito (em geral, a aldeia) e, por outro lado, tendia a degradar-se em consequência do desenvolvimento da economia mercantil e do aprofundamento das diferenças de classes. Não deixava por isso de ser real e viva. Ainda aqui se estava em presença de um fator positivo que ia poder ser desenvolvido e mobilizado (BETTELHEIM, 1971, p. 14).

Da mesma forma, como assinalado, mesmo que o capitalismo não tenha se consolidado na China antes da Revolução de 1949, alguns de seus elementos constitutivos estiveram presentes, nas formas antediluvianas do capital, impulsionados de fora para dentro pela pressão imperialista de neocolonização, frutos da organização capitalista em nível mundial.

A partir dessa perspectiva, é possível interpretar aquele processo chinês com maior rigor. A reforma fundiária dos primeiros momentos da revolução, por exemplo, na medida em que estava baseada na redistribuição familiar da terra, significou um rápido momento a contrariar, inclusive, as tradições milenares chinesas. Entretanto, esse movimento inicial logo foi revertido com o esforço de coletivização da propriedade e da produção, cuja dinâmica também não pode ser confundida, como se fosse um processo de *acumulação primitiva*, controlada por alguma forma antediluviana do

capital (capital comercial e capital usurário), pois se tratava de um processo completamente distinto do que ocorreu na Europa mercantilista.

As experiências de coletivização se constituíram como um movimento didático de grande repercussão. Comandado pelo PCCh, esse processo se difundiu na construção de uma dinâmica diferenciada de organização econômica da produção, acompanhada *pari passu* de novas formas de organização das decisões políticas, criando, assim, um *mix* de centralização e de descentralização econômica, política e social. Tal dinâmica resultava da interação, ao nível das decisões políticas, das informações técnicas da produção e da distribuição e, de certa forma, alcançava, inclusive, os segmentos produtivos não coletivizados, mas que já não eram controlados de forma privada.

Começa-se, pois, *a partir da base*. Cada unidade prepara o seu projeto de plano, apoiando-se na sua própria experiência. Em seguida, envia o seu projeto e é o conjunto dos projetos vindos da base que é sintetizado e ajustado pelo centro, com vista a ser harmonizado. Desta síntese e desta harmonização resulta o plano anual definitivo, que será enviado a cada unidade e que terá, para ela, um caráter obrigatório (BETTELHEIM, 1971, p. 23-24).

Essa construção alternativa foi possível após a avaliação permanente dos primeiros passos orientados pelo aparato técnico disponibilizado pela União Soviética. A contínua aferição, desde a base, dos acertos e erros resultantes da implantação imediata dos modelos mais centralizados e mais estritamente vinculados ao cálculo econômico, aos poucos foi permitindo o abandono das metas rígidas de controle remetidas de cima para baixo. Evidenciava-se, a cada momento, que o comando central não dispunha “[...] de um conhecimento suficientemente rigoroso da vida e das possibilidades das unidades de produção para lhes poder enviar números de controle cientificamente fundamentados” (BETTELHEIM, 1971, p. 24).

Desse modo, a China revolucionária pôde fazer a interação entre as doutrinas organizativas acumuladas pelas experiências de outros países que viviam a construção socialista com a sua própria cultura milenar de governabilidade. Como visto, devido às circunstâncias de cada momento histórico, sempre se exigiu na China a delegação de poder para as instâncias intermediárias de controle, processo que envolvia, inclusive, os comandos locais e as lideranças nas unidades de base.

Assim, a partir das experiências das comunas, muitos procedimentos alternativos de gestão foram introduzidos em boa parte das unidades fabris, que passaram a ser controladas de forma um tanto descentralizada pelo Estado, cujas células diretivas eram os comitês do PCCh nas empresas.<sup>40</sup> As atividades comerciais também se revelavam entre as formas alternativas de organização econômica.

Uma das características do modo de funcionamento da economia chinesa é, numa larga medida, o desenvolvimento de organismos comerciais autônomos.

São as 'Estações de comércio por grosso' que estão encarregadas da realização prática das operações comerciais. Ao nível administrativo superior, as 'Companhias comerciais' especializadas, que rematam uma rede de 'Estações', fazem acordos com as 'Companhias industriais' interessadas; *acordos* gerais sobre as quantidades e as variedades.

Depois as 'estações de comércio por grosso' assinam com cada empresa ou comuna popular *contratos* que preveem as quantidades a entregar, a qualidade, as variedades, as dimensões, os preços, as embalagens, as datas de entrega etc. (BETTELHEIM, 1971, p. 31).

O projeto das comunas era mais ambicioso que a simples criação de unidades produtivas rurais coletivizadas. A proposta era difundir a organização integral da vida no campo em seus múltiplos aspectos, partindo da forma de propriedade social da terra, abrangendo a interação de atividades agrícolas, industriais e de comércio, mas, também, constituindo unidades coletivas responsáveis pelo abastecimento interno, pela produção cotidiana da alimentação por meio de cozinhas coletivas, pelo ensino, pela qualificação do trabalho, pela proteção social, pela segurança interna, pela justiça, pela cultura, enfim. Muito dessas projeções foram efetivadas e garantidas pela adesão popular.

Uma enorme onda de entusiasmo em 1958 iria industrializar a China *imediatamente*, saltando para o futuro por cima de eras, quando o comunismo entrasse *imediatamente* em plena operação. Os incontáveis altos-fornozinhos de fundo de quintal, de baixa qualidade, com os quais a China iria duplicar sua produção de aço dentro de um ano – e na verdade mais que triplicou em 1960, antes de recair em 1962 para menos que antes do 'grande salto' – representaram um lado da transformação. As 24 mil 'comunas populares' de agricultores, estabelecidas nuns meros dois meses de 1958, representaram o outro lado. Eram completamente comunistas, porque não apenas todos os aspectos da vida camponesa haviam sido coletivizados, inclusive a

---

<sup>40</sup> Mantiveram-se diretamente sobre o controle central, naquele momento, os segmentos econômicos de caráter nacional, como as grandes siderúrgicas, as de alta tecnologia, as grandes usinas de energia, os bancos e as atividades vinculadas à defesa nacional, por exemplo (BETTELHEIM, 1971).

familiar – as creches e refeitórios comunais libertando as mulheres das tarefas domésticas e do cuidado das crianças e mandando-as, arregimentadas, para os campos – mas também o fornecimento gratuito de seis serviços básicos iria substituir salários e a renda em dinheiro. Esses seis serviços eram alimentação, assistência médica, educação, funerais, corte de cabelo e cinema (HOBSBAWM, 1995, p. 453).

Esperava-se, com isso, a difusão de um modo de vida comunitário, em que gradativamente fosse possível a promoção de formas alternativas de distribuição da riqueza social, sem referência nas práticas de assalariamento. Este era, assim, o *grande salto* pretendido: criar as condições para que as comunas se tornassem células econômicas, sociais e de decisões políticas descentralizadas. Posteriormente, com a extensão das práticas comunitárias para os meios urbanos, seria possível aniquilar os antagonismos próprios das sociedades organizadas sob o modo de produção capitalista. O objetivo parecia ser organizar as unidades produtivas a fim de destruir “[...] a alienação do trabalhador [...], mas também as discriminações de sexo, as diferenciações entre trabalho manual e trabalho intelectual [...], a compartimentação entre as atividades de produção em sentido estrito e as atividades de desenvolvimento social em sentido lato” (CHARRIÈRE, 1971, p. 53). Entretanto, na prática, a flexibilidade maoísta ante as condições objetivas atuava mais uma vez.

Visivelmente, não deu certo. Em poucos meses, diante da resistência passiva, abandonaram-se os aspectos mais extremos do sistema, embora não antes de ele ter se (como a coletivização de Stalin) combinado com a natureza para produzir a fome de 1960-1. Num aspecto, essa crença na capacidade de transformar pela vontade se apoiava numa crença maoísta mais específica no ‘povo’, disposto a ser transformado e, portanto, participar, criativamente e com toda a inteligência e engenhosidade tradicionais chinesas, na grande marcha avante (HOBSBAWM, 1995, p. 453-454).

Além dos fatores externos, as diversidades econômica, política e sociocultural da imensa China acabaram por reestruturar as comunas com formas de propriedade e de organização da produção diferentes daquelas concebidas no projeto original. Combinavam-se as parcelas familiares (para a moradia e os pequenos cultivos), com as áreas e estruturas físicas sob a posse das equipes de produção cooperativada, as glebas coletivizadas sob o domínio da comuna (unidade política), ao lado de grandes fazendas e edifícios ocupados pela produção estatal (CHARRIÈRE, 1971). A composição estrutural efetiva de cada comuna dependia das condições próprias de

cada região do país e de sua especialização produtiva, dentro da divisão inter-regional do trabalho em curso naquele momento. Numa comuna da Mongólia Interior,

[...] O gado e restantes animais domésticos eram propriedade das várias equipes, mas a comuna, no seu todo, detinha a posse e encarregava-se do funcionamento de centros veterinários, de inseminação artificial e de reprodução, de uma estação meteorológica, de um hospital e de alguns postos de saúde, de um teatro, de uma linha telefônica e de uma pequena estação de serviço para tratores. A indústria de laticínios produzia leite em pó e queijo, e havia também uma pequena fábrica de peças de vestuário, um forno de tijolos, uma oficina de curtumes e uma loja de ferreiro (SNOW, 1971, p. 111-112).

Da mesma forma eram distribuídas as unidades de produção, comercialização e de crédito entre as comunas. As unidades industriais comunais, cooperativadas, gozavam de alguma autonomia financeira e tinham seus preços regulados centralmente pelo Estado, com alguma flexibilidade para alguns produtos, cujos preços eram controlados em nível local, pela comuna. Nessas fábricas e oficinas, a contratação de trabalho se baseava em postos permanentes ou sazonais. Por seu turno, as atividades de comercialização eram controladas pelas cooperativas de compra e venda, responsáveis pelo comércio atacadista e pelo controle dos fluxos do varejo. Essas ações serviam como base do Estado na execução e na regulação de todo o circuito de movimentação comercial dos insumos e dos produtos das comunas, especialmente no controle das cotas planejadas, que deveriam ser entregues à administração central (CHARRIÈRE, 1971). Existiam, também, as cooperativas de crédito, responsáveis pelo financiamento das atividades produtivas que, assim como as cooperativas comerciais, também faziam operações entre as comunas.

Desse modo, o sistema distributivo mantinha alguma diferenciação social. As famílias cotistas das cooperativas de crédito e de comercialização atacadista, por exemplo, além de participar dos critérios gerais de repartição, tinham direito a uma parcela dos resultados operacionais das respectivas unidades em que eram acionistas, enquanto às famílias que compunham as equipes, ou brigadas, de produção cooperativada eram destinadas cotas da produção segundo tabelas de pontos. Essas tabelas de pontos tinham critérios diversificados, conforme a região do país, mas, em geral, estabeleciam as cotas de distribuição considerando, de um lado, a média *per capita* para um determinado volume da produção (deduzidas as parcelas entregues ao Estado) e, de outro, a idade e as condições físicas de cada indivíduo da família

associada (NABUCO, 2015). No entanto, é possível observar o esforço social em se afastar do regime de assalariamento no campo, com grandes avanços no sentido da coletivização pretendida.

Evitar que aquela diferenciação social se tornasse um processo irreversível de criação de novas classes sociais (antagônicas) parecia ser a maior preocupação do PCCh naquele momento. Os riscos impostos ao processo de transição ao socialismo exigiam um regime de vigilância permanente que, em grande medida, era exercido com os instrumentos políticos e militares colocados em prática a partir dos membros do Exército de Libertação Popular.

Em 1949, dizia Mao: 'O Exército é uma escola. As nossas forças armadas, de 2 100 000 homens, equivalem a bastantes milhares de universidades e escolas secundárias. Temos de confiar principalmente no Exército para preencher os nossos quadros'.

[...]

Os quadros pertencentes ou saídos do E.L.P. desempenhavam um papel de fiscalização. Atuavam como catalizador entre os novos elementos dos grupos dirigentes (entrados através dos comitês revolucionários) e os quadros experientes do Partido que não haviam sido afastados (SNOW, 1971, p. 42-43).

Essa vigilância permanente levou a momentos cruciais da política chinesa naquele momento. Da *Campanha das Cem Flores* (1956-57) à *Campanha Antidireitista* (1957-58)<sup>41</sup> ocorreram momentos de grande tensão que, ao não darem conta do controle pretendido pela maioria no PCCh, acabaram por exigir novas *ações (re)educativas*,

---

<sup>41</sup> Sob os reflexos externos das denúncias de Nikita Khrushchev sobre os atos de violência praticados na gestão de Josef Stalin contra seus opositores, na URSS, bem como sob as repercussões das iniciativas internas de coletivização da produção, no início de 1956, a China foi o palco da explicitação de grandes disputas políticas e ideológicas. Os embates ocorriam entre as correntes internas do PCCh, mas, também, nas relações destas com um número substantivo de intelectuais chineses, que se recusavam a seguir as novas orientações políticas para a produção e difusão de conhecimentos voltados para a construção do socialismo e que faziam graves críticas ao comando do Estado. No centro dessas disputas, estavam as decisões sobre flexibilizar ou não os controles dos fluxos de interesses mercantis privados e as relações com o exterior. Mas, também, estavam presentes nos debates os riscos do culto à personalidade e à burocratização, temas ativados ainda mais pelas notícias advindas de Moscou. Diante disso, num primeiro momento, a posição de Mao Zedong e do premier Zhou Enlai tendeu a apoiar a proposição do secretário-geral Deng Xiaoping, de maior atenção aos reclames dos intelectuais insatisfeitos, o que resultou numa campanha em que os dirigentes do PCCh se propunham a fomentar o debate social abertamente (que cem flores florescessem e que cem escolas de pensamento se digladiassem). No entanto, o fortalecimento da crítica dissidente resultante dessas primeiras deliberações levou os dirigentes partidários, logo no ano posterior, a mudar de posição e a decidir por censurar os intelectuais acusados de contrarrevolucionários. Detalhes dos interesses que mobilizaram essas campanhas até sua ebulição na *Revolução Cultural* podem ser vistos em Spence (1995).

cujos esforços resultaram, uma década depois, na *Revolução Cultural* (ESPENCE, 1995).

Quando, como camaradas menos inspirados haviam previsto, essa explosão de livre-pensamento se mostrou deficiente em entusiasmo unânime pela nova ordem, confirmou-se a desconfiança inata de Mao dos intelectuais como tais, que iria encontrar expressão espetacular nos dez anos da Grande Revolução Cultural, quando a educação superior praticamente parou e os intelectuais que já existiam foram regenerados em massa pelo trabalho braçal compulsório no campo (HOBSBAWM, 1995, p. 454).

Entretanto, a *Revolução Cultural* pode ser entendida, dentro de seu contexto, como a busca pela manutenção do controle de Mao e seu grupo no PCCh diante da pressão da oposição interna e da onda de dissidências motivadas pelos fracassos do *Grande Salto Adiante*. Resolveu-se, assim, atrair a juventude chinesa para o centro da arena política, na busca de reforçar o poder e evitar o descontrole da situação.

O envio de 17 milhões de jovens das cidades para o campo a fim de realizarem trabalhos agrícolas ao lado dos camponeses, com a consequente paralisação dos colégios e universidades, foi um processo mais característico e de maior alcance do que as perseguições do período. Executado sem violência, frequentemente com entusiasmo, ele atendia a outros objetivos. Estes, por sua vez, pesaram no modo pelo qual a Revolução Cultural promoveu sucessivos expurgos no interior do partido. Não houve nenhuma carnificina generalizada. Humilhação, degradação e embrutecimento era a sina comum da maioria dos visados, mais do que a eliminação. Os rituais da reforma do pensamento, destinados a 'curar a doença, não matar o paciente', segundo o preceito de Yan'an, permaneceram na teoria e na prática – esta, um tanto brutal –, o método habitual para lidar com os suspeitos da via capitalista. Quando a Revolução Cultural chegou ao fim, não mais do que 1% dos quadros do partido havia sido definitivamente expulso, sendo que praticamente todo o primeiro escalão – à exceção de Liu Shaoqi –, contra o qual Mao investira em 1966-1969, sobrevivera. Ao contrário de Stálin, Mao tinha conduzido a Revolução Chinesa para a vitória e não ocorreu nenhum massacre da Velha Guarda que combatera a seu lado (ANDERSON, 2010, p. 8).

Na virada para os anos 1970, em plena crise dos movimentos herdados da *Revolução Cultural*, o grande debate sobre o futuro da China parecia ser: até que ponto a sociedade chinesa jogaria por terra todo esse aprendizado sociocultural acumulado até então?

Havia muito quem duvidasse de o maoísmo lograr conservar-se uma força viva dominante, inadulterada por desvios pragmáticos e empíricos, após a morte de Mao. A China sem o Mao corpóreo será um fato inevitável em futuro relativamente próximo, mas o maoísmo

estaria para além de Mao e sobreviver-lhes-ia. Surgirão, sem dúvida, futuros revisionistas, mas ninguém poderá apagar totalmente o impacto na história da vida e da lenda de Mao Tsé-tung (SNOW, 1971, p. 47).

Essas questões, no entanto, trazem o inconveniente das dificuldades de se encontrar imediatamente alguma resposta, pelo menos no caso das visões ocidentais sobre a China. Nesse sentido, o próximo capítulo procura apresentar o quadro geral das reformas colocadas em marcha nos anos 1970, procurando mostrar que o acúmulo das experiências revolucionárias tornou a China um Estado-nação efetivamente singular, tanto internamente como no bojo das relações internacionais.

## 5 DILEMAS INTERNACIONAIS E DESAFIOS À EXPERIÊNCIA CHINESA

Neste capítulo são tratadas as grandes alterações na forma de intervenção do Estado chinês e seus reflexos na organização econômica do país a partir da virada para os anos 1970. Inicialmente, o texto enfoca a maneira como a ausência de cooperação, que passa a marcar as relações entre os países do chamado *Bloco Socialista* (a partir das cisões bilaterais ocorridas nos anos 1960), proporcionou a oportunidade para uma nova abordagem da pressão imperialista sobre essas nações, forçando mudanças radicais na geopolítica internacional. Em particular, essa apresentação inicial versa sobre as alterações táticas na política externa dos Estados Unidos da América (EUA) e sobre como elas se combinaram com os contextos político e econômico da República Popular da China, na passagem do auge para o período de contestações da *Revolução Cultural*. Na segunda parte, o capítulo trata de alguns dos momentos decisivos do longo e árduo processo de reformas econômicas e de reaproximação da China às potências imperialistas, analisando alguns de seus resultados objetivos e, na medida do possível, avaliando até que ponto o conjunto das mudanças colocadas em marcha a cada tempo manteve ou modificou as estruturas fundamentais do regime político implantado desde a Revolução de 1949.

### 5.1 MUDANÇAS GEOPOLÍTICAS E PRESSÃO EXTERNA SOBRE A CHINA

A virada para os anos 1970 significou uma substantiva inflexão na trajetória imperialista do período pós-guerras. Pelo menos dois movimentos devem ser destacados sobre aquele momento da geopolítica internacional: a) o esforço da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em manter o controle sobre o chamado *Bloco Socialista* (fundado no *COMECON*, no *Pacto de Varsóvia* e em tratados bilaterais),<sup>42</sup> diante dos sinais de seu enfraquecimento na *Guerra Fria*<sup>43</sup> e às dissidências de alguns Estados nacionais de sua área de influência estratégica; b) o esgotamento das motivações que resultaram nas altas taxas de investimento,

---

<sup>42</sup> O *COMENCON* foi um conselho de cooperação econômica mútua entre os países do Leste Europeu alinhados à orientação soviética, fundado em 1949. O tratado de ajuda mútua, no campo militar, firmado em 1955 entre algumas nações alinhadas a Moscou, ficou conhecido como *Pacto de Varsóvia*.

<sup>43</sup> Baseada na ameaça nuclear que marcou o período bipolar do pós-guerra, a *Guerra Fria* servia para a reafirmação política e ideológica do poder internacional das duas grandes potências mundiais (EUA e URSS), porém se revelaria muito mais como um pacto de não agressão direta entre elas do que como uma guerra propriamente dita. “Até a década de 1970, esse acordo tácito de tratar a Guerra Fria como uma Paz Fria se manteve” (HOBBSAWN, 1995, p. 226).

mantidas até então pelos acordos controlados pelos EUA, de reconstrução dos países massacrados pela destruição bélica da Segunda Guerra Mundial. Tanto o recrudescimento das hostilidades entre a China e a URSS como a alteração tática que os EUA colocaram em marcha naquele momento criaram a oportunidade internacional para o PCCh mudar suas orientações de política externa, colocando o processo de transição chinesa sob um novo desafio: promover uma aproximação qualitativa com os Estados Unidos, em busca de um novo salto em sua *modernização* industrial interna.

As tensões com governos soviéticos desde a virada para os anos 1960 alcançaram seu ápice no final daquela década com os conflitos na ilha fluvial Zhenbao, no rio Ussuri, fronteira nordeste da China com a URSS. Aquele momento de tensão particular parecia ser um sinal importante para os EUA, do presidente Richard Nixon e de seu assessor Henry Kissinger, que procuravam alguma chance de solução para a Guerra do Vietnã, a qual vinha se arrastando desde o final dos anos 1950, após os desdobramentos da revolução liderada por Ho Chi Minh. O prolongamento daquela guerra trazia grandes prejuízos para a política interna do Partido Republicano, na mesma medida em que mais corpos de soldados abatidos nos conflitos diretos chegavam aos EUA, aquecendo as mobilizações populares de contestação, as quais reclamavam pela retirada imediata das tropas. Mas, também, a ameaça de uma derrota no Vietnã enfraquecia a imagem de potência bélica mundial (objetivo fundamental na *Guerra Fria*) e colocava em risco vários dos interesses estratégicos estadunidenses no Leste Asiático e na área do Pacífico, em geral.

A saída encontrada por Nixon foi alterar taticamente as relações com os governos soviéticos e chineses. A ideia seria aproveitar, de forma especial, o isolamento da China após a ruptura e a ampliação das hostilidades militares com a URSS, situação que, guardadas as devidas particularidades, também ocorria na Europa, palco da *Primavera de Praga*,<sup>44</sup> em 1968, por exemplo. Nessa linha, a nova tática seria alterar a política de contenção (*contention*) que os EUA praticavam há décadas, tanto em relação ao avanço do *Pacto de Varsóvia* e às ameaças de revoluções que se

---

<sup>44</sup> Ocupação da capital da Tchecoslováquia por forças militares soviéticas e de alguns países aliados, que resultou na destituição de Alexander Dubcek, após a implantação de reformas políticas internas, entendidas por Moscou como uma ameaça de dissidência.

difundiam na América Central e em várias regiões da África e da Ásia, quanto no que se refere às iniciativas terceiro mundistas provocadas pela *Conferência de Bandung*,<sup>45</sup> com toda carga que esta provocou em meio às guerras de independência ante a resistência neocolonial.

Para substituir a contenção, Nixon propunha uma ampla distensão política internacional (*détente*). Segundo seu plano de convencimento, a nova posição de Washington oferecia soluções para antigas reivindicações da China acerca do reconhecimento político formal do governo de Beijing pelos EUA e dos imbróglis sobre Taiwan,<sup>46</sup> mas, também, iniciativas de promoção de limites de proliferação de armas nucleares, envolvendo a China e, fundamentalmente, a URSS.

Ainda atolado no Vietnã, onde a República Democrática do Vietnã recebia assistência da Rússia e da China, seu objetivo [de Nixon] era aumentar sua influência junto a ambos os poderes, jogando um contra o outro para garantir uma solução que preservasse o Estado sul-vietnamita e a credibilidade militar norte-americana no sudeste da Ásia. Em fevereiro de 1972, sua recepção cordial por parte de Mao, em Pequim, marcou uma revolução diplomática. Os dois líderes concordaram sobre a ameaça representada pela União Soviética, lançando as bases para uma aliança tática contra ela. Tendo obtido esse entendimento, três meses depois, Nixon foi para Moscou, onde – lembrando Brezhnev dos perigos potenciais da China – assinou o primeiro acordo Salt, em meio a muita comemoração de uma *détente* (ANDERSON, 2015, p. 87).

A saída honrosa de Nixon para a Guerra do Vietnã acabou não se realizando conforme projetado por seus assessores. Entretanto, os EUA conseguiram uma vitória diplomática até então imprevisível nas relações bilaterais que construiu com a China e com a URSS, naquele momento. “O mundo comunista não estava mais apenas dividido. Dali em diante, China e Rússia competiriam por relações privilegiadas com os Estados Unidos” (ANDERSON, 2015, p. 87).

---

<sup>45</sup> Encontro ocorrido na Indonésia, em 1955, reunindo lideranças de 29 Estados asiáticos e africanos.

<sup>46</sup> Desde a Revolução de 1949, vários países se recusavam a reconhecer Beijing como sede do governo da República Popular da China. Sob a proteção dos EUA, Taiwan representava a China na ONU e essa era uma questão prévia a ser resolvida, segundo os interesses de uma distensão política naquele momento. “No Extremo Oriente, a China tinha sido persuadida a uma entente tácita com os EUA, mas ainda não havia relações diplomáticas entre os dois Estados, com Washington mantendo o reconhecimento formal do regime do Kuomintang em Taiwan como o governo da China” (ANDERSON, 2015, p. 89).

Essa nova posição dos EUA evidentemente não se manifestava apenas em consequência das tensões de lado a lado na Guerra Fria. É preciso contextualizá-la, também, no momento particular em que as relações econômicas internacionais, concernentes às potências imperialistas, anunciavam os primeiros sinais de uma grave crise capitalista, em escala mundial. As taxas de crescimento econômico despencavam nas economias industrialmente mais avançadas, criando um ambiente de incertezas, ou de insegurança, quanto à profundidade da crise, que apontava para o esgotamento da dinâmica que manteve a *grande onda* de conversão de lucros em investimentos capitalistas do pós-guerra.

A reconstrução da Europa e do Japão, a mais alta prioridade norte-americana após a guerra, havia sido um retumbante sucesso. Após duas décadas, no entanto, as antigas potências do Eixo estavam agora – graças à ajuda norte-americana, ao acesso aos mercados dos EUA e aos empréstimos da tecnologia dos Estados Unidos, combinados com os exércitos de reserva de trabalho de baixos salários e formas mais avançadas de organização industrial do que aquelas que os EUA possuíam – desbancando empresas estadunidenses em um ramo de fabricação após o outro: aço, automóveis, máquinas, eletrônicos. Sob essa pressão alemã e japonesa, a taxa de lucro dos produtores norte-americanos caiu drasticamente e um déficit comercial nos Estados Unidos começou a crescer (ANDERSON, 2015, p. 85-86).

Uma vez reconstruídas e restituídas à condição de potências imperialistas dispostas à competição internacional, algumas nações europeias e o Japão organizaram uma contestação mais contundente à capacidade de regulação dos EUA, diante da crise sistêmica que se formava. Além das disputas comerciais e da formação de uma nova ordem de fusões e aquisições de empresas, ancoradas no salto qualitativo das inovações tecnológicas que tornavam os parques produtivos europeus (especialmente da Alemanha e da França) e japoneses muito mais avançados que o estadunidense, a nova tática passou a ser contestar o dólar como moeda mundial.

Para coroar esses problemas, a França – sob De Gaulle e Pompidou, o Estado ocidental a recuperar, por uma temporada, independência política real de Washington – havia começado a atacar o dólar com compras de ouro cada vez maiores (ANDERSON, 2015, p. 86).

A reação dos Estados Unidos foi imediata, mas as condições críticas para a reprodução do capital colocavam grandes obstáculos a uma solução tranquila sobre aquela situação. Nos termos em que ocorreu o acirramento das disputas entre as grandes potências imperialistas, o padrão monetário mundial, baseado na

convertibilidade dólar-ouro (que vigorava desde 1944), foi profundamente abalado e o governo Nixon acabou anunciando, a seu estilo, a quebra dos acordos de *Bretton Woods*.

A resposta de Nixon foi draconiana. Os princípios do livre-comércio, o livre mercado e a solidariedade do mundo livre não poderiam ficar no caminho do interesse nacional. Sem perder tempo com consultas diplomáticas, em um discurso na televisão de quatro minutos para um público doméstico, ele descartou o sistema de Bretton Woods, cortando a ligação do dólar com o ouro, impôs um adicional tarifário a todas as importações e decretou um congelamento de preços e salários (ANDERSON, 2015, p. 86).

As consequências desse procedimento unilateral, se, por um lado, resolviam alguns dos problemas competitivos de curto prazo, aliviando as empresas exportadoras dos EUA, por outro, mascaravam a profundidade da crise mundial e de suas repercussões estruturais para a ordem econômica internacional.

A tentativa de manter artificialmente o dólar como moeda padrão, através de sua crescente sobrevalorização, aprofunda a perda de competitividade natural do grosso da indústria americana frente às recém-implantadas, modernizadas e dinâmicas indústrias europeias e japonesa, acicatadas, ademais, pela própria concorrência movida pelas filiais americanas (TEIXEIRA, 1993, p. 189).

Tratava-se, de fato, de uma nova *onda* de superprodução de capital em escala mundial. No entanto, a crise se mostraria ainda mais dramática que as anteriores, na medida em que foram surgindo oportunidades nunca vistas para a especulação, em meio às evidentes dificuldades de se encontrar alternativas para o investimento de parcela substantiva do capital excedente.<sup>47</sup> Com a quebra dos acordos de *Bretton Woods*, foram liberados os instrumentos de conversão cambial em todo o mundo capitalista, num momento em que se explicitava a queda das taxas gerais de lucro, motivando o início de uma nova corrida especulativa de grandes proporções, a partir de apostas sobre as cotações futuras das diversas moedas nacionais em relação ao dólar. Com expectativa de redução ainda maior na rentabilidade que proveria de novos investimentos, um crescente fluxo intercontinental de recursos monetários passou a buscar alternativas em alguma forma de aplicação especulativa, e aquelas eram as

---

<sup>47</sup> Cabe considerar que era muito mais difícil ainda, naquele momento, um tratamento de choque que resultasse na destruição do capital excedente, condição para a plena regeneração do processo de reprodução ampliada.

condições propícias para isso.

Na reconstrução do pós-guerra, migraram várias unidades do capital bancário, dos EUA para a Europa, formando o *mercado de euromonedas*. Uma das bases de financiamento do *boom* de investimentos promovidos pelas filiais bancárias estadunidenses no continente europeu era a reciclagem dos excedentes da produção petrolífera no Oriente Médio. O volume de *petrodólares* dessas transações crescia na mesma medida em que o preço internacional do barril do *ouro negro* se elevava, especialmente a partir da formação do Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opep). A facilidade de crédito atraía os Estados nacionais, especialmente as nações dependentes, e os capturava na armadilha de endividamento, abrindo ainda mais espaços para a multiplicação da especulação com títulos de empréstimos e sobre as cotações futuras das taxas de juros; movimento alimentado a cada negociação sobre a rolagem de amortizações e serviços de dívidas, que envolvia, inclusive, algumas nações do chamado *Bloco Socialista*.

[...] consequência aparentemente feliz da crise do petróleo foi a inundação de dólares que agora esguinchavam dos multimilionários Estados da OPEP, muitas vezes com populações minúsculas, e que eram distribuídos pelo sistema bancário internacional sob a forma de empréstimos a quem quisesse. Poucos países em desenvolvimento resistiram à tentação de aceitar os milhões assim carreados [...]. Para os países socialistas que sucumbiram a ela – notadamente Polônia e Hungria – os empréstimos pareceram uma forma providencial de ao mesmo tempo pagar o investimento da aceleração do crescimento e elevar o padrão de vida de seus povos (HOBSEAWM, 1995, p. 459).

Naquele contexto, os chamados *Choques do Petróleo*, dos anos 1973 e 1979, antes de se constituírem as raízes dos problemas daquela década, na verdade, devem ser entendidos como elementos a mais, tanto para o aprofundamento da crise mundial capitalista (pois, ao elevar os preços do petróleo, a Opep motivava o acirramento da inflação em escala global), quanto para mascarar os dilemas internacionais dos projetos de transição ao socialismo experimentados até então.

A diminuição no ritmo da economia soviética era palpável: a taxa de crescimento de quase tudo que nela contava, e podia ser contado, caiu constantemente de um período de cinco anos para outro após 1970: produto interno bruto, produção industrial, produção agrícola, investimento de capital, produtividade de trabalho, renda real per capita [...]. Em 1960, suas grandes exportações eram maquinaria, equipamentos, meios de transporte e metais ou artigos de metal, mas em 1985 dependia basicamente para suas exportações (53%) de

energia (isto é, petróleo e gás) (HOBSBAWM, 1995, p. 456-457).

A elevação dos preços do petróleo acabou permitindo à URSS financiar as importações de máquinas, equipamentos e insumos siderúrgicos de que necessitava, e que não se esforçava mais em produzir internamente (em comparação com o ritmo da diversificação produtiva soviética do período anterior), alimentando, inclusive, a intenção do governo Brejnev em manter a competição em armas com os EUA.

Para os países produtores de petróleo, dos quais a URSS por acaso era um dos mais importantes, [a ação da OPEP] transformou o líquido negro em ouro. Os milhões simplesmente rolavam para dentro sem esforço, adiando a necessidade de reforma econômica e, de quebra, possibilitando à URSS pagar suas importações rapidamente crescentes do Ocidente capitalista com a energia exportada (HOBSBAWM, 1995, p. 459).

Esses movimentos bruscos das grandes potências imperialistas em disputa nos anos 1970 provocaram um grande rearranjo político e econômico em nível internacional. No final daquela década, pareciam estar esgotados todos os instrumentos vacilantes que procuravam manter artificialmente o poder dos EUA em frente à contestação europeia e japonesa, em especial a contínua desvalorização do dólar, o que exigia uma posição mais rígida do Banco Central estadunidense na promoção do padrão monetário internacional. Mesmo sob o risco político de uma recessão, entrou em cena a *doutrina Volcker*,<sup>48</sup> de revalorização do dólar e de explosão das taxas de juros, desaquecendo o fluxo de crédito nos mercados internacionais e encarecendo o serviço dos empréstimos para os países crescentemente endividados.

A retomada pelo FED do controle internacional dos mercados interbancários acabou criando um novo mecanismo de financiamento dos crescentes déficits fiscais dos EUA, via endividamento público, e uma política monetária e cambial agressiva, que impunha uma ortodoxia macroeconômica alinhada, em nível mundial. Isso se constituía num sinal evidente da regeneração do comando estadunidense sobre a administração da crise mundial, arrefecendo os efeitos das contestações do início dos anos 1970 e retomando a hierarquia de domínio e subordinações em todo o mundo capitalista. Esse movimento era amparado por uma corrida militar/armamentista,

---

<sup>48</sup> Alusão ao novo presidente do FED (sigla em inglês do Banco Central dos EUA), Paul Adolph Volcker, durante os governos Carter e Reagan.

quase unilateral, de iniciativa dos EUA.

Assim, a nova diplomacia do dólar significava uma combinação de movimentos que implicava a liderança dos EUA: a) na apropriação das rendas especulativas geradas internacionalmente; b) na imposição de superávits comerciais ao restante do mundo como forma de financiar os crescentes déficits estadunidenses (via aplicação das reservas de dólares nos bônus do Tesouro dos EUA); c) o controle sobre a renegociação das dívidas externas das nações dependentes, impondo a estas perdas ainda maiores na transferência líquida de riquezas ao exterior, na forma de mercadorias e de dólares, além da emissão de títulos de novos empréstimos num regime de escassez de crédito.

Tais relações envolviam, com raríssimas exceções, as nações do mundo capitalista numa intrincada rede hierárquica de domínio e subordinações, mas também capturava para suas armadilhas diversas nações que experimentavam as dificuldades em avançar em seus respectivos projetos de transição ao socialismo. Assim, a recessão provocada pela *diplomacia do dólar forte*, nos termos em que foi imposta, trouxe consequências especiais para aqueles países, em particular.

É uma ironia da história o fato de que as economias 'socialistas reais' da Europa e da URSS, além de partes do Terceiro Mundo, se tenham tornado as verdadeiras vítimas da crise pós-Éra de Ouro da economia capitalista global, enquanto as 'economias de mercado desenvolvidas', embora abaladas, conseguiam atravessar os anos difíceis sem grandes problemas, pelo menos até o início da década de 1990 (HOBSBAWM, 1995, p. 458).

Os anos 1970 foram marcados, assim, por mudanças draconianas na política externa dos EUA com grandes repercussões para as experiências de transição ao socialismo, como a chinesa, em particular. Diante da nova investida estadunidense e da pressão exercida pelas animosidades com a URSS, o PCCh teve que rever sua política interna e abrir um longo processo de reinserção internacional, ainda sob os efeitos da experiência da *Revolução Cultural*.

## 5.2 AS MUDANÇAS DE RUMO SOB O COMANDO MAOÍSTA

Na virada para os anos 1970, a política chinesa se reproduzia internamente sob as consequências da *Revolução Cultural* ao mesmo tempo em que a China participava substancialmente das alterações na geopolítica internacional. Os resultados do IX

Congresso do PCCh (1969) reafirmavam a liderança de Mao Zedong sobre o comando do Exército e da execução das políticas programáticas ali definidas, o que significava ênfase no disciplinamento da modernização na agricultura, com maior flexibilização ainda para a posse de pequenas parcelas de terras de cultivo doméstico, bem como no avanço da grande produção industrial estatal.

Assim, o “[...]‘novo mandato’ depositava a sua confiança principal no Exército para assegurar o cumprimento de todos estes programas e evitar a formação de *élites* burocráticas” (SNOW, 1971, v. I, p. 42). Mas os resultados objetivos das políticas colocadas em prática, especialmente no que tange às expectativas de elevar o padrão de vida da maioria das famílias trabalhadoras, que ainda viviam numa situação bastante precária, mostravam a necessidade de adiantar algumas mudanças, há algum tempo planejadas, tanto no âmbito interno como externamente.

[...] em 1967, o valor global da produção industrial e agrícola caiu 9,6% em relação a 1966 e, em 1968, baixou 4,2% em relação ao ano anterior; já a renda nacional reduziu-se em 13,3%, em comparação com 1966.

O ano de 1969 registra uma recuperação da economia chinesa, decorrente da estabilização dos ‘comitês revolucionários’ e da realização do 9º Congresso do PCCh. Foi retomada a atividade de planificação da economia e obtido um crescimento de 23,8%, em relação a 1968, da produção industrial e agrícola, e de 19,3% na renda nacional. Em relação a 1966, porém, praticamente não houve crescimento (CARRION, 2004, p. 33).

Para além dos instrumentos de controle e disciplina, a legitimação do regime estaria sempre dependente da acumulação de resultados para uma população já imensa e em expansão. O maior acesso à educação e à informação cotidiana tornava possível avaliar os ganhos<sup>49</sup> e os atropelos das experiências do *Grande Salto Adiante* e da *Revolução Cultural* (então em curso). Permitia, da mesma forma, a percepção popular sobre as próprias condições materiais de vida, diante de um evidente processo de diferenciação social,<sup>50</sup> e também a comparação com o que se podia conhecer acerca

---

<sup>49</sup> É importante sempre destacar o aprendizado que essas conquistas sociais trouxeram, desde as primeiras experiências de reforma agrária até o momento da coletivização e de sua flexibilização, tanto em termos materiais como nas referências de participação política nas decisões.

<sup>50</sup> Cabe mencionar um elemento essencial, mas quase sempre esquecido, que é a pressão exercida pela multiplicação de pequenos atos informais, que acabam escapando aos instrumentos de controle, mas, também, sedimentando comportamentos contestatórios, mesmo não convertidos imediatamente em ações organizadas de agrupamentos sociais. Também não se pode esquecer dos procedimentos de sabotagem da revolução que, um pouco mais organizados, também se adicionavam à pressão objetiva na estrutura socioeconômica. Ambos os movimentos acabavam, de alguma forma, sendo

das consequências do processo de reconstrução do Japão e da modernização em algumas das demais nações vizinhas.

A aceitação do comunismo pelas ‘massas’ dependia não das convicções ideológicas ou outras semelhantes, mas de como julgavam o que a vida sob regimes comunistas fazia por elas, e como comparavam sua situação com a de outros. Assim que não foi mais possível isolar essas populações do contato e conhecimento com outros países, seus julgamentos foram céticos (HOBSBAWM, 1995, p. 480).

Além da espetacular reconstrução japonesa, que combinava com a incorporação de um contingente fabuloso aos padrões ocidentais dos mercados de consumo naquele momento, “[...] a Coreia do Sul experimentara um vertiginoso processo de industrialização conduzido por Park Chung-Hee e, o que era ainda mais exasperante, o regime do [Guomindang] em Taiwan não ficara muito atrás” (ANDERSON, 2010, p. 15).

Diante daquele quadro, uma vez restaurado o poder do *Grande Timoneiro*, o PCCh pôs em marcha seus planos em direção às *modernizações*,<sup>51</sup> há muito preconizados, mas tantas vezes adiados por circunstâncias políticas. A reinserção de alguns dos antigos quadros de comando do PCCh, em especial de Deng Xiaoping,<sup>52</sup> retirados durante alguns anos para os chamados *Programas de Reeducação Política e Ideológica*, demonstrava essa perspectiva de mudanças, inclusive porque o próprio Mao parecia fazer uma autocrítica e indicava que alguns “[...] excessos deviam ser corrigidos” (CARRION, 2004, p. 32).

---

observados por quem ocupava cargos nas várias instâncias do Estado, influenciando suas respectivas decisões.

<sup>51</sup> Num informe à Plenária Popular, de dezembro de 1964, Zhou Enlai já apresentava a sua concepção de construção do socialismo em “dois passos”: avançar por quinze anos num processo de industrialização mais integrada e autônoma da China, que fosse capaz de, por mais quinze anos, consolidar *modernizações* na agricultura, na indústria, na defesa nacional e na ciência e tecnologia (CARRION, 2004). Essa perspectiva se reproduziria, em outras bases, nas *quatro modernizações* anunciadas mais de uma década depois por Deng Xiaoping, no aprofundamento das reformas iniciadas no período liderado por Mao Zedong.

<sup>52</sup> O misterioso acidente que resultou na morte Lin Biao, um dos maiores articuladores do culto à personalidade de Mao e tido como seu sucessor, trouxe a necessidade de reflexão interna sobre os rumos do PCCh. “Depois desse incidente, Mao assumiu pessoalmente a política em relação aos quadros e – em estreita colaboração com Zhou Enlai – reabilitou diversos deles, como Deng Xiaoping que, em março de 1973, retornou para o seu cargo de vice-primeiro-ministro do Conselho de Estado” (CARRION, 2004, p. 48).

No campo econômico, o grande desafio parecia ser a substituição das unidades fabris construídas especialmente desde o período do *Grande Salto Adiante* por um parque industrial integrado (produção de meios de consumo e meios de produção) e tecnologicamente atualizado. Esse não parecia ser um grande problema político, se comparado com situações semelhantes enfrentadas por outras nações de industrialização incompleta, pois boa parte da pequena produção fabril no campo (pequenos fornos etc.) já estava sendo abandonada, em favor da retomada da produção agropecuária. Por sua vez, a grande produção industrial estava sob controle direto do Estado, mesmo sob decisões descentralizadas. Nesse sentido, as condições políticas internas estavam dadas e a estrutura industrial montada até então parecia não oferecer resistência a um sucateamento planejado.

Aquilo que se tornaria conhecido como o ‘cinturão da ferrugem’ chinês ainda era algo respeitável: quem viu *West of the Tracks*, a trilogia de Wang Bing sobre o destino final do parque industrial de Shenyang e de seus operários – talvez, o maior documentário de todos os tempos – não poderá esquecê-lo. Ainda assim, em termos relativos, seu peso era menor do que na URSS. Não havia tantas fábricas para sucatear. Mais importante ainda, o planejamento chinês sempre havia sido mais maleável que o seu modelo russo (ANDERSON, 2010, p. 13).

No entanto, avançar num amplo processo de modernização industrial implicava, naquele momento, arriscar uma reaproximação estratégica com as potências imperialistas detentoras do controle sobre as inovações tecnológicas do pós-guerra, o que significava aproveitar os sinais emitidos pelos EUA, atolados que estavam na Guerra com o Vietnã.

Nesse ínterim, o desafio seria ganhar poder de negociação nas instâncias bilaterais e, logo, as orientações do PCCh indicavam a necessidade da China de recuperar sua promoção como potência na região, o que exigiria um esforço adicional em tentar quebrar a polarização imposta pela *Guerra Fria*.

[...] Pequim desejava travar o avanço da hegemonia das duas superpotências. Isto é, conquistar o respeito pela hegemonia na sua tradicional zona de influência político-cultural no Leste asiático: de fato, revivificar um pouco o antigo significado de ‘China’, que é *chung-kuo*, ou seja, ‘reino central’ (SNOW, 1971, p. 43-44).

A tática diplomática chinesa parecia partir da leitura de que Washington já percebia a cisão sino-soviética como oportunidade para uma distensão política mais ampla e um

reatamento de relações comerciais mais abrangentes. Os acordos de não proliferação de armas nucleares estariam no centro das conversações, que se desdobrariam em relações econômicas de cooperação tecnológica estratégica (na área de energia, entre outras), mas a China precisava de uma ascensão mais evidente e decisiva no cenário internacional, para alcançar uma posição de destaque nas negociações.

Depois de chamados a Pequim para uma reeducação política de três anos, os diplomatas chineses regressaram aos seus postos no estrangeiro. Mudanças táticas em ritmo e estilo tornaram-se visíveis nas suas relações mais amistosas e mais abertas tanto com as entidades oficiais como com o próprio povo dos países ocidentais. A China cortejou a Romênia, condenou a Rússia pela invasão da Checoslováquia e assinou um importante acordo comercial – o primeiro em dez anos – com esse protótipo do revisionismo que é a Iugoslávia. Em 1970, o Canadá e a China quase concluíram um acordo de reconhecimento diplomático (SNOW, 1971, p. 46).

Personalidade central dessas alterações diplomáticas foi o premier Zhou Enlai que, desde a *Conferência de Bandung*, procurou colocar a China entre as lideranças do movimento dos países *Não-Alinhados*, os quais passaram a pressionar as potências imperialistas pelo fim definitivo do neocolonialismo, a partir de iniciativas de cooperação que se baseavam em princípios de coexistência pacífica. Percebe-se que esse

[...] movimento tinha como eixo de ação os cinco princípios de coexistência pacífica, elaborados em conjunto com a Índia, e aprovados na Conferência dos Países Não-Alinhados, em Bandung, na Indonésia, em 1955. Os cinco princípios de coexistência pacífica – respeito mútuo pela integridade e soberania, não-agressão, não-interferência nos assuntos internos, igualdade e benefício mútuo, e solução pacífica das controvérsias – tornaram-se a espinha dorsal da política exterior chinesa (POMAR, 2009, p. 238).

Havia muito tempo, portanto, que Zhou defendia externamente a convicção da necessidade de um pacto de paz, especialmente na zona do Pacífico. Porém, também parecia ter nítido que um pacto de não agressão mútua implicava uma reaproximação muito mais ampla e que incluiria, inclusive, os EUA, com todas as dificuldades que o processo exigiria. Já no início dos anos 1960, Zhou enfatizava:

Um pacto de paz e de não agressão mútua entre os países da Ásia e os que têm fronteiras com o Pacífico implica, forçosamente, com as questões das relações sino-americanas e das relações entre a China, a URSS, o Japão e os Estados Unidos da América.

*É inconcebível um pacto de paz sem que se estabeleçam, de antemão, relações diplomáticas entre a China e os Estados Unidos.*

*É também inconcebível haver relações diplomáticas entre a China e os Estados Unidos da América sem se ter solucionado previamente o diferendo entre os dois países quanto à região da Formosa.*

Estes dois fatos são muito importantes, e neles está a razão porque afirmei que para levar a efeito essa proposta eram necessários esforços prolongados (SNOW, 1971, p. 145, grifos no original).

A história demonstraria o quão lento e árduo se desenvolveria esse processo. A partir do rearranjo diplomático e com a recuperação dos princípios de Bandung, Zhou foi novamente encarregado de negociar uma reaproximação diplomática, comercial e de cooperação tecnológica com os Estados Unidos no início dos anos 1970.

[...] em julho de 1971, Henry Kissinger – Conselheiro para Assuntos de Segurança Nacional de Nixon – foi recebido pelo governo chinês e iniciaram-se negociações tendo em vista a normalização das relações entre os dois países; em outubro desse mesmo ano, a China reconquistou seu assento nas Nações Unidas e no Conselho de Segurança; em fevereiro de 1972, o próprio Presidente Nixon foi recebido por Mao Zedong, e ambos os países firmaram o ‘Comunicado Conjunto Chino-Norte-americano’.

Esse acontecimento – que não pode ser desligado das crescentes contradições entre a China e a URSS – levou à normalização das relações diplomáticas entre a China e o Japão, no início de 1973, e a um auge no estabelecimento de relações diplomáticas entre a China e um grande número de países da Europa e do resto do mundo, assinalando o rompimento do relativo isolamento em que a China se encontrava, desde o seu rompimento com a União Soviética (CARRION, 2004, p. 32).

No âmbito interno, apesar das dificuldades em convencer totalmente a base política e parte da cúpula do PCCh, os acordos diplomáticos passaram a dar maior respaldo político ao comando maoísta, que recuperou a capacidade de planificação e de execução das reformas econômicas exigidas, o que tornou possível, inclusive, apresentar alguns resultados mais alvissareiros.

Entre 1972 e 1973, o Conselho de Estado – sob o comando de Zhou Enlai – adotou uma série de medidas para reajustar a economia nacional. Mesmo sem conseguir erradicar os fundamentos esquerdistas da *Revolução Cultural*, que prosseguia, ao fim de dois anos de reajustes, a situação econômica melhorou sensivelmente. Tanto que, em 1973, a produção industrial aumentou 9,2% em relação ao ano anterior e a renda nacional cresceu 8,3% (CARRION, 2004, p. 33-34).

No entanto, a *queda de braço* dentro do comando do PCCh ficou ainda mais evidente no X Congresso realizado em 1974. De um lado, estavam Mao, Zhou e aliados,

defendendo a necessidade de avançar nas reformas econômicas e na distensão política interna (garantindo o retorno de antigas lideranças ao Partido); de outro, o grupo político que defendia a manutenção dos fundamentos da *Revolução Cultural*, liderado por Jiang Qing (esposa de Mao), Wang Hongwen, Zhang Chunqiao e Yao Wenyuan.<sup>53</sup> Essas vacilações e conflitos nas decisões sobre os rumos a seguir acabaram arrefecendo o desempenho econômico “[...] e a produção industrial voltou a decair” (CARRION, 2004, p. 35). Uma vitória parcial do primeiro grupo fortaleceu o poder de Zhou Enlai e a ascensão de Deng Xiaoping a postos importantes dentro do PCCh (com reflexos, inclusive, no Exército e em várias instâncias do governo), posições que ganhariam ainda mais visibilidade na convocação da 4ª Assembleia Popular Nacional, no início de 1975.

Os desdobramentos desses novos movimentos internos se materializavam no êxito das políticas de *modernização*. No entanto, o agravamento dos problemas na saúde de Zhou revelariam novos lances nas disputas dentro do PCCh.

Zhu De foi eleito Presidente do Comitê Permanente da Assembleia Popular Nacional que manteve Zhou Enlai como Primeiro Ministro do Conselho de Estado. Deng Xiaoping, Zhang Chunqiao, Li Xiannian, Hua Guofeng e outros oito dirigentes foram eleitos vice-primeiros ministros e a Assembléia deliberou que o Conselho de Estado tivesse como núcleo Zhou Enlai e Deng Xiaoping.

Em função do agravamento da doença de Zhou Enlai, a nova equipe teve em Deng Xiaoping seu principal dirigente. Com o apoio de outros quadros veteranos, Deng Xiaoping desenvolveu grandes esforços pelo reordenamento econômico, com o que a situação econômica melhorou rapidamente. Assim, em 1975 o valor global da produção industrial e agrícola aumentou 11,9% em relação ao ano anterior (15,1% a industrial e 4,6% a agrícola) (CARRION, 2004, p. 36).

O grupo liderado por Jiang Qing, de posse de informações privilegiadas sobre o estado precário da saúde de Mao, passou a criticar mais efusivamente na imprensa as posições de Zhou e Deng. Utilizando, inclusive, citações do *Grande Timoneiro*, com trechos de seus discursos do período do auge da *Revolução Cultural*, o grupo atacou especialmente o que qualificava como o *empirismo* ou o *pragmatismo* de Deng e os riscos que a aplicação de suas ideias traziam em favor da generalização das relações de assalariamento. “Em novembro de 1975, Mao, já bastante enfermo e isolado, acolheu acusações que Jiang Qing e seu grupo fizeram contra Deng Xiaoping e

---

<sup>53</sup> Mais tarde ficaram conhecidos como a *Gangue dos Quatro*.

afastou-o da maioria das suas atividades” (CARRION, 2004, p. 37).

Com a morte de Zhou Enlai, em janeiro de 1976, Mao indicou Hua Guofeng para substituí-lo interinamente. No início de abril, sob várias acusações de motivar agitações populares contra o governo, Deng foi destituído das demais funções políticas e administrativas.<sup>54</sup> Em julho ocorreu o falecimento de Zhu De e, no dia 9 de setembro daquele mesmo ano, o povo chinês se comovia com a fatal despedida do grande líder da Revolução de 1949, Mao Zedong. Foi um ano verdadeiramente marcante para a história da República Popular da China, uma vez que as conquistas nacionais realizadas até então eram lembradas como vitórias sob a liderança do *Grande Timoneiro*.

[...] na época da tomada comunista (dados de 1952), o chinês médio vivia essencialmente com meio quilo de arroz ou grãos por dia, e consumia pouco menos de 0,08 quilo de chá por ano. Adquiria um novo par de calçados a cada cinco anos, mais ou menos.

[...]

No fim do período de Mao o consumo médio de alimento chinês (em calorias) estava muito acima da média de todos os países, acima do de catorze países nas Américas, 38 na África e mais ou menos metade dos asiáticos – bem acima do sul e sudeste da Ásia, com exceção da Malásia e Cingapura [...]. A expectativa de vida média no nascimento subiu de 35 anos em 1949 para 68 em 1982 [...].

[...] não há como negar que no ano da morte de Mao seis vezes mais crianças iam à escola primária do que quando ele chegou ao poder – isto é, uma taxa de matrícula de 96%, comparada com menos de 50% mesmo em 1952 (HOBSBAWM, 1995, p. 449-455).

Na sequência daqueles trágicos acontecimentos, o grupo opositor, sob a liderança de Wang Hongwen, colocou em marcha um novo golpe ao governo de Hua. Este reagiu imediatamente, conseguindo uma decisão do Birô Político do Comitê Central do PCCh, quanto à abertura de investigações contra os atos praticados por Jiang Qing, Zhang Chunqiao, Wang Hongwen e Yao Wenyuan, entre outros seguidores. No processo político, que envolvia a propaganda oficial contra aqueles acusados, Hua e seu grupo de apoio tiveram que reduzir as críticas a Deng Xiaoping e estabelecer um canal de cooperação, o que acabou resultando em um novo acolhimento, ao comando

---

<sup>54</sup> Ao contrário do afastamento anterior, naquele momento, Deng conseguiu apoio em Cantão, onde foi protegido pelo general Xu Shiyong, oficial militar que governava a Província de Guangdong e gozava de grande prestígio no Sul e no Leste do país. Com toda aquela proteção política e contando com a influência de Xu nas instâncias do Comitê Central do PCCh, “Deng planejou cuidadosamente sua volta à cena política” (SPENCE, 1995, p. 610).

do Partido, daquela liderança banida no ano anterior.

Já na reunião de trabalho do Comitê Central, de março de 1977, Chen Yun colocou por escrito a necessidade da reabilitação de Deng Xiaoping e do seu retorno ao posto de trabalho; Wang Zhen expressou a mesma opinião. Mas será somente na 3ª Sessão Plenária do 1º Comitê Central, realizada em julho de 1977, que Deng Xiaoping será reabilitado e reassumirá os cargos de membro do Comitê Permanente do Birô Político do CC do PCCh, vice-presidente da Comissão Militar do CC, vice-primeiro ministro do Conselho de Estado e chefe do Estado Maior Geral do Exército Popular. Nessa mesma reunião, foram expulsos do Partido Wang Hongwen, Zhang Chunqiao, Jiang Qing e Yao Wenyuan (CARRION, 2004, p. 39).

Entre 1977 e 1978, a China experimentou outro processo de renovação política. Definitivamente, chegava ao fim o período da agonizante *Revolução Cultural* e, gradativamente, foi sendo retomada a execução planejada das políticas econômicas, com resultados efetivos, tanto em nível interno, quanto nas relações com exterior. Comparada com a URSS, ficou evidente que, na última década, sob o comando de Mao, o PCCh evitou repetir a burocratização degenerativa e conquistou, com base na exacerbação do dogmatismo, a manutenção de certa legitimidade popular. Mas, naquele momento, a China herdada dos movimentos anteriores se encontrava bastante desestruturada em termos institucionais, com os principais instrumentos de intervenção do Estado (necessários à *modernização* pretendida) desativados, em especial, aqueles voltados para a produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, uma vez que a “[...] educação superior simplesmente deixara de existir durante uma década” (ANDERSON, 2010, p. 9).

Tais desafios exigiam aplacar as diferenças entre Hua e Deng. Essa era a condição para cumprir a nova tarefa, de recompor a capacidade de planejamento e de execução das políticas necessárias ao avanço do projeto de reconstrução do Estado-nação soberano, capaz de atender às demandas populares por melhores condições de vida. Reivindicações que motivavam, inclusive, movimentos mais intensos de contestação popular.

As divergências entre Hua e Deng não seriam diluídas facilmente. A saída foi a disputa entre as duas posições, resultando numa vitória gradual do vice-ministro, na montagem de um novo arranjo político, que logo mostraria os primeiros resultados objetivos. As grandes obras foram retomadas, a indústria naval apresentava grandes

lançamentos na área de transportes e foi construído um importante meio de comunicação a cabo com o Japão, ao mesmo tempo em que vários projetos endógenos da indústria espacial e da produção de armamentos mais sofisticados foram colocados em marcha. No âmbito da política exterior, a intensificação de acordos bilaterais de cooperação, assinados com os EUA, França, Grã-Bretanha e Japão, “mostrava que a China estava longe de se retirar da cena internacional” (SPENCE, 1995, p. 611).

No final de 1978, foram anunciados vários programas de desenvolvimento científico e tecnológico. Construção de novas universidades e projetos de qualificação para o trabalho, que implicariam “[...] trazer de volta os quadros expulsos pela Revolução Cultural e implementar um plano de modernização que incorporaria investimentos e tecnologia externos, ao lado de treinamento de estudantes chineses no exterior” (SPENCE, 1995, p. 611). Assim, além desses avanços nos resultados da política econômica e na área diplomática internacional, também ficava visível a participação ativa de Deng Xiaoping no governo Hua, especialmente no que tange aos investimentos científicos e tecnológicos e na recuperação da produção de conhecimento como mola propulsora para avançar nas *quatro modernizações*, as quais ganhavam novamente grande destaque no esforço de viabilização das políticas governamentais.

Na 3ª Sessão Plenária do 11º Comitê Central do PCCh, ocorrida no final de 1978, as posições do comando ficariam mais orientadas para o avanço das reformas. A “[...] proposta de Hua Guofeng de fazer uma discussão unicamente econômica foi superada pela proposta de Deng de priorizar uma discussão mais geral de balanço dos erros da *Revolução Cultural* e de retificação dos rumos da construção socialista na China” (CARRION, 2004, p. 43). A partir dali, ficou ainda mais nítida a direção partidária voltada para as *quatro modernizações* propostas por Deng. Comparada com as antigas orientações de Zhou Enlai, tratava-se, naquele momento, de uma abordagem mais centrada na abertura necessária à incorporação de tecnologias desenvolvidas no exterior e na ampliação dos incentivos materiais. Ambos os focos procuravam a elevação da produtividade do trabalho urbano e rural, bem como melhorar a qualidade dos meios de produção, tanto os de uso civil quanto os que se consideravam necessários à defesa nacional. Surgia, assim, a concepção renovada de se construir

um *socialismo de tipo chinês*.

### 5.3 UM LEGADO POLÍTICO E ORGANIZATIVO IMPORTANTE

Em sua perspectiva de distinção entre o regime soviético e a construção do socialismo na China, Perry Anderson (2010) procura deixar nítido um aspecto fundamental: a descentralização política das decisões como marca milenar chinesa que, de alguma forma, foi mantida na experiência pós-revolucionária e ajuda a entender por que o PCCh não acompanhou o colapso político soviético que pôs fim à *Guerra Fria*. É interessante notar que o sistema formal de decisões que se manteve após a morte de Mao reproduziu a combinação entre a representação política e a participação direta, criando, ao mesmo tempo, uma hierarquia de responsabilidades e de autonomia política e administrativa em todo o país, que envolve desde as instâncias aldeãs até a gestão central do Estado chinês.

Oficialmente, o órgão supremo de decisões na China é a Assembleia Popular Nacional (APN), que conta com representações das províncias, das regiões autônomas, dos municípios e do Exército. O sistema de assembleias populares é composto ainda por diversos níveis, cujas eleições podem ser realizadas por consulta direta ou indireta, dependendo do grau hierárquico das representações.

Todos os cidadãos superiores a 18 anos têm o direito de eleger e ser eleito representante da Assembleia Popular Nacional. Na China, entre as assembleias populares de diversos níveis, os representantes da assembleia popular do nível de aldeia e distrito são eleitos diretamente. Os representantes com os níveis mais altos são eleitos indiretamente. A Assembleia Popular Nacional é composta por representantes eleitos em todas as províncias, regiões autônomas, municípios e no exército. As assembleias populares de todos os níveis têm o mandato de 5 anos e realizam anualmente uma sessão plenária (EMBAIXADA DA CHINA, 2012).

Cabem a essas representações, além das funções parlamentares em geral, avaliar e deliberar, nas sessões plenárias, sobre os relatórios de trabalho dos governos em cada nível federativo, aprovando resoluções a eles concernentes. No caso da APN, além da aprovação dos planos quinquenais<sup>55</sup> de nível nacional, cabe a seus membros

---

<sup>55</sup> Os planos quinquenais constituem as principais marcas da planificação que vigoram na China, a partir das quais são orientadas todas as políticas voltadas para o desenvolvimento nacional, com objetivos e metas explicitamente definidos, cujo conteúdo se converte no mais importante parâmetro

a escolha das lideranças que ocupam os principais cargos<sup>56</sup> da hierarquia de poder chinês (presidente do país, presidente do Comitê Permanente da APN, primeiro-ministro, ministros, presidente do Supremo Tribunal Popular) e, também, a destituição desses e de outros líderes (EMBAIXADA DA CHINA, 2012).

Entranhado nas instâncias de decisão do Estado, o PCCh exerce seu controle político, administrativo, militar e ideológico a partir da inserção pública de seus quadros dirigentes no sistema de assembleias populares, na direção da burocracia estatal nos vários níveis federativos, nas empresas estatais e nos postos de comando do Exército desde o início das transformações socialistas.

Os líderes militares eram invariavelmente membros do partido e com frequência trabalhavam como administradores provinciais (GELBER, 2012, p. 368-9).

A Comissão Militar do Comitê Central do Partido Comunista da China é o mais alto órgão militar, dirigido pelo Partido Comunista da China, composto por presidente, vice-presidente e membros. A principal função da Comissão Militar é dirigir diretamente as forças armadas do país.

[...]

O presidente da comissão é eleito na Assembleia Popular Nacional da China, com o mandato de 5 anos.

As forças armadas chinesas são compostas pelo Exército Popular da China, a polícia armada popular da China e milicianos. O Exército Popular da China é o exército permanente do país; as tropas policiais armadas assumem a tarefa de guardar a segurança nacional e salvaguardar a ordem social; os milicianos são populares armados que não se afastam da produção (EMBAIXADA DA CHINA, 2012).

Entretanto, formalmente, a China não é um país de partido único. Sob a direção do PCCh, existe um sistema de cooperação multipartidária e de consulta política, com uma Comissão Nacional (com mandato de 5 anos) encarregada de realizar a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês. Compõem essa comissão

---

de avaliação do governo, seja internamente à burocracia do Estado, nas plenárias parlamentares, seja nas instâncias do PCCh.

<sup>56</sup> Da reforma constitucional de 1982 resultou a recuperação do cargo de presidente do país como chefe de Estado. As funções executivas do Poder Central cabem ao Conselho de Estado, composto por um primeiro-ministro e um vice-primeiro-ministro, pelo Ministério, por conselheiros, chefia de contas, secretaria geral de todas as comissões do Conselho e pela Chancelaria – responsável pela execução da política externa. O poder de julgamento é de competência do Tribunal Popular, composto por um órgão supremo e por várias instâncias de tribunais por nível federativo. Existe ainda uma Procuradoria Popular com funções de supervisão legislativa, que se divide em quatro escalões: básico, médio, alto e supremo (EMBAIXADA DA CHINA, 2012).

representantes do PCCh e de oito outros partidos<sup>57</sup> organizados desde o período anterior à Revolução de 1949, além de personalidades não partidárias, representações de entidades populares e das minorias nacionais, dos círculos sociais, das Regiões Administrativas Especiais (Hong Kong e Macau), de Taiwan e de populares que regressam do exterior. Essa Conferência Consultiva precede às principais decisões do PCCh, em especial aquelas mais importantes, deliberadas nos congressos quinquenais, mas, também são espaços de escolha de lideranças não partidárias do PCCh que podem ocupar as vagas definidas para cargos específicos no Estado: Conselho de Estado, instâncias de procuradoria e julgamento etc. Existem também as comissões locais de diversos níveis federativos com atribuições proporcionais de conferência consultiva (EMBAIXADA DA CHINA, 2012).

Esse complexo sistema de decisões traz formalmente um conteúdo de participação e de representação, o qual permite a possibilidade de escolhas desde as vilas e comarcas até os níveis mais centralizados do Estado, cujas orientações e controle resultam no poder exercido pelo PCCh na condução da política, das bases partidárias à sua Cúpula, construindo e reavaliando a seu modo o projeto de soberania popular esboçado no processo revolucionário.

Essa construção não foi uma tarefa tranquila; foi fruto da ação de sujeitos bem definidos na relação com as *massas populares*. Apesar de todas as alterações políticas ocorridas no período posterior aos levantes de 1949, a estrutura de poder na China foi sendo construída, com muito cuidado e vigilância, pela vanguarda de militantes que lideraram o PCCh desde pelo menos a *Grande Marcha* dos anos 1930, e que se revezaram em cargos importantes do Estado após a Revolução. Esse legado político foi chamado à ação novamente nos momentos decisivos de ampliação das reformas na era Deng, e um grupo de velhos comunistas, que sobreviveu a todas essas décadas de conflitos, muitas vezes brutais, parecia não estar disposto a negar sua trajetória histórica. “O grau de autoconfiança com que o senado de anciãos revolucionários atacou os problemas que enfrentava se manifestou inicialmente no

---

<sup>57</sup> Além do PCCh, existem formalmente os seguintes partidos: Comitê Revolucionário do Partido Komintang da China, Liga Democrática da China, Associação da Construção Democrática da China, Associação de Fomento da Democracia da China, Partido Democrático Camponês e Operário da China, Partido Zhi Gong, Sociedade de Três de Setembro e Liga para Democracia e Autonomia de Taiwan (EMBAIXADA DA CHINA, 2012).

seu modo de lidar com o passado e o futuro do partido” (ANDERSON, 2010, p. 17).

Tratava-se de elemento tão fundamental entre as singularidades chinesas que Perry Anderson (2010), em suas perspectivas de comparação com a experiência soviética, entendeu por bem destacar:

[...] no limiar de suas reformas, a diferença mais decisiva entre a Rússia e a China talvez fosse o caráter de suas lideranças políticas. A RPC não tinha no seu comando um funcionário inexperiente, isolado, cercado de assessores e publicitários imbuídos de um ingênuo *Schwiirmerei* por tudo o que fosse ocidental, mas veteranos escaldados da Revolução original, líderes que haviam sido companheiros de Mao e sofrido sob seu governo, mas que não tinham perdido nada de sua capacidade estratégica, e de sua autoconfiança. Deng Xiaoping, com efeito, havia sido tão indispensável ao regime que Mao o chamara de volta quando ainda vivo. Após a morte de Mao, sua autoridade era tamanha que ele depressa se sobressaiu como o árbitro inconteste do partido, sem precisar se empenhar pessoalmente para alcançar essa distinção, nem sequer ocupar altos postos hierárquicos. Mas Deng não estava só. Com ele, retornaram Chen Yun, Bo Yibo, Peng Zhen, Yang Shangkun e outros, formando um entrosado grupo de colegas sem papas na língua – os ‘Oito Imortais’ –, os quais, embora não raro discordassem veementemente entre si, asseguraram a continuidade das reformas a seu lado. Coletivamente, eles ocupavam uma posição forte, desfrutando não somente de prestígio pelo seu desempenho na Guerra Civil e na construção da nação, mas de popularidade por terem dado um fim à Revolução Cultural, o que foi recebido com uma onda de alívio nas cidades. Ao avaliar a situação do país tal como Mao o deixara, esses dirigentes, com Deng à frente, permaneceram os revolucionários que sempre haviam sido. A sua têmpera era leninista: radicais, disciplinados, criativos – capazes tanto de paciência tática, quanto de experimentação cautelosa, das iniciativas mais ousadas e das guinadas mais dramáticas. Esse havia sido o espírito que inspirara a Longa Marcha e levara à vitória na guerra civil. E foi com esse espírito que eles enfrentaram o impasse no qual a Revolução Cultural lançara a China. Ao fazê-lo, tinham aguda consciência da transformação da conjuntura chinesa, o que os funcionários do PCUs, dirigindo uma sociedade relativamente mais avançada, não tinham (ANDERSON, 2010, p. 14).

Especialmente nos momentos mais críticos, quando a nova geração de lideranças se mostrava vacilante, sobressaiu o compromisso histórico e a experiência dos velhos quadros do PCCh. No evento da Praça da Paz Celestial,<sup>58</sup> de junho de 1989, os

---

<sup>58</sup> Referência aos protestos que mobilizaram milhares de pessoas sob a liderança de estudantes e intelectuais, os quais reivindicavam o aprofundamento das reformas econômicas (no sentido de uma maior liberalização dos mercados) e políticas, envolvendo populares que reclamavam um maior controle da inflação, mudanças nas políticas de emprego, entre outras. Essas mobilizações foram violentamente desmobilizadas pelas forças militares do Estado (SPENCE, 1995).

anciãos “[...] permaneceram os combatentes que sempre haviam sido, não hesitando em contragolpear aquilo que viam como uma ameaça ao poder do partido, tão logo a força necessária para tanto foi mobilizada” (ANDERSON, 2010, p. 22), mesmo que isso tenha representado um desgaste político, interna e externamente, bastante elevado.

#### 5.4 A ABERTURA E A REFORMA NA ERA DENG

Ainda no final de 1978, os acontecimentos se precipitavam na mesma medida em que Deng Xiaoping vencida suas batalhas na 3ª Sessão Plenária do 11º Comitê Central do PCCh. Antes mesmo de as resoluções serem publicadas, grandes conglomerados dos EUA anunciavam o interesse em intensificar as redes de comercialização sino-americanas. “Em 1º de janeiro de 1979, como estava planejado, Estados Unidos e China anunciaram a abertura de relações diplomáticas plenas e Washington cortou seus laços com Taiwan” (SPENCE, 1995, p. 615). No final daquele mesmo mês, Deng viajou para uma visita aos EUA e ao Japão, com o objetivo de ampliar os acordos de “[...] integração no sistema econômico mundial liderado pelos EUA” (ANDERSON, 2015, p. 90).<sup>59</sup> Iniciava-se, assim, uma era que combinava uma nova fase de autocrítica do PCCh em relação à *Revolução Cultural* e apontava para uma reorganização produtiva interna, com resultados auspiciosos em termos econômicos, interagindo com um bom momento para a China no cenário internacional. Isso facilitava a perspectiva de consolidar a unificação e a soberania nacionais, elementos fundamentais colocados em marcha desde os tempos de Mao.

Uma amizade cautelosa, de preferência a um antagonismo calculado, criou as condições para que o centro nervoso do capital mundial e sua plethora de sucursais regionais já estivessem preparados para estender ajuda financeira à China, aos primeiros sinais de abertura para a economia de mercado. A ausência de descontentamento profundo no campo somou-se à inexistência de qualquer ameaça imperialista direta do exterior, pela primeira vez na história moderna do país (ANDERSON, 2010, p.12).

Entretanto, internamente, as reformas colocadas em prática resultavam de um penoso embate entre as correntes políticas nas diversas instâncias hierarquizadas, no PCCh e na estrutura organizacional do Estado. Implantar as propostas de Deng exigia das

---

<sup>59</sup> Em contrapartida, Deng ofereceu aos EUA “[...] um ataque chinês ao Vietnã para puni-lo pela derrubada do regime de Pol Pot” (ANDERSON, 2015, p. 90).

principais lideranças certa dosagem em quebrar as antigas formas de organização da produção, mantendo sobre o controle partidário o caminho que a *modernização* deveria seguir, mesmo com todas as pressões internas e externas por uma alteração mais radical rumo à mercantilização capitalista.

Em março de 1979, fazendo frente aos ventos liberalizantes, o Partido definiu os 'Quatro Princípios Fundamentais' que deveriam nortear as quatro modernizações: 1) O caminho socialista; 2) A ditadura democrática popular; 3) A direção do Partido Comunista; 4) O marxismo-leninismo e o pensamento de Mao Zedong (CARRION, 2004, p. 48).

O que mais chamou a atenção do Ocidente sobre as reformas ocorridas na China foi o controle exercido pelo Estado e pela cúpula do PCCh sobre o processo de alterações econômicas colocado em marcha no final dos anos 1970. Desde o início da reforma, cujos primeiros passos tiveram como objeto o estímulo à produção rural, o comando partidário procurou deixar nítida a direção que ela deveria tomar, sem descambar na liberalização, ou na generalização dos mercados.

Frente à preocupação de alguns quadros do partido se isso não levaria ao abandono do socialismo, o Comitê Central emitiu, em setembro de 1980, a diretiva de que 'o sistema de fixação de cotas de produção tendo por base a família, praticado sob a direção da equipe de produção está subordinado à economia socialista e não se afastará da via socialista [...]' (CARRION, 2004, p. 51).

Esse direcionamento era reafirmado a todo momento de tomada de decisão em notas oficiais do PCCh e nos pronunciamentos públicos de seus principais líderes. Entretanto, os intensos debates internos ao Partido também revelavam as discordâncias à esquerda, quanto à ameaça liberalizante, tendo sempre uma posição das lideranças do governo (preocupadas que estavam em avançar com as reformas na economia) no ataque ao que consideravam erros de avaliação *esquerdista* (MARTI, 2007). Assim, a dosagem controlada de forma centralizada nos encaminhamentos da reforma e da abertura foi a marca fundamental desse período.

De início, esse controle pôde ser observado nas mudanças planejadas para a reorganização da produção camponesa. O processo de reformas alterou as relações fundiárias, a forma de posse da terra, bem como a organização produtiva em si. De outro lado, procurava reduzir as discrepâncias que resultavam numa histórica transferência de valor da produção camponesa para os setores urbanos.

As famílias que viviam e trabalhavam no campo pareciam preparadas para mais uma fase da flexibilização do sistema comunal germinada ainda no período de Mao Zedong. O novo passo na descentralização produtiva se iniciava com a substituição gradativa das comunas, dos grupos e das brigadas de produção pelo sistema de responsabilidade por contratos de longo prazo (cotas de produção, cotas de trabalho, por família e não mais por comuna), em que as famílias passavam a gerir diretamente a produção agropecuária, mantendo a forma de propriedade social da terra.

Primeiro, os preços de estocagem de grãos foram aumentados. A seguir, em um processo que se estendeu por todo o país após o êxito dos experimentos realizados em Anhui e Sichuan, as comunas do povo foram desativadas de modo ordenado e o usufruto das terras criteriosamente dividido entre as famílias individuais que as formavam [...]. O 'sistema de responsabilidade por unidade familiar' significou uma segunda reforma agrária, tão igualitária quanto a primeira, mas muito mais favorável à produção dos camponeses. Reagindo aos novos incentivos, a produtividade aumentou rapidamente: os insumos de mão-de-obra diminuíram e as safras aumentaram; a produção agrícola aumentou em um terço. Com a redução das horas de trabalho dedicadas à lavoura, a indústria rural – têxteis, tijolos e similares – prosperou rapidamente. O resultado foi um aumento de 30% para 44% da renda dos camponeses na renda nacional em um intervalo de poucos anos, 1978-1984 (ANDERSON, 2010, p. 16).

Desse modo, as famílias contratavam com o Estado a sua obrigação em vender certa cota de produção, por meio das cooperativas de comercialização, a partir de preço previamente acertado. Ao Estado caberia o abastecimento com insumos agrícolas. Uma vez “[...] garantida sua obrigação com o Estado e seus compromissos com a coletividade [cada família no campo] passou a ficar com os excedentes” (CARRION, 2004, p. 51).

Esse processo gradativo possibilitou a correção de rumos, pois a histórica organização descentralizada da produção se manifestava naquele momento em formas diversificadas de repartição, tanto da posse das glebas quanto do uso dos equipamentos coletivos, trazendo, muitas vezes, dificuldades na construção de canais e no uso de instrumentos de irrigação e do maquinário agrícola em geral.

Esse processo descentralizado também permitia a diversificação de experiências de transição para o novo modelo. Em cada cantão iam se estabelecendo, ao lado da produção familiar que se alastrava como base produtiva predominante no campo,

formas criativas de organização da produção,<sup>60</sup> como heranças do processo de coletivização anterior, inclusive na manutenção da pequena produção agroindustrial. Mas, à medida que a experiência avançava, mudanças ainda mais radicais foram colocadas em prática.

Em janeiro de 1985, foi suprimido o sistema de compra centralizada e de cotas de venda obrigatória ao Estado dos produtos agrícolas e ocupações secundárias. Para os produtos mais importantes – como os grãos e o algodão – foi implantado o sistema de venda por contrato, segundo os planos estatais, respeitada a autonomia dos camponeses. Tornou-se livre a venda dos produtos excedentes, depois da venda contratual ao Estado. Ao mesmo tempo que iam sendo gradualmente liberados os demais produtos, o Estado deixou de determinar planos obrigatórios de produção aos camponeses e os impostos agrícolas deixaram de ser cobrados em espécie, passando a ser cobrados em dinheiro (CARRION, 2004, p. 56-57).

Em paralelo às alterações na produção agropecuária, foram introduzidas de forma planejada inovações na produção industrial no campo, com a criação das Empresas de Distritos e Aldeias, conhecidas internacionalmente como *Township and Village Enterprises (TVEs)*. Substitutas de boa parte das atividades industriais e artesanais coletivizadas, do período das comunas, as *TVEs* foram organizadas a partir da fusão de unidades coletivas e privadas, para motivar o avanço das forças produtivas entre as famílias que viviam e trabalhavam nas áreas rurais. A nova orientação era reorganizar essa produção distrital e aldeã, tornando-a apta à exportação.

[...] pela primeira vez, a RPC tirou máximo proveito de sua principal dotação [braços camponeses para o trabalho, disponíveis em abundância], em função da qual seu modelo anterior de industrialização em moldes soviéticos – concentrado em investimentos com elevado coeficiente de capital em indústria pesada – revelara-se um desajuste, embora necessário à época. Alterando esse padrão mediante investimentos intensivos em mão-de-obra em indústria leve, as *TVEs* ganharam uma enorme vantagem comparativa: no final da década de 1980, a relação mão-de-obra/capital fixo das *TVEs* era nove vezes maior que a das empresas estatais. Contudo, estas últimas também foram beneficiárias do crescimento das *TVEs*, cujos lucros engordaram a poupança dos agricultores, sendo então canalizados através dos bancos estatais para ulteriores investimentos nas grandes empresas nacionalizadas, reequipando-as e modernizando-as (ANDERSON, 2010, p. 16).

---

<sup>60</sup> Ver, sobre isso, Nakatani e Faleiros (2014).

Cabe enfatizar essa característica particular do modelo chinês. Essa grande investida na produção rural resultou numa alteração substancial nas condições de vida das famílias camponesas, a ponto de gerar poupança em magnitude considerável, aproveitada oportunamente pela burocracia do Estado para o financiamento dos projetos de modernização.

Os elevados índices de poupança rural, por sua vez, foram outra característica do desenvolvimento chinês arraigada no legado paradoxal da própria Revolução. Pois, o que os determinou foi uma combinação entre a tradicional limitação dos benefícios integrais de bem-estar social aos trabalhadores urbanos, o desmantelamento das comunas que tinham fornecido serviços sociais no campo, mais restritos, mas ainda assim efetivos, e os efeitos da política do filho único, destinada a conter o crescimento populacional. Sem proteção do Estado contra a vicissitude, nem garantias seguras de provimento por parte da geração seguinte, as famílias camponesas não tinham muitas opções, senão investir uma parcela substancial de seus rendimentos em poupança. O Estado se beneficiou duplamente com isso. Ao contrário de sua contraparte soviética, ele não precisou cobrir os gastos com o bem-estar social da maioria de sua população e obteve fácil acesso aos fundos necessários para financiar seu programa de modernização (ANDERSON, 2010, p. 17).

De alguma forma, a nova política de fomento à produção no campo também demonstrava persistir uma antiga preocupação dos dirigentes do PCCh. Tratava-se, mais uma vez, de assegurar a permanência das famílias nas áreas rurais, evitando o êxodo, os transtornos urbanos e o que sempre foi fundamental evitar: a formação de um amplo exército industrial de reserva, de despossuídos prontos a serem recrutados como força de trabalho, generalizando a mercantilização. No entanto, os fluxos migratórios campo-cidade também tinham raízes na indução ao contrário, promovida durante a *Revolução Cultural*, e exigiam tratamento diferenciado.

Para garantir trabalho para mais de 10 milhões de jovens instruídos, de todo o país, que durante a *Revolução Cultural* haviam sido enviados a trabalhar nas regiões rurais e nas regiões montanhosas, e que agora retornavam para as cidades na busca de emprego, o Governo flexibilizou a economia e incentivou o estabelecimento por conta própria de pequenas empresas individuais.

Criou-se, então, um contexto econômico onde coexistiam os setores coletivo, cooperativo e individual, da mesma forma que coexistiam distintas formas de propriedade e diferentes modalidades de gestão, tendo a propriedade pública e a distribuição 'segundo o trabalho de cada um' como predominantes (CARRION, 2004, p. 52).

As reformas na grande produção industrial também pareciam ser cautelosas e graduais. Num primeiro momento, tratou-se de separar o sistema de gerenciamento

da forma de propriedade das empresas estatais, descentralizando e autonomizando as unidades federativas no controle das atividades dessas empresas e, ao mesmo tempo, criando uma forma de gestão das unidades empresariais separada do comando governamental (CARRION, 2004, p. 52).

No setor industrial, o sistema de alocação centralizado, baseado no modelo russo, não sofreu nenhum ajuste radical. Ao contrário, as empresas estatais foram gradualmente autorizadas a cobrar preços de mercado para a produção que excedesse as cotas exigidas pelos planos governamentais, vendidas a preços fixos. Os gerentes receberam incentivos parecidos aos dos agricultores para produzir com rentabilidade por fora do sistema de cotas oficial, sem que fosse preciso desmantelá-la. Quando esse sistema de preços dual foi suficientemente testado, o escopo dos planos foi congelado, permitindo que outros empreendimentos industriais se desenvolvessem à sua margem. Na prática, o Estado passou a arrendar empresas aos gerentes em bases contratuais, assim como cederá terras aos camponeses mediante contratos de arrendamento de 30 anos, conservando-as, em última instância, sob sua propriedade (ANDERSON, 2010, p. 16).

Num segundo momento, o governo tratou de abrir as fronteiras territoriais, para a atração de investimentos do capital organizado em suas proximidades, no Sudeste Asiático: em Hong Kong, Taiwan e outros. De início, as localidades escolhidas para acolher um regime especial de tributação e de incentivos infraestruturais foram as daquelas províncias de maior tradição industrial e especialmente próximas da costa Leste, o que facilitava a logística de exportação nos distritos que passaram a ser concebidos como *Zonas Econômicas Especiais (ZEEs)*.

Já em 1979-1980, Zonas Econômicas Especiais tinham sido implantadas nas regiões costeiras para atrair investimentos da chamada 'diáspora chinesa', visando os afluentes expatriados de Hong Kong, de Taiwan e do Sudeste Asiático. Após um início moroso, a política de Portas Abertas, voltada para esses empresários estrangeiros, tornou-se um sucesso. Atraídas pelas regalias, pela ausência de tarifas de importação e pela mão-de-obra barata da China Continental, as firmas da 'diáspora' chegaram com força total, trazendo tecnologias inacessíveis às ZEEs, sobretudo em processamento de exportações. Assim, a China conseguiu pegar carona na experiência e no patrimônio acumulados do capitalismo da diáspora para fazer sua entrada no mercado mundial como centro manufatureiro de baixo custo para linhas de montagem, especializando-se com o tempo em eletrônica e eletrodomésticos de cozinha (ANDERSON, 2010, p. 17).

A partir dessa experiência inicial de reformas econômicas controladas pelo Estado, a China pôde dar saltos de qualidade, na direção de se tornar uma gigantesca nação

industrialmente integrada. Dos primeiros projetos piloto de *ZEEs*, cujas unidades foram posteriormente em boa parte privatizadas, o Estado chinês passou a formar *joint ventures* com o grande capital transnacional, na formação de grandes empresas exportadoras de meios de consumo duráveis e, também, de máquinas e equipamentos.

Em abril de 1984, foram transformadas em ‘zonas especiais de abertura ao exterior’ outras 14 cidades portuárias do litoral. Em fevereiro de 1985, essa *Abertura* se estendeu ao delta do rio Changjiang e do rio Pérola, e à região do triângulo formado por Xiamen, Quanzhou e Zhangzhou (ao Sul de Fujian). Formou-se, assim, uma rede de cidades abertas ao exterior, abrangendo 2 municípios diretamente subordinados ao poder central, 25 cidades subordinadas ao poder provincial e 67 distritos, totalizando uma população de 150 milhões de habitantes (CARRION, 2004, p. 60-61).

Na medida em que avançava o processo de reformas, também era intensificada a privatização seletiva das empresas estatais.<sup>61</sup> Uma vez que a definição sobre a retenção de lucros passou para os executivos das empresas, isso significou o fortalecimento gradativo da capacidade de sua autodeterminação quanto à evolução, fusões e aquisições, entre outras. Em 1987, “[...]80% das empresas estatais do país já trabalhavam através de ‘contratos de gestão’ e no seu interior aplicava-se o sistema de ‘responsabilidade do diretor’” (CARRION, 2004, p. 59). Tal situação avançaria para um outro estágio das reformas dez anos mais tarde.

[...] a partir de 1997, os funcionários provinciais foram autorizados a dispor da maioria [das empresas estatais] como bem entendessem, fechando, remodelando ou privatizando-as. No decorrer do processo, a cada ano cerca de 7 milhões de trabalhadores perderam seus empregos; finalmente, por volta de 2004, os postos de trabalho nas empresas privadas eram quase o dobro dos do setor público. No mesmo período, as Empresas de Comunas e Aldeias (TVES) foram privatizadas numa escala ainda maior, ficando apenas 10% delas sob alguma forma de propriedade coletiva. O mesmo aconteceu com 80% dos imóveis residenciais urbanos. Mas, ‘conservando o grande e descartando o pequeno’, o Estado não abriu mão daquilo que considerava o pináculo estratégico da economia: energia, metalurgia, armas e telecomunicações. Responsáveis por um terço do total de vendas de produtos manufaturados e apresentando altas margens de lucro, suas megaempresas nesses setores-chave correspondem a cerca de três quartos do patrimônio global das empresas estatais (ANDERSON, 2010, p. 23)

---

<sup>61</sup> O caráter das privatizações e a manutenção de empresas estatais, no auge do aprofundamento das reformas sob o comando de Deng, podem ser vistos em Jabbour (2010).

Assim, na ação planejada pelo PCCh, de desenvolvimento das forças produtivas como objetivo central, a economia chinesa passou a se projetar como maior produtora mundial em diversos ramos: desde a tradicional produção automobilística até a produção de computadores e seus componentes mais sofisticados.

## 5.5 GEOPOLÍTICA E DESAFIOS PARA O ESTADO NO AUGES DAS REFORMAS

O cenário mundial em que as *modernizações* chinesas foram se consolidando nos anos 1990 já não era o mesmo da *Guerra Fria* no qual elas foram concebidas inicialmente por Zhou Enlai. A queda nos preços internacionais do petróleo, ocorrida nos anos 1980, jogava por terra a tática soviética de financiamento e os EUA aprofundaram suas investidas na Ásia Central e no Leste Europeu, ao mesmo tempo em que criavam embargos tecnológicos e anunciavam “[...] uma Iniciativa de Defesa Estratégica para tornar os EUA invulneráveis a ataques ICBM [ou seja, por mísseis balísticos intercontinentais]” (ANDERSON, 2015, p. 99). O cerco estadunidense, tanto militar quanto econômico, aos soviéticos foi fatal e, no início da última década do século XX, “[...] a URSS [se subdividiu e] desapareceu do mapa” (ANDERSON, 2015, p. 101). O *renascimento* da Rússia como nação, com forte integração comercial com os novos *blocos capitalistas*, mas, agora, num mundo com relações unipolares, colocava a China sob um outro olhar a partir das potências imperialistas. Em particular, por parte dos EUA, que (re)assumiram plenamente o papel de – ou se autodeclararam – *governança mundial*, como única potência militarmente preparada para tal.

Como resultado, sob os olhos esperançosos do Japão e da União Europeia, os EUA passaram a “[...] cercar a República Popular da China com um colar de aliados e instalações militares” (ANDERSON, 2015, p. 130). O recado ficou cada vez mais explícito: a proposta seria forçar a integração definitiva da China às redes internacionais de mercantilização capitalista, mas, obedecendo, como o restante do mundo, à hierarquia determinada a partir das doutrinas estadunidenses de política externa.

Sob essa pressão externa, a China parece ter mantido, a seu modo, o projeto de avançar na construção de um Estado-nação plenamente soberano. O desafio fundamental, naquele momento crucial de consolidação da nova fase de reformas, seria converter os avanços na evolução das forças produtivas, preconizados na

política das *modernizações*, em qualidade de vida para quase 1,3 bilhão de habitantes, o que só seria possível com o aprofundamento da transição ao socialismo rumo a um patamar superior de sociabilidade, segundo continuaram pregando as resoluções do PCCh. Esse projeto, certamente, não combinaria com o liberalismo pleno, ou com a generalização da acumulação privada de capital no território chinês.

A soberania da nação unificada, como base para a legitimação social das reformas e da abertura econômica, parecia estar assegurada pelos legados políticos e organizativos construídos sob a liderança de Mao Zedong, manifestos no envolvimento das instâncias gestoras, desde os rincões, no processo de mudanças em curso.

[...] as reformas chinesas foram decisivamente beneficiadas pela descentralização dos controles sobre a economia, um dos legados mais profícuos do maoísmo. Isso significou não apenas que o império do planejamento a ser remodelado era muito menor, sem uma parafernália desmesurada de cotas e diretrizes, mas também que o país já contava com uma rede de centros autônomos de atividade econômica em suas províncias. Quando estas foram liberadas ainda mais da intervenção de Beijing, seus governos entraram com força total, oferecendo todo tipo de incentivos para aumentar os investimentos e acelerar o crescimento em suas jurisdições. A certa altura, isso acabou provocando uma série de distorções e irracionalidades: duplicação de indústrias, gigantismo na consecução de obras públicas, expansão do protecionismo informal, para não falar do enfraquecimento fiscal do governo central, visto que as autoridades locais passaram a competir entre si por melhores resultados. Contudo, apesar de todas as suas aberrações, a concorrência interprovincial na China, tal como a rivalidade entre as cidades italianas no passado, foi e continua a ser uma fonte de vitalidade econômica [...]. Em matéria não de direito constitucional, mas de realidade comercial, a República Popular de hoje é um exemplo tão acabado de federalismo dinâmico quanto os Estados Unidos (ANDERSON, 2010, p. 19-20).

Foi a partir desse legado que o Estado chinês surpreendeu o Ocidente nesse processo de reformas e de abertura ao exterior, mantendo sua soberania nas decisões. Ao mesmo tempo em que decidiu por realizar um amplo processo de privatização seletiva, o Estado não abriu mão de formar gigantescas empresas estatais em ramos estratégicos da produção pesada, como a produção metalúrgica, energética, de telecomunicações e a indústria bélica, muitas delas sob a gestão do Exército Popular.

Assim, num processo intenso de fusões e aquisições, o Estado chinês se tornou um concorrente internacional de peso no processo de exportação de capitais a partir de

suas megaempresas estatais. Exemplo disso tem sido a gigante energética *State Grid Corporation of China*, fundada em 2002, resultante da fusão de diversas empresas estatais chinesas, a qual passou a produzir, transmitir e distribuir energia elétrica para quase 90% do território chinês e opera com investimentos diretos em outros países, inclusive na América Latina. Outros exemplos podem ser buscados nas estatais de petróleo e gás, mineração, agricultura, siderurgia, telecomunicações e informática, automóveis etc., muitas delas hoje proprietárias de antigas marcas ocidentais, como a IBM e a Volvo (A INVASÃO CHINESA, 2012).

Mas, tal como ocorreu com a indústria doméstica, o Estado manteve até agora uma alavancagem decisiva no terreno do comércio exterior, controlando a taxa cambial, a conta de ativo fixo e o sistema bancário. O sucesso material desse modelo de desenvolvimento transformou a RPC na maravilha do mundo contemporâneo. Com uma taxa de investimento superior a 40%, em 15 anos, de 1989 a 2004, seu PIB quadruplicou. Nas cidades, a renda das unidades familiares aumentou a uma taxa anual de 7,7%; no campo, em cerca de 5%. Do início da Era da Reforma até 2006, o padrão de vida médio dos chineses aumentou oito vezes, expresso em dólar. Numa única década, a população urbana registrou um salto de 200 milhões. Ela corresponde agora a dois quintos da população do país e alimenta o maior mercado automotivo do mundo. Ultrapassando de longe até as reservas japonesas, os títulos em carteira do comércio exterior somam mais de 1,3 trilhões, superando o PNB do Canadá. A China chegou, e com força total (ANDERSON, 2010, p. 23).

No entanto, o aumento da diferenciação social resultante do processo de reformas econômicas e de urbanização parecia flagrante. A suspensão do sistema de coletivização e a promoção de empreendimentos privados, no campo e na cidade, estimularam ainda mais a difusão de relações de assalariamento, o que significava certa intensificação do processo de separação de um volume cada vez maior de membros das famílias trabalhadoras das *condições objetivas de realização do trabalho*. Um contingente muito grande de migrantes rurais passava a constituir um crescente número de pessoas sem ocupação e vulnerável às investidas das novas empresas na criação dos mercados de trabalho, empreendimentos que passavam cada vez mais a ser controlados privativamente.

O ingresso de grandes empresas estrangeiras, [...] combinado com a escassez de terras agricultáveis e a vasta população no campo, produziu o maior fluxo migratório da história recente mundial. Estima-se que cerca de 180 milhões de chineses migraram em busca de empregos na indústria do país. Eles encontraram péssimas condições

de trabalho, um rigoroso regime na esteira das fábricas e baixos salários (NABUCO, 2012, p. 73).

Assim, a elevação dos índices de desigualdade passou a se interpor como grande obstáculo ao avanço da transição *de tipo de chinesa* ao socialismo. Essas dificuldades se expressavam politicamente, no avanço das mobilizações trabalhistas, em busca de melhores condições de vida e de emprego, em especial para o crescente volume de migrantes internos naquele momento.

As greves, fechamentos de ruas e ocupações de fábricas por trabalhadores são lugar comum na China contemporânea, e ainda que seja relativamente difícil obter informações sobre as manifestações dos trabalhadores chineses, as greves e mobilizações recentes chamam atenção pelas proporções, duração e pelo número de notícias na imprensa local e estrangeira (NABUCO, 2012, p. 73-74).

Diante das pressões internas e externas por maior liberalização dos mercados e das formas de propriedade, o comando do Estado pareceu procurar, desde o início, manter o controle sobre os fluxos de capital, sobre a propriedade social da terra e sobre o volume de força de trabalho disponível nas cidades.

Cabe destacar nesse processo, primeiramente, a flexibilização gradativa e restritiva de dois instrumentos fundamentais: a liberação seletiva do uso das terras urbanas e rurais para atividades econômicas privadas e o controle de residência a partir do *hukou*.

Se o PCC foi capaz de conseguir isso sem perder o controle sobre a urbanização – a proliferação de favelas planetárias no sul e no sudeste da Ásia – foi graças ao sistema de *hukou*, que segregava as cidades do campo, estabelecido durante o Grande Salto Adiante (ANDERSON, 2010, p. 26).

Não custa ressaltar que o *hukou*, muito mais que um registro de residência, passou a significar um passaporte para os deslocamentos individuais internos e para o acesso aos serviços oferecidos, gratuitamente ou não, pelo Estado. A distinção entre o *hukou* urbano e o rural se constituiu, décadas atrás, na China, como instrumento essencial no controle das migrações, exatamente por identificar de forma seletiva o direito de permanência e de provimento das condições de vida nas áreas rurais e nas cidades.

Como os trabalhadores migrantes não contam com um *hukou* urbano, seu acesso às cidades ainda sofre uma série de limitações. Eles não podem ficar nas cidades se não conseguem um emprego e pagam por suas acomodações. Com isso, a mobilidade do trabalho sofre formas

de constrangimento que se tornaram uma das principais características das reformas na China (NABUCO, 2012, p. 88).

Na mesma linha dos controles diretos sobre os fluxos de migrações e da manutenção do regime de propriedade social da terra, outros mecanismos de fomento à produção passaram a estimular a preservação do antigo projeto de industrialização espacialmente descentralizada.

[...] o governo chinês tem estimulado a industrialização rural, através das empresas de cantões e povoados, e a multiplicação de pequenas e médias empresas privadas nas zonas urbanas. Em 2004, as indústrias rurais de confecções, motores, equipamentos, construção civil, agroindústrias e outras, somavam mais de 22 milhões de unidades, com cerca de 140 milhões de trabalhadores, contribuindo para evitar êxodos massivos e urbanizar de forma crescente as zonas rurais chinesas. E, nas zonas urbanas, as fábricas privadas de pequeno e médio porte são responsáveis por mais de 50% dos empregos totais (POMAR, 2009, p. 156).

Dessa forma, embora a liberalização ou a manutenção do controle da forma de propriedade e do controle dos fluxos migratórios tenham se convertido em tema de disputas importantes dentro das instâncias de deliberação do PCCh, a promoção das reformas, dentro das perspectivas anunciadas de construção de um Estado-nação soberano, rumo ao *socialismo de tipo de chinês*, impôs uma posição cautelosa. Na prática, a realidade se manifestou favorável à manutenção de muitos instrumentos construídos desde o período sob a liderança de Mao Zedong.

## 6 NOTAS CONCLUSIVAS

Desde o início, pretendeu-se expor, nesta tese, uma abordagem em duas perspectivas complementares. Dentro do escopo do tema proposto, buscou-se deixar nítida uma linha geral de concepção sobre o caráter da forma Estado, na projeção de um processo de transição pós-capitalista, tanto nos aspectos relacionados com a sua natureza como no que se refere às suas formas de intervenção. Ao mesmo tempo, procurou-se versar sobre a identificação de elementos que pudessem corroborar para a compreensão das relações do Estado, nos primeiros estágios de uma transição, a partir de experiências concretas de implantação de um projeto de construção do socialismo. Sempre que possível, essas duas dimensões do tema foram apresentadas de forma concomitante, indicando como os elementos mais abstratos se revelaram em processos concretos, tendo como foco o caso chinês desde a Revolução de 1949 até a virada para o século XXI. Os resultados sinteticamente apresentados neste capítulo conclusivo também estão organizados nessa forma de abordagem.

Um dos principais aprendizados resultantes desta investigação e dos debates com o grupo de pesquisa “Estudos Críticos do Desenvolvimento”, da Ufes, tem sido a reafirmação da necessidade de afastar qualquer forma de dogmatismo constituído no bojo das disputas políticas e ideológicas do período da *Guerra Fria*,<sup>62</sup> para se aproximar com maior rigor dos dilemas do debate contemporâneo sobre o Estado na transição ao socialismo.

Assim, a pesquisa aqui exposta procurou fugir das discussões acerca do fracasso, ou não, da experiência revolucionária chinesa, por exemplo. O estudo esteve centrado em indicar uma forma possível de interpretação, que possa contribuir para o entendimento do caráter do Estado nas décadas iniciais de uma transição ao socialismo, tendo por base fundamental de apoio o acúmulo de conhecimentos dialéticos sobre o tema e algumas das referências que tratam do processo (inacabado) de construção da República Popular da China. O que está exposto adiante, portanto, é fruto da pesquisa bibliográfica realizada nesses dois sentidos: a

---

<sup>62</sup> As disputas ideológicas entre liberais e socialistas (inclusive internamente às suas respectivas frações) e o uso costumeiro de pregações dogmáticas, de parte a parte, têm sido um fenômeno contínuo desde sua origem. No entanto, a geopolítica da *Guerra Fria* criou um estágio exacerbado de posições dogmatizadas nunca vistas.

abordagem teórica e a busca por elementos marcantes na história recente, de acordo com as delimitações do tema escolhido.

As disputas políticas concretas numa determinada sociedade acabam escondendo uma série de determinações que extrapolam em muito os aspectos superestruturais em que aparentam se limitar. Descobriu-se, ao longo do acúmulo de conhecimentos sinteticamente expressos no Capítulo 2, que o processo de tomada do poder central em um determinado país e a implantação de novas formas de sociabilidade não frutificam da simples iniciativa de uma *vanguarda consciente*, que possui uma interpretação sobre a realidade que consegue perceber, num determinado momento, e dali constrói seu projeto de mudança.

A luta de classes se realiza em dimensões muito mais amplas e complexas. Ocorre muito além das formas de enfrentamento organizadas pelas representações sociais no nível da superestrutura jurídica e política de uma formação econômica e social específica. Por isso, as motivações gerais para a *práxis revolucionária* devem ser entendidas como resultantes dos fluxos e refluxos de interesses difusos, próprios da situação, muito mais complicadas à apreensão do que pretendem explicar as reduções analíticas que se prendem apenas à identificação de antagonismos binários, inconciliáveis, que, supostamente, seriam percebidos pela tomada de consciência da maioria social sobre a exploração capitalista em determinado momento. Portanto, deve-se ter em conta, no interior das condições objetivas para a realização de um processo revolucionário e de seu avanço nas várias etapas da transição, a combinação das contradições principais com os interesses motivados pelas subjetividades difusas, inclusive aqueles relativos aos membros das chamadas *camadas populares*.

Tais relações se revelam ainda mais complexas quando concebidas no contexto das interconexões da formação econômica e social particular com os movimentos imperialistas organizados em nível mundial a cada momento histórico. Em especial, o estudo das circunstâncias em que ocorreram as experiências revolucionárias do Pós-Guerra apontam para a importância de algum nível de cooperação entre os Estados-nação que procuraram implantar seus respectivos projetos de transição ao socialismo, na resistência à pressão imperialista pela generalização das relações do capital. Quando essa solidariedade internacional começou a se enfraquecer, as forças

imperialistas, meticulosamente articuladas a partir dos EUA, souberam penetrar de forma ainda mais profunda no interior daquelas sociedades e desarticular seus principais instrumentos de promoção dos conselhos e/ou das comunas populares, entre outras iniciativas, por mais que ainda existam exemplos de polos resistentes.

Particularmente, a experiência chinesa revela muito da separação entre o projeto revolucionário colocado em marcha e as dificuldades de sua realização efetiva. Ao se comparar a proposta de uma república popular para a China com outros projetos de construção de um Estado-nação soberano e livre das imposições imperialistas, observa-se que não há *modelos ideais* a seguir e muitos menos padrões de organização da produção ou de participação política a serem transferidos de uma realidade para outra. Por mais que se exija alguma cooperação internacional em termos de abastecimento e da partilha de conhecimentos científicos e tecnológicos, a transferência imediata de modelos experimentados em determinada nação não se sustenta e se mostra efetivamente incompatível. Mesmo com a intervenção de agentes soviéticos, aplicando seus paradigmas, foi possível observar (Capítulos 4 e 5) como o processo histórico chinês precedente e a abrangência étnica e territorial da China constituíram uma diversidade sociocultural, que acabou exigindo adequações, tanto em termos da organização produtiva quanto em relação à hierarquia de decisões, moldando uma estrutura muito mais descentralizada que o modelo originalmente proposto.

Ao se definir o caráter da revolução em dois grandes passos, as lideranças do PCCh observaram desde o início a impossibilidade de se instituir imediatamente a *ditadura do proletariado*. Perceberam as dificuldades de edificação do socialismo, sob uma estrutura econômica e social totalmente desintegrada, após mais de um século de resistência armada contra a ocupação imperialista e dos vários enfrentamentos de guerra civil. Daí a proposta de uma frente única, de uma aliança tática com segmentos nacionalistas que promoviam a produção e os circuitos de comercialização privados, para uma primeira etapa da revolução, com o objetivo de reorganização produtiva e de legitimação social do PCCh no comando das transformações em curso naquele momento. Tal proposta contava, também, com o apoio fundamental da URSS, perante as pressões externas imperialistas. Mas, na medida em que os resultados começaram a aparecer, iam ficando cada vez mais nítidos os gargalos estruturais relativos ao

precário estágio de evolução das forças produtivas, a efetiva amplitude da diversidade territorial (com todas as marcas políticas e culturais determinadas em nível local e provincial), os desafios associados aos núcleos de resistência e de sabotagem, bem como as perspectivas de dissidências, muitos destes motivados, inclusive, por interesses externos. Só a partir de então, foi possível perceber, de fato, o quão prolongado seria o processo de transição ao socialismo e a magnitude dos riscos vinculados a esse movimento no longo prazo.

Olhando agora aquele processo histórico, é possível captar muito mais detidamente os sinais que a experiência chinesa de revolução socialista apontava como aprendizado. Com isso, parece ficar mais evidente porque se optou, em vários momentos, pela flexibilização do projeto original, manifesto nas diversas etapas da reforma e da abertura econômica para o exterior, colocadas em marcha desde o período da *Revolução Cultural*, por mais que isso pudesse parecer um contrassenso naquele momento de pregação ideológica mais exacerbada contra o imperialismo.

Observa-se que, em toda forma de organização social, os seres humanos procuram cuidar das condições básicas para uma integração satisfatória das formas de se produzir os meios de reprodução da vida social. A partir da evolução do imperialismo, como fase superior do capitalismo, a realização social da industrialização integrada está condicionada pela hierarquia de decisões determinada pelo monopólio da produção, pelo monopólio do desenvolvimento científico e tecnológico e pelo monopólio das linhas de financiamento, em suas várias modalidades. A anarquia da produção, relativizada pelo estágio avançado da organização empresarial em grandes conglomerados transnacionais, formados a partir da fusão do capital bancário com o capital produtivo, reservou aos Estados nacionais capitalistas a função de garantia do processo de acumulação centralizada de capital, por meio dos mais diversificados instrumentos de fomento, regulação e/ou controle coercitivo.

No caso dos Estados nacionais instaurados como projeto para erigir um processo de transição ao socialismo, suas funções são estabelecidas a partir do próprio projeto de construção de uma nova sociabilidade, diferente, portanto, do Estado politicamente consolidado numa fase avançada do capitalismo. Dadas as condições determinadas pela instabilidade socioeconômica interna e exacerbada pela pressão imperialista externa, o Estado nacional passa a se envolver diretamente com a necessidade de

desconstruir os padrões anteriores (remanescentes à *guerra revolucionária*) e com a promoção de novas formas de propriedade e de organização da produção/distribuição. Isso implica promover a intervenção em todas as esferas da reprodução social, desde a indústria pesada, podendo até, como foi o caso chinês, fomentar novas relações para o trabalho costumeiramente doméstico.

Logo, mantida a hipótese de não existirem *modelos ideais* a perseguir, as modalidades de intervenção dependem das singularidades efetivas de cada realidade específica. Entretanto, cabe também a este Estado de transição assumir a promoção da defesa do novo projeto nacional diante das investidas econômicas, políticas e militares do imperialismo organizado em nível mundial, sob o risco de permitir a regeneração das formas de organização social que se pretende superar.

Como visto nos Capítulos 4 e 5, nas circunstâncias em que se desenvolveram as primeiras décadas de construção da República Popular da China, ocorreu um constante processo de mutações nas orientações de intervenção do Estado. No campo da organização da produção, por exemplo, considerando que a grande maioria da população se encontrava até pouco tempo nas áreas rurais, observou-se uma constante alteração nas formas da posse e uso das glebas, desde a primeira reforma agrária (1950), passando depois pela coletivização em cooperativas e comunas, pela formação das brigadas de produção e pela flexibilização desses modelos, em vários momentos, até o definhamento das relações comunais.

O caráter provisional da implantação das relações de produção, a partir de seus resultados objetivos, ficou evidente, também, nas exigências de redefinição nas táticas de planificação. Ora a seleção de prioridades estava voltada para a integração da produção de alimentos e demais meios de consumo interno com a indústria pesada, ora para a produção rural em pequenas e precárias usinas siderúrgicas (*especialmente no período do Grande Salto Adiante*), ora voltada para a defesa nacional, dependendo da modalidade das ameaças ao projeto de transição e à legitimação do comando do PCCh. Isso não significa a ausência de um projeto estratégico, de longo prazo, mas que as circunstâncias internas e externas, a cada momento, exigiram reorientações táticas que, muitas vezes, foram alterando o ritmo de implantação do projeto geral, prolongando as perspectivas quanto à duração da transição chinesa ao socialismo.

São, portanto, as ameaças concretas ao projeto estratégico de construção de uma nova sociabilidade e seus reflexos na condução da planificação que trazem ainda mais luz ao debate sobre temas como os da *revolução em permanência* (nos termos de Marx) e da (im)possibilidade do socialismo em um só país. Parece ter ficado nítido na posição adotada no trabalho (especialmente no Capítulo 2) que, se, num passado remoto, existiu alguma chance para se pensar num processo unilinear e isolado de construção do socialismo, as experiências revolucionárias ocorridas a partir da instauração da *Guerra Fria* parecem ter deixado um legado mais evidente sobre a necessidade de se alcançar um estágio *mundializado* de transição (mesmo que não envolva boa parte dos Estados-nação). Somente na perspectiva de se efetivar certo alastramento da possibilidade de se avançar em formas alternativas de coletivização da produção e de abolição da propriedade privada é que se pode projetar a consolidação da *ditadura do proletariado*.

Assim, nos termos colocados acima, a revolução deve ser um processo *em permanência* em pelo menos dois sentidos. Sua exigência se revela porque o socialismo não se instaura no imediato da tomada do poder político pelo grupo dirigente, que surge como vanguarda da revolução popular, pois a produção e a apropriação da mais-valia ocorrem anarquicamente e está organizada no mercado mundial, na forma do imperialismo. Mesmo que se alcance um estágio avançado de socialização da propriedade e de formas organizativas de produção e de decisão política, o fato de ser um projeto isolado o coloca em contínua ameaça de dissolução, exigindo recuos táticos que acabam prolongando o processo de transição.

Por isso, o projeto geral deve permitir uma contínua renovação das forças vivas do movimento revolucionário no tecido social, buscando uma unidade campo-cidade, mas, ao mesmo tempo, criar as condições para a solidariedade internacional no fomento às mobilizações populares de cunho transformador no maior número de países possível. Cabe, inclusive, uma atenção especial aos movimentos contestatórios organizados nos países do centro imperialista. Somente dessa forma seria possível um alastramento permanente da revolução mundial socialista. Um espriamento de revoluções simultâneas, que ocorreriam à sua maneira em cada país ou bloco de países no mundo.

Na linha de abordagem da não existência de modelos a seguir, aprendeu-se também com esses primeiros estudos que a Estatização mais geral dos meios de produção teve lugar nos momentos iniciais de várias experiências revolucionárias concretas. No entanto, esse paradigma está longe de representar a via única possível e, mais que isso, o prolongamento de tal situação no tempo, antes de avançar na transição, pode afastar cada vez mais o projeto efetivado da perspectiva final de construção de sociedades de *seres humanos livres associados*, nos termos expressos no Capítulo 2.

A coletivização chinesa, por exemplo, exerceu um papel de laboratório para uma aproximação da perspectiva de se se construir uma produção alternativa. Dela pôde ser extraído um projeto de socialização da produção, cuja motivação para o trabalho individual seria a consciência de que este comporia, no conjunto do trabalho social, uma capacidade unificada de produzir a própria existência humana, sem qualquer forma de exploração.

Ficou nítido que esse processo se desenvolveu em circunstâncias bastante arriscadas. Vista agora como experimentação, a organização descentralizada das comunas autodeterminadas na China, ao mesmo tempo em que provou a possibilidade de incluir um contingente enorme de famílias num processo de produção coletiva, também demonstrou os riscos em se forçar mudanças radicais, especialmente quando se planejam saltos muito grandes, sem considerar os limites impostos pelas condições objetivas para um avanço imediato na evolução das forças produtivas. Isso ficou nítido com a introdução de projetos de produção industrial em territórios ocupados pela agropecuária de tradição milenar.

Entretanto, mesmo sob esses riscos e, inclusive, amargando prejuízos concretos irreparáveis, com a morte de milhões de pessoas, toda essa aposta resultou num salto significativo na qualidade da produção industrial (especialmente infraestrutural) chinesa, alavancando as condições iniciais para a industrialização que se efetivaria mais adiante. Os processos educativos, que conseguiram retirar centenas de milhões de pessoas do analfabetismo, são apenas uma mostra dessa possibilidade de construção de um *ser humano novo*, capaz de se associar livremente na reprodução de sua própria existência coletiva.

Outro aprendizado significativo do estudo da experiência chinesa recente se relaciona com a resistência às investidas dos EUA aos primeiros sinais advindos da Europa sobre a possibilidade de desintegração do chamado *Bloco Socialista*. Além de todos os ensinamentos, já assinalados, sobre os riscos do isolamento internacional, cabe destacar, ainda, como foi importante a capacidade de aproveitamento de circunstâncias bastante singulares, como oportunidade para se construir e consolidar uma nação unificada, soberana, pela primeira vez em mais de um século de resistência à invasão imperialista. Somente com o processo revolucionário, comandado pelo PCCh, foi possível ensaiar por décadas a implantação de um projeto de parque produtivo integrado e soberano, capaz de promover o acesso da maioria do povo chinês aos meios de consumo, garantindo um salto na qualidade de vida em nível nacional, como acabou se tornando uma realidade, mesmo que ainda em processo.

Essa capacidade de resistência à invasão imperialista só pode ser completamente explicada a partir das singularidades históricas da China. Somente com a compreensão de todo o processo de formação do povo chinês e de consolidação de sua base territorial seria possível uma interpretação completa dessas suas marcas milenares. Diante das dificuldades de realização desse intento, nesta primeira aproximação aos estudos sobre a história chinesa (exposta sinteticamente no Capítulo 3), resta recuperar o que tem sido possível observar de seus elementos mais visíveis aos olhos do Ocidente. Napoleão Bonaparte, a seu tempo, teria dito que seria mais prudente deixar a China dormir do que despertá-la com novas ameaças militares. Parece ser um sinal importante do que a história do povo chinês representava na virada para o século XIX, com toda a sua tradição de revoltas e de quebras de poderes dinásticos poderosos. Em meados do século XX, Mao Zedong e seus camaradas de partido observaram muito bem isso e apostaram nessa tradição para construir seu projeto de revolução socialista.

Quando, no final dos anos 1960, as antigas pendências nas formas de cooperação entre a URSS e a República Popular da China se converteram em hostilidades abertas, ao perceberem o reposicionamento tático dos EUA, as lideranças do PCCh entenderam que precisavam se preparar para uma guinada mais ousada ante à mudança na geopolítica internacional.

Mao Zedong e o premier Zhou Enlai aproveitaram o momento para organizar uma saída por cima das escaramuças formadas no bojo da *Revolução Cultural*. Foi naquele momento que Zhou Enlai percebeu a oportunidade de colocar em prática as políticas de *modernização* que desenhara há pelo menos uma década, pois já não parecia haver mais tantas ameaças internas ao comando do PCCh, iniciando um longo período de reformas e de abertura a relações mais diversificadas da China com o exterior. Cada lance do processo de alterações na estrutura de organização produtiva interna e dos acordos bilaterais, de intercâmbio comercial e de cooperação tecnológica com as potências imperialistas, foi precedido de intensos debates nas diversas instâncias do Estado e do Partido, gerando grandes tensões. Mas, mesmo que se possa perceber alguma vacilação de alguns membros mais jovens do PCCh, a orientação final sempre pôde contar com a retidão ideológica e com a experiência política dos anciãos, veteranos do longo processo de revolução, sempre vigilantes quanto às ameaças de o Partido perder o controle do projeto estratégico de transformação social.

Dessa forma, pode-se afirmar que as dificuldades internas e as circunstâncias geopolíticas internacionais forçaram um reposicionamento em favor das mudanças colocadas em marcha naquele momento. Mas, também, não se pode negar que todas as grandes decisões resultaram de intensos debates e se realizaram de forma soberana, atendendo à orientação estratégica de não se perder o controle político e econômico nacional, em relação ao exterior, conquistado a tanto custo ao longo das décadas precedentes.

Uma síntese avaliativa sobre os resultados obtidos pela China após as reformas e a abertura ao exterior, especialmente aquelas implantadas sob o comando de Deng Xiaoping após as mortes de Zhou Enlai e Mao Zedong, pode ser descrita nos termos que seguem. O desenvolvimento da China não se assemelhou a qualquer economia capitalista no mundo contemporâneo. Inclusive, em termos quantitativos, pode-se lembrar que, mesmo em meio à crise estrutural que se instaurou em todo o mundo desde o final dos anos 1960, a China não somente manteve os níveis de crescimento médio das duas primeiras décadas após a Revolução de 1949, como passou a crescer numa média de 10% ao ano, do período de implantação das reformas até recentemente. Isso, por si, coloca a economia chinesa num patamar singular diante

de qualquer nação do planeta.

Do ponto de vista qualitativo, por mais que tenha ocorrido um grande volume de privatizações, de empresas e serviços, bem como a abertura para a penetração de investimentos privados estrangeiros, esse processo ocorreu sob um rigoroso controle seletivo sobre os fluxos de capital. Manteve-se o Estado com participação via *joint ventures* em boa parte dos investimentos externos e, também, permaneceu sobre o comando exclusivo estatal boa parte dos setores considerados estratégicos (energia, telecomunicações, indústria bélica e aeroespacial, entre vários outros) para a garantia da soberania nacional em frente às pressões imperialistas. Mas não é só isso.

O Estado nacional chinês manteve um intenso controle sobre as operações bancárias, conservando o sistema de fluxos de moeda prioritariamente orientado para o financiamento, com forte regulação das operações especulativas. Nessa linha, a autoridade monetária continuou controlando com muito mais rigor que no Ocidente os fluxos internos e os fluxos cambiais e intervindo, sempre que exigida, nos mercados de cotações. Um rigor também observado no mercado de capitais, com intervenções permanentes nas bolsas de valores, em momentos mais críticos.

Além disso, apesar dos embates políticos internos em torno da flexibilização das restrições a formas privadas de propriedade da terra e do sistema de controle de migrações endógenas, inclusive com decisões congressuais tomadas nessa direção (a serem aplicadas no longo prazo), isso não foi adiante imediatamente. As ameaças concretas ao controle do processo de ampliação da acumulação privada de capital (com a possibilidade de formação de um amplo exército industrial de reserva) impôs a manutenção tanto da forma de propriedade social das terras (garantindo assim o acesso direto às condições essenciais de existência à grande maioria das famílias lavradoras, cerca de 700 milhões de pessoas) como do controle de residências por meio do *hukou*.

Por sua vez, o cerco militar exercido pelos EUA no Pacífico certamente também teve o objetivo de enquadrar a China nos padrões da política externa estadunidense após o fencimento da *Guerra Fria*. No entanto, parece que o PCCh se manteve firme na promoção de uma política externa própria, soberana, e cada vez mais focada em arrefecer a força exercida pelas potências imperialistas em várias partes do mundo.

Tal posição parece se manifestar no reatamento das relações de Beijing com Moscou, a partir de vários acordos de cooperação política, militar, na infraestrutura de energia, transportes etc. Exemplos também marcantes podem ser vistos na posição da China no Conselho de Segurança da ONU, em especial em relação aos conflitos provocados pela intervenção imperialista no Oriente Médio, onde tanto os seus interesses como os da Rússia sempre se viram ameaçados, devido à posição da região na geopolítica do petróleo. Dos acordos com a Rússia ganhou grande expressão o avanço na construção de um grande *Cinturão Logístico*, que combina o projeto de uma *Nova Rota da Seda*, envolvendo a integração de circuitos na Eurásia, com a promoção de uma nova *Rota Marítima*, a partir do Pacífico.

Dessa forma, a política externa da China passou a ter um conteúdo muito além da defesa nacional e envolveu também operações ousadas de cooperação econômica e tecnológica em nível mundial. Por meio de tratados bilaterais, ao mesmo tempo em que se expandiram os investimentos diretos chineses, ocorreu também a possibilidade de alguma forma de diversificação produtiva nos países receptores, de transferência de tecnologia (especialmente infraestrutural) e de multiplicação de novas fontes de financiamento. Por um lado, isso pode resolver uma série de gargalos estruturais de acesso às fontes de insumos básicos pela China no longo prazo, mas, também, pode contribuir para a redução da dependência dessas nações (da Ásia, da África e da América Latina e Caribe) em relação às potências imperialistas.

Conclusão, por tudo que se viu até aqui, a China apresentou ao mundo um grande potencial de estimular uma contestação mais radical à forma como o imperialismo tem se desenvolvido sob o comando dos EUA. Uma visão dialética sobre a possibilidade de realização dessas condições represadas pelas circunstâncias deve estar atenta não exclusivamente ao poder de comando do PCCh sobre o processo de manutenção do Estado chinês soberano, porém muito mais sobre a capacidade do povo chinês em comprovar por mais vezes a sua tradição de revoltas populares, a ponto de manter a *revolução em permanência* nos dois sentidos apontados.

No que tange ao processo de transição do capitalismo ao comunismo, parece ficar cada vez mais nítido para o autor desta tese que: a) existe uma grande distinção entre o desenvolvimento das relações do capital e sua generalização no capitalismo; b) o Estado só define na medida em que as classes sociais se desintegram, sem um

processo concomitante de reconstituição de novos estratos sociais; c) O Estado deixa de existir quando as classes e os estratos sociais se desvanecem. Entretanto, isso tudo exige, como pressuposto, um *longo e penoso* processo de construção da *ditadura do proletariado*. Essa construção é impossível de se efetivar plenamente em sociedades isoladas, por mais potentes que sejam, porque o capitalismo/imperialismo está organizado em nível mundial e continuará como modo de produção predominante, a não ser que se articulem processos de revoluções que se alastrem e avancem na consolidação do socialismo em escala mundial.

Nesse sentido, sendo possível projetar o percurso da transição, na perspectiva de se alcançar o modo de produção comunista, é preciso pensar na exigência de um espraiamento intercontinental de revoluções, de forma permanente. Enquanto o longo processo de internacionalização da solidariedade revolucionária não estiver suficientemente alastrado e consolidado na forma de *ditaduras do proletariado*, as relações do capital se manifestam de alguma forma em cada Estado-nação que conseguiu manter em marcha a transição ao socialismo, ameaçando seu projeto de consolidação, marcando todo esse período com os traços da instabilidade.

Por fim, talvez caiba um alerta para iniciantes em pesquisas sobre o Oriente: mesmo que se concorde com essa ou aquela visão, pelo menos no caso da China, é bom desconfiar das análises que procuram ser taxativas em suas interpretações, pois muito provavelmente os olhos do Ocidente sejam incapazes de compreender completamente aquelas experiências milenares. Talvez, inclusive, seja por isso que as forças imperialistas ocidentais não tenham conseguido conquistar a China durante o século que sucedeu à *Guerra do Ópio*, período em que tiveram maior oportunidade para fazê-lo. Oxalá tenham mesmo perdido a oportunidade!

## REFERÊNCIAS

- AGLIETTA, Michel. **A via chinesa**: as transformações da China na problemática da Regulação (Palestra em vídeo), out./2014.
- A INVASÃO chinesa. **Revista Época Negócios**, São Paulo: Editora Globo, n. 62, p. 70-85, abr. 2012.
- ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. Duas revoluções: anotações. **Revista Serrote**, n. 5, jul./2010. Disponível em: <<http://www.revistaserrote.com.br/2011/06/serrote-5/>>. Acesso em: 15 abr. 2014.
- \_\_\_\_\_. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- AUGUSTO, André Guimarães. Modo de produção asiático: um balanço da controvérsia. In: ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA. 7., 2014, Niterói. **Anais...** Niterói, 2014.
- BETTELHEIM, Charles. Os quadros gerais da planificação chinesa. In: BETTELHEIM, Charles et. al. **A construção do socialismo na China**. Porto: Portucalense, 1971. p. 9-48.
- BIANCHI, Álvaro. Uma teoria marxista do político? O debate Bobbio trent'anni dopo. **Lua Nova**, São Paulo: Cedec, n. 70, p. 39-82, 2007.
- CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. 2. ed. Campinas: Papius, 1988.
- CARRION, Raul K. M. **A construção do socialismo na China e as reformas econômicas pós-Revolução Cultural**, 2004. Disponível em: <[http://www.raulcarrion.com.br/Monografia\\_Socialismo\\_China.pdf](http://www.raulcarrion.com.br/Monografia_Socialismo_China.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2014.
- CHARRIÈRE, Jacques. Planificação e gestão das unidades de produção. In: BETTELHEIM, Charles et. al. **A construção do socialismo na China**. Porto: Portucalense, 1971. p. 49-83.
- EMBAIXADA DA CHINA NO BRASIL. **China ABC**. 2012. Disponível em <<http://br.china-embassy.org/por/>>. Acesso em: dez. 2013.
- ENGELS, Friedrich. Do socialismo utópico ao socialismo científico. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. Lisboa: Avante!, Moscou: Edições Progresso, 1985. p. 104-168.
- FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. **China**: uma nova história. 3. ed. Porto Alegre: L&P, 2008.
- GARAUDY, Roger. **O problema chinês**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

GELBER, Harry Gregor. **O dragão e os demônios estrangeiros**: a China e o mundo, de 1100 a.C. aos dias atuais. Rio de Janeiro: Record, 2012.

GONTIJO, Cláudio. Dialética da propriedade e gênese do capitalismo. **Boletim SEAF**, Belo Horizonte: FAFICH-UFMG, n. 2, p. 43-68, 1982.

HOBBSAWN, Eric J. Introdução. In: MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 13-64.

\_\_\_\_\_. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JABBOUR, Elias Marco Khalil. **Projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado na china de hoje**. 2010. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1979.

\_\_\_\_\_. Sobre o imposto em espécie: o significado da Nova Política Econômica e suas condições. In: BERTELLI, Antonio Roberto (Org.). **A Nova Política Econômica (NEP)**: capitalismo de Estado, transição e socialismo. São Paulo: Global, 1987.

\_\_\_\_\_. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LÖWY, Michael. **O pensamento de Che Guevara**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

MAO, Zedong. Análisis de las clases de la sociedad china (mar./1926). In: MAO, Zedong. **Obras escogidas**. Lima: Fondo de Cultura Popular, 1971. t. I. p. 9-18.

\_\_\_\_\_. Informe sobre una investigación del movimiento campesino en Junan (mar./1927). In: MAO, Zedong. **Obras Escogidas**. Lima: Fondo de Cultura Popular, 1971. t. I. p. 19-59.

\_\_\_\_\_. Sobre la contradicción (ago./1937). In: MAO, Zedong. **Obras escogidas**. Lima: Fondo de Cultura Popular, 1971. t. I. p. 333-370.

\_\_\_\_\_. La revolución china y el Partido Comunista de China (dez./1939). In: MAO, Zedong. **Obras escogidas**. Lima: Fondo de Cultura Popular, 1971. t. II. p. 315-346.

\_\_\_\_\_. Sobre la nueva democracia (jan./1940). In: MAO, Zedong. **Obras escogidas**. Lima: Fondo de Cultura Popular, 1971. t. II. p. 353-400.

\_\_\_\_\_. Reformemos nuestro estudio (maio/1941). In: MAO, Zedong. **Obras escogidas**. Lima: Fondo de Cultura Popular, 1971. t. III. p. 13-21.

MAO, Zedong. La línea general del partido para el período de transición (ago./1953). In: MAO, Zedong. **Obras escogidas**. 1968. t. V. p. 106. Disponível em: <[www.marxists.org/espanol/mao/escritos/GLT53s.html](http://www.marxists.org/espanol/mao/escritos/GLT53s.html)>. Acesso em: jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Camino obligado para la transformación de la industria y comercio capitalistas (set./1953). In: MAO, Zedong. **Obras escogidas**. 1968. t. V. p. 117-120. Disponível em: <[www.marxists.org/espanol/mao/escritos/TC53s.html](http://www.marxists.org/espanol/mao/escritos/TC53s.html)>. Acesso em: jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Sobre el proyecto de construcción de la República Popular China (jun./1954). In: MAO, Zedong. **Obras escogidas**. 1968. t. V. p. 150-157. Disponível em: <[www.marxists.org/espanol/mao/escritos/DC54s.html](http://www.marxists.org/espanol/mao/escritos/DC54s.html)>. Acesso em: jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Un debate en torno a la cooperativización agrícola y la actual lucha de clases (out./1955). In: MAO, Zedong. **Obras escogidas**. 1968. t. V. p. 225-250. Disponível em: <[www.marxists.org/espanol/mao/escritos/DTA55s.html](http://www.marxists.org/espanol/mao/escritos/DTA55s.html)>. Acesso em: jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Prefacios a el auge socialista en el campo chino (set./dez./1955). In: MAO, Zedong. **Obras escogidas**. 1968. t. V. p. 251-258. Disponível em: <[www.marxists.org/espanol/mao/escritos/SUC55s.html](http://www.marxists.org/espanol/mao/escritos/SUC55s.html)>. Acesso em: jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Acelerar la transformación socialista de la artesanía (mar./1956). In: MAO, Zedong. **Obras escogidas**. 1968. t. V. p. 304-307. Disponível em: <[www.marxists.org/espanol/mao/escritos/STH56s.html](http://www.marxists.org/espanol/mao/escritos/STH56s.html)>. Acesso em: jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Sobre diez grandes relaciones (abr./1956). In: MAO, Zedong. **Obras escogidas**. 1968. t. V. p. 308-333. Disponível em: <[www.marxists.org/espanol/mao/escritos/TMR56s.html](http://www.marxists.org/espanol/mao/escritos/TMR56s.html)>. Acesso em: jul. 2015.

MARTI, Michael E. **A China de Deng Xiaoping**. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 2007.

MARX, Karl. **O 18 brumário e cartas a Kugelmann**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da Economia Política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011b.

\_\_\_\_\_. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013. I. 1.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Mensagem da Direção Central à Liga dos Comunistas. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. Lisboa: Avante!, Moscou: Edições Progresso, 1982. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1850/03/mensagem-liga.htm>>. Acesso em: jan. 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATHIAS, Gilberto, SALAMA, Pierre. **O Estado super-desenvolvido**: das metrópoles ao Terceiro Mundo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo; Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

NABUCO, Paula. **Sob o mandato do Céu**: o processo de modernização da China. 2011. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

\_\_\_\_\_. As recentes greves na China. **Revista Outubro**, Campinas: Alameda, n. 20, p. 71-93, 2012.

\_\_\_\_\_. Sem medo dos dragões que ficaram para trás nem dos tigres à frente: coletivização e o Grande Salto Adiante chinês. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 11., 2015, Vitória. **Anais...** Vitória, 2015.

NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério Naques. O movimento da nova reconstrução rural e alguns experimentos sociais na China contemporânea. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 19., 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2014.

POMAR, Wladimir. **China**: desfazendo mitos. São Paulo: Página 13 e Publisher Brasil, 2009.

SNOW, Edgar. **A China ontem e hoje**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971. v. 1

SPENCE, Jonathan D. **Em busca da China moderna**: quatro séculos de história. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TEIXEIRA, Aloísio. **O movimento da industrialização nas economias capitalistas centrais no pós-guerra**. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1993.

TROTSKY, Leon. **La revolución china**. México D.F.: Grijalbo, 1970.

\_\_\_\_\_. **A revolução desfigurada**. São Paulo: Global Editora, 1981.

\_\_\_\_\_. **A revolução permanente**. 2. ed. São Paulo: Kairós, 1985.

VENTURINI, Rafael. **Deng Xiaoping e o “grande rompimento”**: liderança e mecanismos da modernização chinesa após a era de Mao. 2014. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.